

☆☆☆☆☆ Coletânea

CONEXÕES

*Inovadoras de*

CONHECIMENTOS

Volume 3  
2023

uniatual  
EDITORA

☆☆☆☆☆ Coletânea

CONEXÕES

*Inovadoras de*

CONHECIMENTOS

Volume 3  
2023

uniatual  
EDITORA

© 2023 – Uniatual Editora

[www.uniatual.com.br](http://www.uniatual.com.br)

universidadeatual@gmail.com

**Organizador**

Jader Luís da Silveira

**Editor Chefe:** Jader Luís da Silveira

**Editoração e Arte:** Resiane Paula da Silveira

**Capa:** Freepik/Uniatual

**Revisão:** Respectiveos autores dos artigos

**Conselho Editorial**

Ma. Heloisa Alves Braga, Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, SEE-MG

Me. Ricardo Ferreira de Sousa, Universidade Federal do Tocantins, UFT

Me. Guilherme de Andrade Ruela, Universidade Federal de Juiz de Fora, UFJF

Esp. Ricael Spirandeli Rocha, Instituto Federal Minas Gerais, IFMG

Ma. Luana Ferreira dos Santos, Universidade Estadual de Santa Cruz, UESC

Ma. Ana Paula Cota Moreira, Fundação Comunitária Educacional e Cultural de João Monlevade, FUNCEC

Me. Camilla Mariane Menezes Souza, Universidade Federal do Paraná, UFPR

Ma. Jocilene dos Santos Pereira, Universidade Estadual de Santa Cruz, UESC

Ma. Tatiany Michelle Gonçalves da Silva, Secretaria de Estado do Distrito Federal, SEE-DF

Dra. Haiany Aparecida Ferreira, Universidade Federal de Lavras, UFLA

Me. Arthur Lima de Oliveira, Fundação Centro de Ciências e Educação Superior à Distância do Estado do RJ, CECIERJ

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C694c Coletânea Conexões Inovadoras de Conhecimentos - Volume 3  
/ Jader Luís da Silveira (Organizador). – Formiga (MG): Uniatual Editora, 2023. 163 p.: il.

Formato: PDF  
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader  
Modo de acesso: World Wide Web  
Inclui bibliografia  
ISBN 978-65-86013-35-1  
DOI: 10.5281/zenodo.7824047

1. Coletânea. 2. Multidisciplinar. 3. Conexões. 4. Inovação. 5. Conhecimentos. I. Silveira, Jader Luís da. II. Título.

CDD: 001.4  
CDU: 001

*Os artigos, seus conteúdos, textos e contextos que participam da presente obra apresentam responsabilidade de seus autores.*

Downloads podem ser feitos com créditos aos autores. São proibidas as modificações e os fins comerciais.

Proibido plágio e todas as formas de cópias.

Uniatual Editora  
CNPJ: 35.335.163/0001-00  
Telefone: +55 (37) 99855-6001  
[www.uniatual.com.br](http://www.uniatual.com.br)  
[universidadeatual@gmail.com](mailto:universidadeatual@gmail.com)  
Formiga - MG  
Catálogo Geral: <https://editoras.grupomultiatual.com.br/>

Acesse a obra originalmente publicada em:  
<https://www.uniatual.com.br/2023/03/coletanea-conexoes-inovadoras-de.html>



**AUTORES**

**ANDERSON BARBOSA DE LIMA  
CLARISSA BOTTEGA  
CRISTINA CARVALHO PACHECO  
DANIELI VERÔNICA LONGO BENEDETTI  
DENIS BARRETO DA SILVA  
JEFERSON ARAUJO OLIVEIRA  
JESIANE CALDERARO COSTA VALE  
JOSÉ RAIMUNDO OLIVEIRA LIMA  
KAROLINA FERNANDES  
LALESKA ROCHA DE ABRANTES CARCARÁ  
LILIANE RODRIGUES DE ARAÚJO  
LUANA GÓES SOARES  
MARCELO MENDES VIEIRA  
MARCUS VINICIUS PERALVA SANTOS  
MARIA APARECIDA DUARTE MOTA SOUZA  
NAHIM MARUN  
NARA EVELY DE CARVALHO VIEIRA  
NATÁSSIA HELENA OLIVEIRA  
RÓBSON LEAL  
SÉRGIO RENATO DA SILVA SOARES  
SÉRGIO RODRIGUES DE SOUZA  
SIMONE CRISTINA DA COSTA TAVARES  
VINÍCIUS DA SILVA SANTOS**

## **APRESENTAÇÃO**

A obra “Coletânea Conexões Inovadoras de Conhecimentos - Volume 3” foi concebida diante artigos científicos especialmente selecionados por pesquisadores da área.

Os conteúdos apresentam considerações pertinentes sobre os temas abordados diante o meio de pesquisa e/ou objeto de estudo. Desta forma, esta publicação tem como um dos objetivos, garantir a reunião e visibilidade destes conteúdos científicos por meio de um canal de comunicação preferível de muitos leitores.

Este e-book conta com trabalhos científicos interdisciplinares, aliados às temáticas das práticas ligadas a inovação, bem como os aspectos que buscam contabilizar com as contribuições de diversos autores. É possível verificar a utilização das metodologias de pesquisa aplicadas, assim como uma variedade de objetos de estudo.

## SUMÁRIO

<b>Capítulo 1</b> <b>MARKETING DE RELACIONAMENTO NA FIDELIZAÇÃO DO CLIENTE: UM ESTUDO DE CASO NUMA REDE DE FARMÁCIAS DO MUNICÍPIO DE ALAGOINHAS-BAHIA</b> <i>Maria Aparecida Duarte Mota Souza; Nara Evely de Carvalho Vieira; Marcus Vinicius Peralva Santos</i>	<b>9</b>
<b>Capítulo 2</b> <b>JUDICIALIZAÇÃO REVERSA COMO ESTRATÉGIA DE DOMINAÇÃO: DISPUTAS CONCEITUAIS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE TERRAS QUILOMBOLAS</b> <i>Clarissa Bottega</i>	<b>26</b>
<b>Capítulo 3</b> <b>COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO NAS REDES SOCIAIS DOS INSTRUMENTOS UTILIZADOS NAS AÇÕES DA INCUBADORA DE INICIATIVAS DE ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA (IEPS-UEFS)</b> <i>Jeferson Araujo Oliveira; José Raimundo Oliveira Lima</i>	<b>40</b>
<b>Capítulo 4</b> <b>ESTRATÉGIA EDUCATIVA NO COMBATE AO USO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS POR ADOLESCENTES</b> <i>Liliane Rodrigues de Araújo; Sérgio Rodrigues de Souza; Vinicius da Silva Santos</i>	<b>59</b>
<b>Capítulo 5</b> <b>NEUROCIÊNCIA E A APRENDIZAGEM MATEMÁTICA</b> <i>Simone Cristina da Costa Tavares; Jesiane Calderaro Costa Vale</i>	<b>74</b>
<b>Capítulo 6</b> <b>OS PROCESSOS DE DES-RE-TERRITORIALIZAÇÃO E MULTITERRITORIALIDADE DOS VENEZUELANOS NA REGIÃO NOROESTE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO</b> <i>Anderson Barbosa de Lima</i>	<b>84</b>
<b>Capítulo 7</b> <b>POLÍTICAS PÚBLICAS COMO MECANISMO DE INTEGRAÇÃO SOCIAL: O CASO DE REFUGIADOS VENEZUELANOS EM JOÃO PESSOA, DE 2018 A 2022</b> <i>Laleska Rocha de Abrantes Carcará; Cristina Carvalho Pacheco</i>	<b>92</b>
<b>Capítulo 8</b> <b>TRANSFERÊNCIA E CONTRATRANSFERÊNCIA NA CLÍNICA PSICANALÍTICA</b> <i>Natássia Helena Oliveira; Sérgio Rodrigues de Souza</i>	<b>109</b>

<b>Capítulo 9</b> <b>XENOFOBIA RACIALIZADA: IMPLICAÇÕES NO CONTEXTO DO DESLOCAMENTO FORÇADO</b> <i>Denis Barreto da Silva</i>	<b>125</b>
<b>Capítulo 10</b> <b>EM TORNO DE UMA CORRESPONDÊNCIA INÉDITA DE HEITOR VILLALOBOS À MARGUERITE LONG</b> <i>Danieli Verônica Longo Benedetti; Nahim Marun</i>	<b>132</b>
<b>Capítulo 11</b> <b>COMPORTAMENTO DAS PROPRIEDADES ENERGÉTICAS DE BRIQUETES DE MADEIRA A PARTIR DA AÇÃO COMBINADA DA PRESSÃO E SATURAÇÃO DE SUA MICROESTRUTURA COM SÓLIDOS CARBONÁCEOS</b> <i>Sérgio Renato da Silva Soares; Karolina Fernandes; Marcelo Mendes Vieira; Róbson Leal; Luana Góes Soares</i>	<b>146</b>
<b>AUTORES</b>	<b>159</b>



**Capítulo 1**  
**MARKETING DE RELACIONAMENTO NA FIDELIZAÇÃO DO**  
**CLIENTE: UM ESTUDO DE CASO NUMA REDE DE FARMÁCIAS**  
**DO MUNICÍPIO DE ALAGOINHAS-BAHIA**

**Maria Aparecida Duarte Mota Souza**

**Nara Evely de Carvalho Vieira**

**Marcus Vinicius Peralva Santos**

## **MARKETING DE RELACIONAMENTO NA FIDELIZAÇÃO DO CLIENTE: UM ESTUDO DE CASO NUMA REDE DE FARMÁCIAS DO MUNICÍPIO DE ALAGOINHAS-BAHIA**

***Maria Aparecida Duarte Mota Souza***

*Técnica em Enfermagem pelo Centro Integrado Luiz Navarro de Brito. Bombeira profissional Civil pelo SENAI. Graduanda em Bacharelado em Administração pela Faculdade Santo Antônio de Alagoinhas – Bahia. E-mail: mariaduartemsouza@gmail.com*

***Nara Evely de Carvalho Vieira***

*Graduanda em Bacharelado em Administração pela Faculdade Santo Antônio de Alagoinhas - Bahia. E-mail: narinhacv18@gmail.com*

***Marcus Vinicius Peralva Santos***

*Analista Técnico Educacional (ATE) pelo Serviço Social da Indústria de São Paulo (SESI-SP), doutor e mestre em Geologia pela Universidade Federal da Bahia, especialista em Gestão de Marketing e Negócios pela Faculdade Focus e graduado em Marketing pelo Centro Universitário Jorge Amado, e-mail: mperalva@hotmail.com*

**Resumo:** Em um cenário cada vez mais competitivo, onde o consumidor tem cada vez mais opções, as empresas têm que montar e implementar estratégias para demonstrar seu diferencial diante de seus concorrentes, para que dessa maneira elas possam se manter competitivas no seu mercado de atuação e, assim, consigam manter e atrair clientes. Com base nisto, o problema gerador do presente estudo foi “como construir e manter relacionamentos duradouros com clientes em uma farmácia?”. O objetivo geral deste artigo foi verificar as ações e reflexos do marketing de relacionamento em uma farmácia, tendo-se como objetivos específicos: identificar o perfil dos clientes e o seu processo de compra, verificar as formas de interação entre a empresa e seus clientes. Esta pesquisa apresenta relevância à sociedade, à ciência e principalmente ao mercado, pois, sendo este último cada vez mais competitivo e tendo clientes cada vez mais exigentes, é de suma importância que as empresas invistam em estratégias que as diferenciem. O presente estudo se caracteriza como um estudo de caso, o qual foi realizado na área comercial de uma rede de farmácias situada na cidade de Alagoinhas, no interior do Estado da Bahia e que existe a mais de 3 décadas na região. Verificou-se que a rede de farmácias estudada vem aplicando de maneira eficiente as estratégias de marketing

adotadas por ela, assim, obtendo resultados satisfatórios e conseguindo consolidar sua marca. Conclui-se que as vendas tiveram crescimento satisfatório, apoiando-se principalmente nas mídias digitais, fortalecendo cada vez mais os laços comerciais com os clientes ativos e prospectando e tentando a fidelização dos clientes eventuais.

**Palavras-chave:** Marketing de relacionamento. Fidelização. Cliente.

**Abstract:** In an increasingly competitive scenario, where the consumer has more and more options, companies have to set up and implement strategies to demonstrate their differential in front of their competitors, so that in this way they can remain competitive in their market and, thus manage to retain and attract customers. Based on this, the generating problem of the present study was “how to build and maintain lasting relationships with customers in a pharmacy?”. The general objective of this article was to verify the actions and reflections of relationship marketing in a pharmacy, having as specific objectives: to identify the profile of the clients and their buying process, to verify the forms of interaction between the company and its clients. This research is relevant to society, science and especially to the market, as the latter is increasingly competitive and has increasingly demanding customers, it is extremely important for companies to invest in strategies that differentiate them. The present study is characterized as a case study, which was carried out in the commercial area of a chain of pharmacies located in the city of Alagoinhas, in the interior of the State of Bahia and which has existed for more than 3 decades in the region. It was found that the pharmacy network studied has been efficiently applying the marketing strategies adopted by it, thus obtaining satisfactory results and managing to consolidate its brand. It is concluded that sales grew satisfactorily, relying mainly on digital media, increasingly strengthening commercial ties with active customers and prospecting and trying to retain potential customers.

**Keywords:** Marketing of relationship. Loyalty. Client.

## INTRODUÇÃO

Diante da concorrência cada vez maior, os consumidores têm visto dia a dia um aumento no leque de serviços e produtos oferecidos pelas empresas. Estas com o avançar do processo de globalização tem investido na implementação de estratégias para mostrar sua diferenciação perante os concorrentes, para que assim, possam se manter competitivas no mercado, de forma a conseguir fidelizar e atrair clientes. Muitas vezes, essas estratégias são extraídas de ferramentas já existentes, como as que são aplicadas na área de Marketing (COBRA, 1997, 2012).

Nesse ambiente, surge o marketing de relacionamento como um meio para gerenciar a relação empresa-cliente de forma duradoura, para que, tanto a empresa, quanto seus clientes alcancem resultados expressivos. Além disso, o conhecimento da importância dele proporciona a empresa um diferencial perante as empresas concorrentes, ganhando, assim, a fidelidade de seus clientes e por meio desta, ganham

também, um excelente canal de divulgação da sua marca através do diferencial oferecido por ela, em seus produtos e serviços e, com isso, absorvem novos clientes no mercado (GORDON, 2002).

Entretanto, ainda existem empresas que não se deram conta de que dois importantes fatores para se adquirir vantagem competitiva são o relacionamento com seus clientes e a fidelidade dos mesmos através de atendimento diferenciado, satisfazendo, dessa forma, suas necessidades. Com base nisto, o problema gerador do presente estudo foi saber como construir e manter relacionamentos duradouros com clientes em uma farmácia?

Diante desta necessidade é que o Marketing de relacionamento vem ganhando destaque. Os objetivos do Marketing de relacionamento são recuperar, manter e atrair clientes para a empresa, ou seja, atualmente as empresas não estão apenas preocupadas em vender seus produtos ou serviços aumentando seus lucros, mas sim em trabalhar de forma que possam oferecer a seus clientes um elevado nível de satisfação, consequentemente aos parceiros de seu negócio e, assim, fazendo com que eles se tornem um canal de divulgação da empresa, atraindo assim novos clientes.

O objetivo geral deste artigo foi verificar as ações e reflexos do Marketing de relacionamento em uma rede de farmácias, tendo-se como objetivos específicos: (a) identificar o perfil dos clientes e o seu processo de compra e (b) verificar as formas de interação entre a empresa e seus clientes.

## **MARKETING DE RELACIONAMENTO E GESTÃO DO RELACIONAMENTO COM O CLIENTE (CRM)**

O Marketing de relacionamento pode confundir-se com a própria definição de marketing, constituindo uma integração de esforços das empresas com o propósito de identificar, construir, manter e aprimorar relacionamentos individuais com clientes, em um processo de troca de benefícios direcionado para o longo prazo (D'ANGELO, SCHNEIDER e LARÁN, 2006).

Feijó (2012), salienta que Marketing de relacionamento se refere a todas as atividades de marketing direcionadas ao estabelecimento, desenvolvimento e manutenção de trocas relacionais que implicam ganhos mútuos com orientação de longo prazo. Nesse contexto, fica clara a amplitude do conceito de Marketing de relacionamento,

o qual não se limita a apenas um programa de fidelização de clientes ou gestão de banco de dados, não podendo ser confundido, logo, com suas ferramentas de implementação – o Customer Relationship Management (CRM) e o Database Management (DBM).

Tal como prioriza Salvador, Trés e Costalonga (2013), têm sido desprezadas na aplicação dessas ferramentas fundamentos como a orientação para o longo prazo, a construção de vínculos emocionais com os clientes, a tentativa de conhecimento mais aprofundado dos consumidores e o desenvolvimento de confiança e comprometimento entre as partes.

Essas distorções descaracterizam o fundamento do Marketing de relacionamento, cujo foco principal como lembram D'Angelo, Schneider e Larán (2006) é a constituição de vantagens competitivas sustentáveis para as organizações. Os mesmos autores salientam que o estabelecimento de relacionamentos verdadeiros, ancorados nos princípios do Marketing de relacionamento, por outro lado, é capaz de ofertar essa vantagem às organizações.

Para isso, de acordo com Salvador, Trés e Costalonga (2013), faz-se essencial uma combinação de elementos que aborda aspectos tangíveis e intangíveis e que inclui crenças, valores, conhecimentos, habilidades e recursos diversos expressos na cultura empresarial e nas diretrizes estratégicas, estejam elas formalizadas ou não. Dessa maneira, torna-se possível a adoção efetiva do Marketing de relacionamento, pois, cria-se um clima de comprometimento em todo o ambiente organizacional, cujas ações passam a convergir para o alcance desse propósito.

D'Angelo, Schneider e Larán (2006), terminam o raciocínio assegurando que sem cultura e estratégia - CRM, DBM, programas de fidelidade, entre outros, tornam-se atividades comprometidas com ações estanques e de impacto limitado.

Nesse cenário, pode-se verificar a pertinência da aplicação do conceito de Marketing de Relacionamento no setor de serviços que, segundo Slongo e Müssnich (2005), justifica-se pelo maior envolvimento dos consumidores com empresas desse setor devido às características básicas do serviço: relação com os clientes, precibilidade, intangibilidade, inseparabilidade e customização.

Com o intuito de gerir essas peculiaridades, torna-se imprescindível a abordagem do Marketing de relacionamento. Dessa maneira, Oliveira, Brito e Beker (2013), apontam que a gestão de relacionamentos se apresenta como a melhor forma de lidar com a intangibilidade dos serviços, além de afirmarem que os eventuais problemas no

provimento do serviço são resolvidos através da criação de vínculos duradouros entre fornecedores e clientes.

Jesus (2003), Madruga (2004), Mady (2009) dentre outros autores destacam que na implementação de uma estratégia de serviços, uma abordagem do Marketing de relacionamento e uma capacidade excelente de marketing interativo fazem-se essenciais. Esclarecidas estas situações, pode-se conceituar uma ferramenta tecnológica responsável pela implementação do marketing de relacionamento: o CRM. Conforme Kotler e Keller (2008), o CRM trata-se do gerenciamento cuidadoso de informações precisas sobre cada cliente e de todos os pontos de contato com ele, a fim de maximizar sua fidelidade.

De acordo com Mady (2009), o CRM compreende uma junção de estratégias fundamentadas no Marketing de relacionamento, aplicadas com o apoio das tecnologias de informação e comunicação. Almeida e Mello (2004), complementam o raciocínio, afirmando que o CRM deve ser visualizado como o ponto de partida para o estabelecimento de estratégias customizadas para diversos perfis de consumidores.

Almeida e Mello (2004), salientam ainda que, a partir das informações produzidas e, baseando-se nas relações de atendimento pré-existentes, pode-se identificar perfis de conduta e preferência, agrupando os clientes em comunidades virtuais de relacionamento. Além de enfatizarem que, gerada a partir de banco de dados, a microssegmentação em comunidades facilita a aplicação de práticas comerciais interativas que satisfaçam plenamente as necessidades específicas dos consumidores.

Kotler e Keller (2008), asseguram tal posicionamento, ao afirmarem que, graças ao uso eficaz de informações sobre cada conta, o CRM possibilita que as empresas ofereçam um excelente atendimento ao cliente em tempo real. Além de enfatizarem que, com base no que sabem sobre cada um deles, as empresas podem customizar seus produtos, serviços, programas, mensagens e mídia. Explicada a abordagem do Marketing de relacionamento, faz-se interessante observarmos como as empresas têm agido no processo de retenção de seus clientes, além de verificarmos o entendimento dos autores nesse assunto.

## **CONCEITOS DE FIDELIZAÇÃO**

Fidelizar é a conquista de clientes, contudo, exige das empresas esforços afins de mante-los parceiros e fiéis. Não há como manter o cliente efetivamente sem a fidelização.

Somente a estratégia de fidelização pode levar à obtenção de um relacionamento longo, baseado na intensificação das relações de lealdade (PEDROSO, 2016).

Dessa forma, querer construir e manter a lealdade do consumidor significa que a empresa não está apenas interessada em poder vender a qualquer custo: ela se interessa em obter rentabilidade de longo prazo, repetindo a compra e a retenção de clientes. É essa lealdade que gera uma renda contínua para a empresa (ZENONE, 2006).

Refletir em valores é essencial para a fidelização do cliente, destacando-se que é preciso oferecer uma proposta de valor que seja muito melhor do que aquela ofertada pela concorrência e não simplesmente a oferta de benefícios imediatos. Esse valor também deve ser gerenciado por meio da gestão da qualidade na empresa (KURY, 2013).

A Fidelização surge do Marketing de relacionamento e requer na maioria das vezes esforços para continuar vendendo e agradando seus clientes. Uma empresa precisa tomar várias medidas para implementar a estratégia orientada para o cliente (ZENONE, 2006).

### **Estratégias para a fidelização de clientes**

É indispensável que a empresa tenha um pensamento estratégico de como aplicará as ações de marketing com o objetivo de aumentar os resultados produtivos, através de estratégias vinculadas ao correto uso das ferramentas de marketing. A empresa precisa saber quem são seus clientes, com o intuito de ofertar produtos ou serviços personalizados com a finalidade de tornar a experiência do relacionamento do cliente com a marca única, acrescentando valores e proporcionando o máximo de interação entre ambos (LENZI, KIESEL e ZUCCO, 2010).

Existem duas formas essenciais de fortalecer e absorver clientes, são elas, arquitetar obstáculos para evitar a mudança e oferecer um alto grau de satisfação ao cliente, desta forma evita-se que eles procurem uma empresa concorrente para efetuarem suas compras (KOTLER 2000, 2003).

A seguir, passa-se a apresentar por item as principais estratégias que as empresas podem adotar para melhor atender seus clientes e mantê-los fiéis a organização.

#### **a) Qualidade no atendimento**

Nos dias atuais, o mercado está enfrentando uma realidade econômica e social, em que existe uma infinidade de organizações que fabricam os mais variados produtos e ofertas de serviços. Entretanto, para uma empresa se manter num mercado competitivo,

é essencial garantir o seu espaço frente aos concorrentes, conquistar e fidelizar os clientes, já que quando esses clientes têm um relacionamento próximo com uma marca de produtos ou serviços, eles divulgam o mesmo para seus clientes, parentes e amigos (PEREIRA e BASTOS, 2009).

Um dos pontos mais relevantes para uma empresa continuar firme no mercado atual e competitivo é o cliente presente com seu poder de compra e sua lealdade (CHIAVENATO, 2007). O atendimento ao cliente é a prova final. Logo, oferecer um bom tratamento na hora da venda produz uma satisfação para aquele que consome muito. Dificilmente a empresa correrá o risco de perder sua clientela, desde que tenha como foco principal, atender seus consumidores com tranquilidade e agilidade (SALOMÃO, 2018).

Entretanto, é essencial compreender que o atendimento de qualidade não é apenas sobre tratamento ou cortesia, mas significa acrescentar benefícios aos produtos e serviços, a fim de superar as expectativas do consumidor. E, além disso, oferecer um serviço de qualidade permite que o cliente, além de retornar à sua empresa, indique também seus amigos. A organização empresarial pode atrair e conquistar seus clientes, na medida em que consegue superar a concorrência a partir de um melhor atendimento e em satisfazer as suas necessidades e expectativas (KOTLER, 2000).

A forma como o cliente é tratado dentro da empresa faz toda uma diferença, pois, um atendimento de qualidade satisfaz e conquista clientes (PEDROSO, 2016). Desta forma, a organização que fornece serviços e produtos de qualidade para seus clientes já dá um passo para sobreviver no mercado atual. É fundamental que a empresa dê ouvidos a seus clientes e, portanto, encontre possíveis soluções na melhoria de satisfação de sua clientela (GIANESI e CORRÊA, 2000).

#### b) Fidelização dos clientes

Para alcançar a fidelização é essencial conhecer o cliente, reconhecer suas características e identificar suas necessidades e desejos. É com essa informação que as empresas podem ganhar confiança de sua clientela e conseqüentemente sua fidelização (PINHEIRO, 2006).

O cliente fiel é caracterizado pela forma como ele compra, repetindo suas compras regularmente ele irá recomendar a empresa, a outras pessoas porque é imune à pressão competitiva. Ele tolera eventuais falhas no serviço que recebe devido à relação estabelecida por um serviço normalmente bom (GRIFFIN, 2001).



Diante disso, reter clientes fiéis impede que eles comecem a comprar da concorrência. Um relacionamento de longo prazo, com o cliente, produz um grau de confiança, respeito e atenção que torna difícil para ele querer o produto da concorrência (GRIFFIN, 2001).

Dessa maneira, a fidelização deve ser observada como um fator de sobrevivência e deve ser um compromisso estabelecido com a missão e a cultura de todas as empresas. Prioridades como valor, lealdade e satisfação, devem ser a base das preocupações organizacionais (MOUTELLA, 2004).

É possível discorrer que, para ter clientes fiéis é essencial que as empresas mudem suas ideologias, mudem a expressão como, por exemplo, completar uma venda por começar um relacionamento e construir lealdade, tomando o lado econômico e dando enfoque à construção de relacionamento (JESUS, 2003).

As estratégias de fidelização são extremamente relacionadas às estratégias de Marketing de relacionamento. Um cliente fiel terá automaticamente um relacionamento com a marca que ele escolhe ser fiel. Entretanto, deve-se ressaltar que nem todos os consumidores desenvolvem um bom relacionamento com os fornecedores de serviços (WARD e DAGGER, 2007).

## **METODOLOGIA**

Esta pesquisa realizada classifica-se como descritiva com foco em retratar as características do objeto de estudo, fazendo uma análise sem interferir nos dados coletados. A pesquisa tem abordagem qualitativa devido as características de investigação descritiva, que possibilitou identificar os elementos relevantes à pesquisa acerca de suas práticas de Marketing de relacionamento em seus estabelecimentos (GIL, 2008).

Quanto aos meios, o estudo é de competência bibliográfica ao qual permite uma compreensão mais aprofundada do assunto em questão, enquadrando-se também como um estudo de caso múltiplo, através de uma pesquisa a campo aplicado em uma rede de drogarias na cidade de Alagoinhas/BA, possibilitando a análise e comparação dos casos, para um mesmo fenômeno, inspirado nos estudos de Minayo (1994).

Os sujeitos da pesquisa são os gestores dessa rede de Farmácias, para os quais foi realizada a técnica de aplicação de entrevista semiestruturada, a partir de um

questionário aberto, pré-elaborado aplicado aos gestores de cada drogaria escolhida ou o responsável pelas tomadas de decisões.

Nesta pesquisa coube ser aplicado a análise do conteúdo. Esse procedimento consiste em um conjunto de técnicas de análise das comunicações, a partir de dados coletados, objetivando a identificação do que está sendo dito a respeito de determinado tema (BARDIN, 2006).

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

A rede de farmácias que participou do presente estudo tem como missão fornecer aos seus clientes produtos e serviços com segurança, agilidade e comodidade para o seu bem-estar. Demonstrando assim, perfeitamente, a razão de sua existência. A coleta de dados foi feita através de uma entrevista com o supervisor comercial da rede, o qual apresenta mais de 10 anos de atuação junto a empresa.

As estratégias específicas de Marketing estão relacionadas a diferentes atividades associadas aos componentes do composto de marketing, os quais são:

- a) Produto - quando a farmácia recebe novos produtos para revender realiza ações nas próprias lojas para divulgação desses produtos e oferece aos clientes para ver se haverá aprovação.

Quanto às embalagens, algumas são feitas de material reciclável e diferentes tamanhos, havendo assim uma personalização de acordo com as necessidades dos clientes. Elas trazem também a logomarca da empresa e suas tampas, uma estratégia pensada como forma de diferenciar sua marca das outras empresas do ramo.

- b) Distribuição - a empresa conta com delivery de seus produtos, e essa entrega em domicílio é feita custo adicional para os clientes.
- c) Promoção - uma das primeiras medidas a ser tomada foi a organização e a abertura de um departamento de marketing seguido da contratação de um profissional de marketing com uma formação específica, tornando-se responsável pela imagem da empresa, com a expansão da farmácia o diretor observou que era necessário renovar a comunicação com o cliente, afirmou o gestor.

O departamento de marketing foi organizado com o propósito de retomar a comunicação e divulgar as unidades para os clientes antigos, que já possuíam uma ligação

com a marca (não só através de suas experiências como também de seus pais e avós) e conheciam a qualidade dos produtos; e para apresentar a marca aos futuros consumidores.

O departamento é responsável pelo processo de criação do conceito de comunicação, ou seja, organização das ideias do que se quer passar ao público em geral, até a execução final e contratação do fornecedor, que no caso são empresas terceirizadas como gráficas e emissoras de TV responsáveis pela reprodução desses conteúdos.

É de sua responsabilidade também a execução de ações de marketing. A empresa tem em sua área de marketing seu próprio departamento de criação. Em meados da década de 2010 houve a atualização da logomarca da empresa, uma ação conjunta entre o departamento de Marketing e uma empresa de publicidade contratada, onde foi feita toda a renovação do design da marca e houve o acompanhamento por parte de uma empresa de consultoria em todas as ações que aconteceram, entre elas: implantação da logomarca nova, comunicação das mudanças aos consumidores, veículos promocionais utilizados, uniformização dos funcionários, etc.

- d) Preço - o preço é o grande diferencial, pois os medicamentos custam mais barato que os medicamentos tradicionais dos grandes laboratórios (em média 20 % mais baratos). A farmácia renovou seu sistema operacional no final da década de 2010, antes utilizava o ENTERPRISE e agora está utilizando o OMIE, que é um sistema que oferece o CRM, que traz todas as possíveis atualizações referentes ao marketing, e está atualizando o cadastro de seus clientes, que no momento encontra-se incompleto, constando apenas o nome e telefone dessas pessoas.

Isso tem proporcionado certa dificuldade em realizar ações promocionais diretamente com os clientes, e dificultou também a elaboração de alguns pontos dessa pesquisa. Eles pretendem completá-lo com outros dados como CPF e e-mail, para poder enviar e-mails promocionais, parabenizar no seu aniversário e fornecer desconto especial na compra dos produtos.

A empresa patrocina eventos da área da saúde, ou seja, eventos que sejam organizados por cursos de graduação ou pós-graduação nas áreas de medicina, nutrição, farmácia e estética, dentre outros, ou tenham essas áreas como público-alvo. A estratégia é uma forma de se aproximar de possíveis futuros parceiros da organização, os profissionais, prescritores, os quais precisam conhecer e confiar na marca para assim

indicá-la a seus pacientes, nas palavras do gerente: “os profissionais (prescritores) sabendo que nós fazemos um trabalho sério na área de saúde vão indicar aos seus pacientes para que eles venham adquirir seu medicamento conosco. Não por uma vantagem financeira, mas por acreditar no nosso trabalho”.

Como outra maneira de patrocínio, a rede de farmácias oferece mão-de-obra para desenvolvimento de projetos em conjunto com profissionais especializados. O departamento de pesquisa e desenvolvimento associado ao departamento de Marketing produz conteúdo técnico e especializado para profissionais de saúde levando estudos sobre substâncias novas que estão chegando ao mercado e tratamentos diferenciados, formando uma parceria educacional.

A comunicação interna da empresa é de responsabilidade dos setores de Marketing e RH. Traz em seu sistema de comunicação interna a divisão em três categorias do que deve ser feito na organização para facilitar a comunicação interna, são elas:

- Comunicação Interna Institucional – cada novo funcionário passa por um treinamento geral, chamado de introdutório. Ele tem a duração de um dia inteiro e inclui a apresentação da história da empresa, os conceitos organizacionais, comportamento esperado dos funcionários, missão e visão, conta também com um momento de integração; e o treinamento específico de cada área, depende do cargo que será ocupado por ele.

- Veículos de Comunicação Interna – a farmácia possui dois canais de comunicação oficiais, que são: mural interno em cada setor, e um geral para cada loja com avisos sobre treinamento, aniversariantes do mês e demais avisos relevantes e o e-mail corporativo interno; existem também os celulares corporativos para comunicação mais urgente. O abastecimento desses canais é de responsabilidade do setor de marketing. A comunicação se mostra muito eficiente, sendo sempre de mão-dupla, onde os funcionários têm liberdade para conversar a qualquer momento com seus superiores levando críticas, sugestões e dúvidas.

- Ações de relacionamento – são aplicados programas de capacitação para os gestores, por meio de workshops e treinamentos, com o intuito de difundir a cultura de comunicação e multiplicar conceitos, ampliando a abrangência e divulgando, para além da área de comunicação, a forma como a empresa troca suas informações, gerando e compartilhando conhecimento.

A responsabilidade social pode levar as empresas a executarem ações que causem impactos tanto dentro quanto fora dela. Focando nas melhorias na qualidade de vida dos seus funcionários a empresa conta com um programa interno em que uma vez por semana um profissional realiza uma ginástica laboral com todos, visitando um setor por vez, buscando adequar a postura e disposição dos colaboradores que às vezes exercem atividades com movimentos repetitivos.

Quanto às ações que podem impactar na qualidade de vida da sociedade, analisando o aspecto ético e legal, a empresa segue todos os padrões e normas exigidos pela ANVISA tanto na aquisição e descarte de material, onde a própria ANVISA realiza visitas periódicas fazendo a fiscalização e certificando a empresa. Analisando o aspecto do meio ambiente e do consumo consciente, a maioria das embalagens produzidas pela farmácia são recicláveis e possuem tamanhos variados para atender a necessidade dos clientes, evitando assim o desperdício de remédio.

Visto que no Brasil as pessoas têm cada vez mais utilizado a internet para pesquisar sobre produtos e serviços, a empresa vem investindo na utilização das redes sociais (site próprio, Facebook, Instagram e WhatsApp) como meio de expor seus produtos, comunicar sua marca e estabelecer um canal de comunicação direto com seus clientes. O setor de marketing é responsável pelo gerenciamento de todas as redes sociais.

O site foi atualizado em 2018, tanto esteticamente quanto na parte do conteúdo, e apresenta um pouco da história da farmácia, os produtos que são comercializados, endereço e telefone para contato. O Facebook é a rede social mais usada pela farmácia. Todo o conteúdo é postado pela equipe de Marketing, mas recebe a colaboração de outros setores da organização.

Suas postagens são divididas em: dicas de saúde (conteúdo escrito pelos farmacêuticos), portal de recrutamento (são mostradas oportunidades de trabalho que surgem na farmácia) e informativos (falando a respeito de produtos, promoções que estão sendo realizadas). A página possui também um tópico onde é possível os clientes avaliarem a farmácia deixando comentários positivos ou negativos. O Instagram é utilizado como extensão da página no Facebook, onde são reproduzidos os conteúdos que aparecem lá. Como forma de agilizar a comunicação dos clientes com a empresa, juntamente com o Instagram e o Facebook, a ferramenta mais utilizada é o WhatsApp.

Com apenas uma semana de uso mais de 80 pessoas já haviam solicitado o serviço, fazendo pedidos de produtos, esclarecendo dúvidas, dando sugestões. A equipe de

telemarketing (a mesma que cuida da central de relacionamento com o cliente) é responsável por esse canal, que aparece como meio de aproximação com o público mais jovem (público que a farmácia está tentando conquistar) e para reduzir a distância entre o cliente e a empresa. Devido à boa aceitação dessa nova ferramenta de comunicação a empresa já almeja acrescentar mais um funcionário a sua central de relacionamentos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Pode-se verificar que as empresas vêm investindo no marketing como forma de promover e diferenciar seus produtos, fortalecendo relações e construindo laços com seus clientes. Para isso utiliza o correto gerenciamento de suas marcas, através de algumas estratégias que podem ser agrupadas em diferentes categorias, sendo elas: estratégias específicas de marketing, realização de eventos e patrocínios, comunicação interna e cultura organizacional, responsabilidade social e utilização da internet e redes sociais.

O presente estudo de caso atingiu seus objetivos que eram identificar as estratégias utilizadas pela rede de Farmácias para o fortalecimento de sua marca, entender os motivos que levaram a empresa a utilizá-las e avaliar os resultados da implementação dessas estratégias.

Devido ao aumento da concorrência e do deslocamento do centro comercial da cidade em que atua (o comércio que antes se concentrava apenas em um bairro se expandiu para outros), a empresa sentiu necessidade de se expandir e fortalecer sua marca já conhecida pelos clientes, começando assim a expansão física com inauguração de algumas lojas em diferentes bairros, visto que havia uma demanda ali que não era suprida, e uma excelente oportunidade de crescimento.

Dentre as estratégias utilizadas a que mais se destacou e trouxe um resultado mais significativo foi a utilização das redes sociais. A empresa conseguiu criar um canal de relacionamento direto com seus clientes, por meio do qual há comunicação eficiente e é possível colher informações importantes acerca das necessidades e satisfação dos consumidores.

Verificou-se que a organização vem aplicando de maneira eficiente as estratégias de Marketing obtendo resultados satisfatórios e conseguindo consolidar sua marca. Um ponto a ser pensado é quanto ao seu objetivo de atingir o público mais jovem, uma opção seria a realização de pesquisas e aplicação de questionários juntamente com a análise de

seus resultados para compreender como essa parcela da população vê as farmácias e quais estratégias são necessárias para fidelizá-los.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, G. W; MELLO, R. C. Uso de Novas Tecnologias de Informação por Profissionais da Área da Saúde na Bahia. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 8, n. 3, p. 9-27, jul./set. 2004.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo** (L. de A. Rego & A. Pinheiro, Trans.). Lisboa: Edições 70. (Obra original publicada em 1977), 2006.

CHIAVENATO, I. **Administração**. 4º ed. Elsevier Brasil, 2007.

COBRA, Marcos. **Marketing básico**: uma abordagem brasileira. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1997

COBRA, Marcos. **Administração de Marketing**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

D'ANGELO, A. C; SCHNEIDER, H; LARÁN, J. A. **Marketing de Relacionamento junto a Consumidores Finais**: um Estudo Exploratório com Grandes Empresas Brasileiras. *Revista de Administração Contemporânea*, Curitiba, v. 10, n. 1, p.73-93, jan./mar. 2006.

FEIJÓ, V. Branding Digital: o desafio das marcas na atualidade. 2012. 14f. Trabalho de conclusão de Pós-Graduação - do Curso de Design e Gestão de Imagem da Universidade Comunitária da Região de Chapecó – UNOCHAPECÓ. Chapecó, 2012. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sul2012/resumos/R30-0033-1.pdf> Acesso em: 20 ago. 2022.

GIANESI, I. G. N; CORRÊA, H. L. **Administração estratégica de serviços**: operações para a satisfação do cliente. Editora Atlas SA, São Paulo 2000.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GORDON, I. **Marketing de relacionamento**: Estratégias, técnicas e tecnologias para conquistar clientes e mantê-los para sempre. 5 ed. São Paulo: Futura, 2002.

GRIFFIN, J. Um programa de fidelização. **HSM Management**. São Paulo, n. 28, p. 58-64, 2001.

JESUS, I. C. de. **Marketing de relacionamento com o cliente**: uma proposta para fidelização e retenção de clientes de maior valor. Gente Fico. Ano III, v. 2, 2003.

KOTLER, P.; KELLER, K. L. **Administração de Marketing**: A Bíblia do Marketing. 13.ed. São Paulo: Prentice Hall Brasil, 2008.

KOTLER, Philip. Marketing de A a Z: 80 conceitos que todo profissional precisa saber. Gulf Professional Publishing, 2003.

KOTLER, Philip. Marketing para o século XXI: como criar, conquistar e dominar mercados. São Paulo Futura, 2000.

KURY, G. **Gestão de Marketing**. Rio de Janeiro: Apostila IBMEC, 2013. Disponível em: [/www.webartigos.com/artigos/a-evolucao-do-marketing-ecomunicacao-a-pratica-da-sustentabilidade-social-e-ambiental/](http://www.webartigos.com/artigos/a-evolucao-do-marketing-ecomunicacao-a-pratica-da-sustentabilidade-social-e-ambiental/) Acesso em: 11 ago. 2022.

LENZI, F. C.; KIESEL, M. D.; ZUCCO, F. D. **Ação empreendedora**: como desenvolver e administrar o seu negócio com excelência. São Paulo: Gente, 2010.

MADRUGA, R. Guia de Implementação de Marketing de Relacionamento e CRM. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2004.

MADY, E. B. **A Evolução dos Conceitos e Práticas do Marketing de Relacionamento**: Um Estudo de Caso no Varejo Farmacêutico de Curitiba. 2009. Disponível em: [http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/1884/20458/1/MARKETING\\_DE\\_RELACIONAMENTO\\_14\\_08\\_uv.pdf](http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/1884/20458/1/MARKETING_DE_RELACIONAMENTO_14_08_uv.pdf) Acesso em: 02 outubro 2022.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria método e criatividade. 17<sup>a</sup> ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. 80 p.

MOUTELLA, C. **Fidelização de clientes como diferencial competitivo**. 2004. Disponível em: [http://www.portaldomarketing.com.br/Artigos/Fidelizacao\\_de\\_clientes\\_como\\_diferencial\\_competitivo.htm](http://www.portaldomarketing.com.br/Artigos/Fidelizacao_de_clientes_como_diferencial_competitivo.htm) Acesso em: 02 ago. 2022.

OLIVEIRA, L.; BRITO, R. R. de; BEKER, J. C. **O Gerenciamento do Relacionamento com o Cliente Via Sistema Integrado de Gestão Sustentável**. 2013. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos13/311818.pdf> Acesso em: 15 jan 2023.

PEDROSO, A. **Marketing de relacionamento nas redes sociais digitais**: análise da startup Nubank. 2016. 78f. Trabalho de conclusão de curso – Departamento de comunicação, faculdade de biblioteconomia e comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul. 2016.

PEREIRA, P. F. P.; BASTOS, F. C. Um estudo sobre a fidelização de clientes a partir de estratégias de Marketing de relacionamento no segmento de farmácias e drogarias. SEGET–**Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia**, p. 1-15, 2009.

PINHEIRO, I. N. **Gestão de satisfação e fidelidade do cliente**: um estudo dos fatores que afetam a satisfação e fidelidade dos compradores de automóveis. 2006. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

SALOMÃO, K. Por atender mal, empresas brasileiras perdem R\$ 400 bi. **EXAME**, 2018.




SALVADOR, A.; TRÉS, E. K.; COSTALONGA, F. B. **A utilização do CRM: um estudo de caso em uma instituição de ensino superior.** 2013.

SLONGO, L. A.; MÜSSNICH, R. Serviços ao Cliente e Marketing de Relacionamento no Setor Hoteleiro de Porto Alegre. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 9, n. 1, p.149-17, jan./mar. 2005.

WARD, T.; DAGGER, T. S. The complexity of relationship marketing for service customers. **Journal of services Marketing**, v. 21, n. 4, p. 281-290, 2007.

ZENONE, L. C. **Marketing Social.** 1ªed. São Paulo: Editora Cengage Learning BR, 2006.

**Capítulo 2**  
**JUDICIALIZAÇÃO REVERSA COMO ESTRATÉGIA DE**  
**DOMINAÇÃO: DISPUTAS CONCEITUAIS NAS POLÍTICAS**  
**PÚBLICAS SOBRE TERRAS QUILOMBOLAS**  
**Clarissa Bottega**



## JUDICIALIZAÇÃO REVERSA COMO ESTRATÉGIA DE DOMINAÇÃO: DISPUTAS CONCEITUAIS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE TERRAS QUILOMBOLAS

*Clarissa Bottega*

*Doutora em Ciências Sociais (UNISINOS), mestre em Ciências Jurídicas (COIMBRA), jurista.*

*E-mail: doutora@clarissabottega.com*

**RESUMO:** O trabalho apresentado busca quebrar os paradigmas relacionados ao senso comum que envolve a compreensão do instituto da judicialização de políticas públicas e apresentar um novo horizonte para a percepção de que o instituto, apesar de ter sido criado em busca da efetivação da democracia, pode ter seu uso desvirtuado e empregado com o objetivo de desdemocratização. A proposta percorreu o caminho da ciência política com a análise pormenorizada dos discursos presentes na ADI nº 3.239/2004 que tinha como objetivo a cassação do Decreto Federal nº 4.887/2003. A ação foi proposta por um partido político de base capitalista e liberal contra o decreto que possui como finalidade a regularização fundiária das terras quilombolas. Um dos pontos argumentativos da demanda foi a disputa conceitual acerca do conceito de quilombo, uma vez que o decreto impugnado apresenta como um dos requisitos de acesso ao direito à terra a autoatribuição quilombola. O uso do conceito do quilombo histórico ou do quilombo contemporâneo é ponto crucial para a restrição ou ampliação dos sujeitos de direitos previstos no art. 68 do ADCT, que garante o direito a terra às comunidades quilombolas, e o decreto impugnado é o meio eficaz para acesso a esse direito que é fundamental, inclusive. Portanto, para a classe dominante imprimir a sua definição sobre o conceito de quilombo (histórico) é restringir os sujeitos de direitos e manter a terra sob a propriedade dos latifundiários. Já para as comunidades quilombolas, ampliar a compreensão acerca do conceito de quilombo (contemporâneo) é mais do que reconhecimento e garantia de direitos, refletindo uma necessidade de cidadania na atualidade e não no passado. As lutas de classe, a dominação e a perpetuação das desigualdades permeiam os discursos e as manifestações constantes do processo analisado e refletem o uso por parte da classe dominante dos instrumentos jurídicos cotidianamente compreendidos como defensores da democracia a favor de seus escusos interesses.

**Palavras-Chave:** judicialização; políticas públicas; quilombos; direito à terra; cidadania.

**ABSTRACT:** The work presented seeks to break the paradigms related to the common sense that involves the understanding of the institute of the judicialization of public policies and to present a new horizon for the perception that the institute, despite having been created in search of the effectiveness of democracy, can have its use distorted and used with the aim of de-democratization. The proposal followed the path of political science with a detailed analysis of the speeches present in ADI nº 3.239/2004 that had as objective the annulment of Federal Decree nº 4.887/2003. The action was proposed by a political party with a capitalist and liberal base against the decree whose purpose is the

land regularization of quilombola lands. One of the argumentative points of the demand was the conceptual dispute about the concept of quilombo, since the contested decree presents self-assignment to quilombola as one of the requirements for access to the right to land. The use of the concept of the historic quilombo or the contemporary quilombo is a crucial point for the restriction or expansion of the subjects of rights provided for in art. 68 of the ADCT, which guarantees the right to land to quilombola communities, and the contested decree is the effective means of accessing this fundamental right. Therefore, for the dominant class to print its definition on the (historical) concept of quilombo is to restrict the subjects of rights and keep the land under the ownership of the landowners. As for the quilombola communities, broadening the understanding of the concept of the (contemporary) quilombo is more than recognition and guarantee of rights, reflecting a need for citizenship today and not in the past. Class struggles, domination and the perpetuation of inequalities permeate the discourses and constant manifestations of the analyzed process and reflect the use by the dominant class of legal instruments, which are daily understood as defenders of democracy in favor of their vested interests.

**Keywords:** judicialization; public policy; quilombos; right to land; citizenship.

## INTRODUÇÃO

A judicialização de políticas públicas tem como escopo principal o acesso da população menos favorecida a direitos quando os poderes instituídos não conseguem cumprir com seu papel social.

O presente artigo tem como objetivo investigar o possível uso indevido do instrumento da judicialização de políticas públicas, ou seja, desvelar se instrumentos criados para o fortalecimento da democracia podem estar sendo utilizados com objetivos nefastos na busca da desdemocratização (BROWN, 2019).

A pesquisa buscou investigar se e como a classe dominante mobiliza os instrumentos democráticos (a judicialização) como uma estratégia de perpetuação das desigualdades sociais.

O campo empírico selecionado para a pesquisa sobre os possíveis usos inadequados do sistema de justiça na busca da desdemocratização (BROWN, 2019) como estratégia para a manutenção do *status quo* foi a ADI nº 3.239/2004.

A coleta de dados ocorreu no site do Supremo Tribunal Federal<sup>1</sup> com a consulta pública de processos indicando como argumento de pesquisa a expressão “ADI 3.239/2004”.

---

<sup>1</sup> www.stf.jus.br

A escolha do *corpus* levou em consideração a possibilidade de se analisar e se extrair dos dados coletados as relações de poder simbólico e de força entre os grupos e suas interconexões com a produção de sentidos e conceitos na defesa dos interesses particulares (BOURDIEU, 1996, p.24).

Delimitado o foco nas disputas conceituais como estratégia de manutenção de poder, optou-se por identificar, nas peças selecionadas, os argumentos, fundamentos e elementos que sustentam essa discussão propondo, para os dados selecionados, a análise do discurso (FOUCAULT, 1996) como forma de verificar quais recursos persuasivos foram utilizados para a criação de verdades e como estes recursos persuasivos foram utilizados pelos diferentes atores para a consecução de seus objetivos na demanda.

A opção pela análise do discurso se justifica pela própria questão envolvida na ADI nº 3.239/2004 onde há um embate silencioso entre os interesses das comunidades quilombolas de um lado e os reais interesses do poder político e do agronegócio do outro sustentados pelo campo de poder e pelo sistema de justiça.

## **1 JUDICIALIZAÇÃO REVERSA: UMA NOVA CATEGORIA DE ANÁLISE.**

Os tribunais nacionais têm interferido cada vez mais na vida social e política do país, isso em decorrência de demandas relativamente recentes baseadas nos chamados direitos sociais, pós Constituição de 1988, gerando assim novos arranjos e novas estratégias entre os atores sociais e o Estado, fazendo com que o papel do Poder Judiciário seja ampliado e nem sempre muito bem compreendido.

Diversos estudiosos, das mais distintas áreas do conhecimento (ALVES; MACHADO, 2016; AVRITZER; MARONA, 2014; TAYLOR; DA ROS, 2008; OLIVEIRA, 2019; MCCANN, 2010; ENGELMANN; CUNHA FILHO, 2013; COUTO; OLIVEIRA, 2019), vêm buscando analisar essa crescente ampliação do papel e da função do Poder Judiciário, na tentativa de compreender as causas desse fenômeno e seus impactos na vida política e social.

A proposta que se apresenta é sugerir um olhar completamente novo sobre uma construção teórica praticamente unânime em relação ao termo *judicialização de políticas públicas*, fornecendo subsídios para compreender como esse fenômeno, de natureza democrática, pode ser utilizado como estratégia de manutenção da dominação e dos

privilégios da classe dominante, bem como apresentar seus possíveis efeitos nefastos sobre o exercício da cidadania.

A partir desse olhar diferenciado, que utiliza novas lentes para análise do fenômeno da judicialização, se propõe a construção de uma nova categoria denominada de *judicialização reversa de políticas públicas*.

A pretensão, inovadora no campo, é apresentar uma visão diferente acerca do que se denomina hoje de judicialização de políticas públicas, desmistificando o entendimento de que tal estratégia é utilizada apenas para buscar efetividade a direitos quando não atendidos pelos poderes Executivo ou Legislativo.

É que o termo judicialização de políticas públicas é compreendido, em seu sentido usual, como a “utilização crescente do sistema de justiça nos casos em que o funcionamento do Legislativo e/ou do Executivo são percebidos por atores os mais diversos como falhos, omissos ou simplesmente insatisfatórios” (COUTO; OLIVEIRA, 2019, p.140).

Nesse sentido, quando se fala em judicialização de políticas públicas quer dizer que questões políticas e sociais não estão mais sendo decididas somente pelas instâncias políticas tradicionais – Executivo e Legislativo – mas também pelo Poder Judiciário (RIBAS; SOUZA FILHO, 2014, p.41).

A judicialização de políticas públicas, normalmente, conforme os autores citados, é compreendida como uma estratégia utilizada pelos atores ou movimentos sociais, grupos e comunidades que fazem suas escolhas de acesso à justiça através da propositura de demandas judiciais quando os poderes Executivo e Legislativo não cumprem com suas funções constitucionais diminuindo, impedindo ou esvaziando os direitos de cidadania.

No presente texto a intenção é propor uma nova concepção quebrando a interpretação unilateral sobre a positividade da judicialização de políticas públicas, demonstrando que este instrumento de exercício da democracia e acesso à direitos pode ser utilizado para a manutenção do poder e da dominação.

## **2 DISPUTAS CONCEITUAIS E JUDICIALIZAÇÃO REVERSA: O CASO QUILOMBOLA.**

O que se busca é analisar, compreender e debater o discurso apresentado nas petições constantes da ADI nº 3.239/2004 como contexto da língua em uso e como instrumento de sustentação do poder, e a possível manutenção das desigualdades através

da manipulação do saber e da escrita, afinal, “é a ideologia que fornece as evidências pelas quais ‘todo mundo sabe’ o que é um soldado” (PÊCHEUX, 1995, p.160), no caso, todo mundo sabe o que é um quilombola(?).

Pode-se afirmar que a legislação e o processo judicial já são em si mesmos, historicamente, formas de manutenção da dominação e hegemonia, sendo um dos pilares de sustentação das diferenças sociais, pois “era o discurso que pronunciava a justiça e atribuía a cada qual a sua parte” (FOUCAULT, 2008, p.15).

Essa afirmação se fundamenta no fato do campo do direito ser um campo repleto de formalismos, procedimentos e rigidez, enquanto o campo quilombola (em oposição) é um campo de práticas sociais e culturais, por exemplo.

A ADI nº 3.239/2004, em resumo, se trata de uma demanda que tinha como objetivo cassar o Decreto Federal nº 4.887/2003, uma vez que esse decreto tinha como objetivo regularizar as terras quilombolas no Brasil.

Sem entrar especificamente no mérito individual de cada argumento lançado na petição inicial e nas demais manifestações processuais, mesmo porque não haveria espaço para essa discussão em um artigo científico, o que verifica na demanda é uma disputa conceitual acerca da caracterização do termo “quilombo” e sua derivação “quilombola”.

A demanda é permeada por uma discussão semântica que perdurou por mais de 17 anos, travando o exercício dos direitos quilombolas relativos à terra dos ancestrais, mais especificamente, a demanda atrasou a aplicação efetiva do previsto no art. 68 do ADCT.

Para demonstrar como essa discussão semântica se deu no bojo do processo, destaca-se que na petição inicial do processo o autor da demanda (PFL, atual Democratas) atribui a condição quilombola como uma rara característica: “Em outras palavras, o texto, regulamentar resume a rara característica de remanescente das comunidades quilombolas numa mera manifestação de vontade do interessado” (BRASIL, 2004).

Ou seja, o autor da demanda quer excluir o máximo de pessoas da condição de quilombola, reduzindo a aplicação do direito fundamental à terra previsto no art. 68 do ADCT.

Em sentido diametralmente oposto o PT (Partido dos Trabalhadores), intervindo no processo como *amicus curiae* após mais de 7 anos de tramitação do feito, alega que o reconhecimento da condição quilombola está embasada em critérios científicos que tem

como objetivo “proteger as comunidades historicamente injustiçadas” (BRASIL, 2004, p.2002).

A Presidência da República, parte ré da demanda, após discutir questões relacionadas a constitucionalidade do próprio decreto impugnado reconhece que não se pode “incorrer no erro ingênuo, (...) de acreditar que os estudos por si só serão suficientes para dirimir os conflitos e pressões inerentes aos processos de regularização fundiária das comunidades quilombolas” (BRASIL, 2004, p.66).

Independente das dificuldades e pressões a Presidência da República defende a manutenção do decreto e do conceito de quilombo em conformidade com o delineamento definido pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA) onde se firmou em 1994 o seguinte entendimento

as comunidades remanescentes de quilombos ‘constituem grupos étnicos conceitualmente definidos pela antropologia como um tipo organizacional que confere pertencimento através de normas e meios empregados para indicar filiação ou exclusão.

(...) “consistem em grupos que desenvolveram práticas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos num determinado lugar.”

(...) portanto, as comunidades remanescentes de quilombos constituem grupos sociais que compartilham uma identidade que os distingue dos demais (BRASIL, 2004, p.72).

Essa disputa conceitual permeou as mais de 4000 páginas do processo e, inclusive, fez parte dos votos dos ministros que julgaram a ação.

Veja-se, por exemplo as palavras utilizadas pelo ministro relator do processo, Cezar Peluso, que se manifestou no sentido de que o conceito de quilombo é metajurídico.

Reafirmo que os respeitáveis trabalhos desenvolvidos por juristas e antropólogos, que pretendem ampliar e modernizar o conceito de quilombos, guardam natureza metajurídica e por isso não têm, nem deveriam ter, compromisso com o sentido que apreendo ao texto constitucional. É que tais trabalhos, os quais denotam avanços dignos de nota no campo das ciências políticas, sociais e antropológicas, não estão inibidos ou contidos por limitações de nenhuma ordem, quando o legislador constituinte, é inegável, as impôs de modo textual (BRASIL, 2004, p.3494).

Em resumo o relator originário do processo julgou procedente os pedidos contidos na demanda para cassar o decreto impugnado, entretanto, ao final da votação, a demanda acabou sendo julgada improcedente tendo como voto vencedor o voto da ministra Rosa Weber.

Acerca do conflito semântico instaurado registra a ministra que “a difícil **determinação do significado do vocábulo “quilombo”** não é novidadeira. Os registros



históricos dão conta que **seu uso sempre foi instrumental e impreciso**” (BRASIL, 2004, p.3558, grifos no original).

E prossegue alegando que “quilombo, afinal, descreve um **fenômeno objetivo – ainda que de imprecisa definição**” (BRASIL, 2004, p.3559, grifos no original).

Neste ponto se verifica que a ministra admite que as comunidades quilombolas são factíveis, ou seja, são existentes, como fenômeno objetivo e não como algo ilusório.

Portanto, a ministra conclui que,

a controvérsia espelha um **desacordo hermenêutico entre a Administração Pública e o Autor da ação**, mais **sobre o próprio conteúdo do art. 68 do ADCT do que propriamente sobre o teor da norma infraconstitucional com ele confrontada** (BRASIL, 2004, p.3559, grifos no original).

Já sinaliza a ministra que se trata mais de uma disputa conceitual interpretativa do que exatamente uma situação de inconstitucionalidade pontual.

Assim, de forma sutil, é possível se identificar como as disputas conceituais foram utilizadas no sistema de justiça para manutenção da dominação através do uso da judicialização reversa de políticas públicas.

### **3 O OLHAR REVERSO PARA A JUDICIALIZAÇÃO.**

O que se pretende com o trabalho apresentado é a mudança de percepção dessa compreensão frigorificada, para usar o mesmo termo de Almeida (2002, p.47) em relação ao conceito de quilombo, do termo *judicialização* quebrando os paradigmas criados relativos às suas motivações que nem sempre são democráticas.

Nesse contexto é importante “compreender o processo de encaminhamento de demandas da sociedade civil ao Judiciário enquanto um fenômeno político que pode nos “dizer algo” sobre nosso sistema representativo” (LOSEKANN, 2013, p. 340).

Destaque-se que há quem defenda que a judicialização de políticas públicas estabelece novos padrões, exclusivamente positivos, de interação entre os poderes constituídos, “captando o fenômeno no âmbito de um processo de aperfeiçoamento das democracias” (AVRITZER; MARONA, 2014, p. 85).

Entretanto, nem sempre a judicialização de políticas públicas traz consigo uma atividade positiva no sentido de buscar a democracia, legitimadora dos envolvidos no que se refere ao exercício “efetivo” dos direitos fundamentais podendo ser, no mais das vezes,

uma ação que tenha como objetivo cassar, impedir, dificultar ou atrasar o acesso a determinados direitos, constituindo-se, então, o que chamamos de 'judicialização reversa'.

O mecanismo da judicialização não está ligado, especificamente, à decisão final do processo, mas sim na busca do Poder Judiciário para a consecução de um fim esperado, a expectativa e a motivação da propositura da demanda refletem as lógicas sociais do demandante que podem não ser democráticas.

As táticas judiciais, em outras palavras, não estão necessariamente assentadas na expectativa de uma vitória judicial. Por essa mesma razão, encarar a influência política dos tribunais apenas sob a ótica dos casos em que aqueles efetivamente alteram a legislação significa restringir sobremaneira a análise e deixar sem apreciação táticas políticas importantes que envolvem os tribunais mesmo em contextos em que a vitória judicial não é esperada (TAYLOR; DA ROS, 2008, p.827/828).

Nesse sentido é que se busca desnaturalizar a função do Poder Judiciário e o próprio termo "judicialização", procurando um estranhamento com o senso comum e questionando diretamente a atuação dos atores envolvidos.

Se faz necessária a quebra dos "sentidos naturais das coisas" para se conseguir ver além do que se apresenta, os conceitos introjetados na sociedade por vezes impedem de enxergar os horizontes mais profundos na intenção de compreender os arranjos e estratégias que trabalham a favor da manutenção do poder e da desigualdade.

Portanto, a construção do conceito de judicialização *reversa* de políticas públicas é uma tarefa árdua, buscando-se a todo momento quebrar barreiras conceituais e olhar através de outras lentes por meio da ciência, da metodologia e da razão as categorias previamente estabelecidas.

A intenção é a busca de novos horizontes para se pensar criticamente em que medida a judicialização de políticas públicas pode ser usada "contra seu uso comum", ou seja, com a intenção de barrar, impedir ou mesmo retardar o exercício de direitos sociais como estratégia utilizada por partidos políticos ou corporações que sustentam interesses diversos e não democráticos.

Quando tratamos do tema "judicialização *reversa* de políticas públicas" queremos chamar a atenção de que nem sempre a movimentação do Poder Judiciário por atores sociais, em observância ao princípio do acesso à justiça, está em conformidade com a busca pela democracia, cidadania e igualdade.

O uso do Judiciário e do sistema de justiça para fins não democráticos é real e pode ser justificado por intenções das mais diversas, inclusive com o objetivo único de atrasar a efetivação de direitos, como foi o caso da ADI nº 3.239/2004.

Esses quatro objetivos táticos (retardar, impedir, desmerecer, declarar) podem ser perseguidos tendo por base sólidos preceitos legais (a forte crença de que uma lei é inconstitucional, por exemplo) e também puros fundamentos estratégicos (por exemplo, um esforço para se recorrer da decisão política apesar do claro reconhecimento de que esse mesmo recurso não tenha qualquer base jurídica) (TAYLOR *apud* TAYLOR; DA ROS, 2008, p.827).

A compreensão do que estamos a chamar aqui de judicialização *reversa* nos mostra que há uma movimentação do Poder Judiciário por atores sociais que almejam a restrição de acesso a direitos fundamentais por uma parte da sociedade brasileira.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Antes de mais nada se faz necessária uma advertência de que todos os grupos sociais agem estrategicamente com objetivos próprios, inclusive através da propositura de demandas judiciais, defendendo interesses justificados em previsões legais elásticas, entretanto tal fato não impede o reconhecimento da judicialização *reversa* como um fato, uma estratégia de ação e como uma ameaça ao exercício da cidadania.

O uso de uma chave ou outra na interpretação dos direitos fundamentais não legitima a propositura de ações que claramente violam direitos fundamentais, como é o caso da ADI nº 3.239/2004 onde se reabre a discussão em relação ao direito à propriedade quilombola que já está inserido na legislação nacional de âmbito constitucional desde 1988.

O que se discute é que o acesso à justiça através da judicialização de políticas públicas, que anteriormente era entendido como um avanço na democracia e no exercício da cidadania, poderá, em tese, estar em xeque quando se vislumbra a utilização do acesso à justiça através da judicialização *reversa* de políticas públicas com demandas que pretendem restringir, retardar, impedir ou atrasar o acesso a determinados direitos já adquiridos. É uma verdadeira quebra de paradigmas.

No caso da ADI nº 3.239/2004 essa opção política é completamente descortinada quando se percebe que a intenção final da demanda é a proteção dos interesses dos

grandes proprietários de terras com a cassação do decreto impugnado, mantendo-se a dominação e o *status quo*.

Há por trás da judicialização reversa, além da estratégia ligada às disputas conceituais para a redução dos sujeitos de direitos, também, o uso do tempo do processo a favor da classe dominante, ou seja, o uso da morosidade do Poder Judiciário como estratégia de ação por parte de atores sociais das classes dominantes para se atingir interesses não democráticos, McCann já pontuou que “o atual sistema fortalece o jogo estratégico para tirar vantagens do atraso, que frequentemente beneficia os que mais possuem poder na sociedade ou no Estado” (2010, p. 194).

Portanto, seria em qualquer análise, no mínimo, vantajosa a propositura da demanda para atrasar, em função da morosidade do sistema de justiça, a própria efetividade do direito.

É o caso da ADI nº 3.239/2004, pois mesmo com o julgamento de improcedência da ação, a vantagem do partido-autor foi conseguir atrasar e dificultar o exercício do direito previsto no art. 68 do ADCT por, aproximadamente, 17 (dezesete) anos com fundamento, dentre outros, na disputa conceitual do termo quilombo entre os campos envolvidos.

Assim, a estratégia de ação do partido-autor com o uso da judicialização *reversa* de políticas públicas, atingiu seu objetivo de suspender e dificultar os processos administrativos que estavam em andamento na busca da regularização das áreas quilombolas, uma vez que o processo judicial poderia anular todos os atos já praticados, bem como, no mínimo, conseguiu atrasar a efetivação do previsto no art. 68 do ADCT por quase 17 anos, portanto, não o fez sem uma razão, mesmo que não seja uma razão de fundo jurídico (discussão semântica).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Os quilombos e as novas etnias. *in: Quilombos: identidade étnica e territorialidade*. O'DWER, Eliane Cantarino (Org.). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. p. 43-81.

ALVES, Fernando de Brito. MACHADO, Edinilson Donisete. Democracia e judicialização da política – problematizando as decisões judiciais sobre direitos sociais. **Revista do Direito Público**, Londrina, v. 11, n. 3, p.13-46, dez. 2016.

AVRITZER, Leonardo; MARONA, Marjorie Corrêa. Judicialização da política no Brasil: ver além do constitucionalismo liberal para ver melhor. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 15, p. 69-94, Dez/2014. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-33522014000300069&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522014000300069&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 13/03/2021.

BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas: sobre a teoria da ação**. Trad. de Mariza Corrêa. Campinas: Papiрус, 1996.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 12 de outubro de 2020.

BRASIL. **Decreto n. 4.887, de 20 de novembro de 2003**. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2003/D4887.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4887.htm)>. Acesso em: 12 de outubro de 2020.

BRASIL. **Guia de Políticas Públicas para Quilombolas**. Disponível em: <<https://www.mdh.gov.br/biblioteca/igualdade-racial/guia-de-politicas-publicas-para-comunidades-quilombolas/view>>. Acesso em: 12 de outubro de 2020.

BRASIL, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). **INCRA e os desafios dos territórios quilombolas: algumas experiências**. Brasília: MDA, 2006.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação direta de inconstitucionalidade nº 3.239/2004**. 2004. Relator Ministro Cezar Peluso. Disponível em <<http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=2227157>>. Acesso em: 10 de março de 2019.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo – a ascensão da política antidemocrática no ocidente**. Tradução de Mario A. Marino e Eduardo A. C. Santos. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2016.

CARDOSO, Adalberto Moreira. **Escravidão e Sociabilidade Capitalista: Um ensaio sobre inércia social**. Novos Estudos. CEBRAP, N. 80, março, 2008. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-33002008000100006](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002008000100006)> Acesso em: 18 de maio de 2020.

CARVALHO, Ernani Rodrigues de. Judicialização da Política no Brasil: controlo de constitucionalidade e racionalidade política. **Análise Social**. Lisboa, v. 44, n. 191, p. 315-335, abril de 2009. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1244540513N8dQF1dd5Da71UX0.pdf>> Acesso em: 15 de junho de 2022.

CITTADINO, Gisele. Apresentação. *in: Justiça no Brasil: às margens da democracia*. Marjorie Correa Marona e Andrés Del Río (orgs.). Belo Horizonte: Arraes Editores, 2018. p. XVIII a XXII.

COUTO, Cláudio Gonçalves; OLIVEIRA, Vanessa Elias de. Politização da Justiça: Atores Judiciais têm Agendas Próprias? **Cadernos Adenauer**. São Paulo, v. 20, p. 139-162, 2019.

ENGELMANN, Fabiano; CUNHA FILHO, Marcio Camargo. Ações judiciais, conteúdos políticos: uma proposta de análise para o caso brasileiro. **Revista de Sociologia e Política**. Dossiês. v. 21. n. 45. Curitiba, p.57-72, mar/2013.

FANTI, Fabíola. Movimentos sociais, direito e Poder Judiciário: um encontro teórico. *in: Sociologia política das instituições*. Fabiano Engelmann (org.). Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2017. p. 241-278.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 3. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

HAGINO, Córa Hisae; QUINTANS, Mariana Trotta Dallalana. O reconhecimento de povos tradicionais e os usos contra-hegemônicos do direito no Brasil: entre a violência e a emancipação social. *in: Revista Direito e Práxis*, v. 6, n. 10, p. 598-644, 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.12957/dep.2015.15428>>. Acesso em: 1º de julho de 2021.

LEITE, Ilka Boaventura. Quilombos e quilombolas: cidadania ou folclorização? *in: Horizontes Antropológicos*. UFRGS. IFCH. Ano 1, n. 1. Porto Alegre: PPGAS, 1999.

LOSEKANN, Cristina. Mobilização do direito como repertório de ação coletiva e crítica institucional no campo ambiental brasileiro. *in: Dados Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: 2013. vol. 56, no 2, p. 311-349.

MCCANN, Michael W. Poder Judiciário e mobilização do direito: uma perspectiva dos “usuários”. Degrav. e Trad. Celly Cook Inatomi. *in: Revista da EMARF*. Cadernos Temáticos. Rio de Janeiro: dez/2010. p. 175-196.

MACHADO, Igor Suzano. Sinédoque constitucional: o desafio (desigual) de agrupamentos profissionais para transformar interesses particulares em valores constitucionais universais. *in: Revista de Ciências Sociais*. Fortaleza, v.49, n.2, jul-out/2018. p. 59-92.

MONTEIRO, Manoel Ricardo. As discussões em torno da regulamentação do art. 68 do ADCT e a ineficiência da regularização fundiária no Brasil. *in: Boletim Científico ESMPU*, Brasília, a. 13. n. 42-43, p. 465-480. jan./dez. 2014.

O'DWYER, Eliane Cantarino (org.). **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

OLIVEIRA, Vanessa Elias de. **Judicialização de políticas públicas no Brasil. [Apresentação]**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2019.

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso. Princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2015.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 2 ed. Campinas: Unicamp, 1995.

RIBAS, Giovanna Paola Primor; SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de. A Judicialização das Políticas Públicas e o Supremo Tribunal Federal. **Direito, Estado e Sociedade**. Rio de Janeiro, n.44, p. 36 a 50, jan-jun/2014.

RODRIGUES, Paulo Joaquim da Silva. **A história do conceito de judicialização na ciência política brasileira (1996-2014)**. Dissertação de mestrado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016. 93 p.

SCHMITT, Alessandra; TURATTI, Maria C. M.; CARVALHO, Maria C. P. A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas. *in*: **Ambiente e Sociedade**, Campinas, n. 10, p. 129-136, 2002.

TAYLOR, Matthew M.; DA ROS, Luciano. Os partidos dentro e fora do poder: a judicialização como resultado contingente da estratégia política. *in*: **Dados**, Rio de Janeiro, v. 51, n. 4, p. 825-864, 2008. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0011-52582008000400002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582008000400002&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 10 de janeiro de 2021.

**Capítulo 3**  
**COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO NAS REDES SOCIAIS DOS**  
**INSTRUMENTOS UTILIZADOS NAS AÇÕES DA INCUBADORA DE**  
**INICIATIVAS DE ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA DA**  
**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA (IEPS-**  
**UEFS)**

**Jeferson Araujo Oliveira**  
**José Raimundo Oliveira Lima**



**COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO NAS REDES SOCIAIS DOS  
INSTRUMENTOS UTILIZADOS NAS AÇÕES DA INCUBADORA DE  
INICIATIVAS DE ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA DA UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA (IEPS-UEFS)**

***Jeferson Araujo Oliveira***

*Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Feira de Santana  
(UEFS). jefersonaraujo299@gmail.com*

***José Raimundo Oliveira Lima***

*Doutor em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB).  
zeraimundo@uefs.br*

**RESUMO**

Este artigo apresenta o desenvolvimento de um trabalho de extensão voltado a criar uma identidade visual nas redes sociais da Incubadora de Iniciativas Popular e Solidária da Universidade Estadual de Feira de Santana (IEPS-UEFS) por meio da utilização de diferentes recursos práticos e teóricos voltados para a propagação das ações realizadas pela incubadora e pelos grupos atendidos. Com a elaboração de cronograma de postagens, criação de modelos padronizados com as cores do grupo de acordo a temática com vista a levar conhecimento e informação para o público geral sobre a importância desta organização para a sociedade, bem como apresentar as ações realizadas pela instituição de forma simples, objetiva e didática, seguindo os preceitos, embora centrado nas ações extensionistas, da pesquisa-ação. Como resultado, inferimos que o trabalho buscou também assessorar os grupos que a IEPS-UEFS desenvolve seus projetos na organização das suas redes sociais, elaborando conjuntamente os recursos visuais para a divulgação de eventos, das ações e dos ideais associados aos diferentes conjuntos de pessoas, demarcando, assim aspectos da comunicação freiriana.

**Palavras-chave:** Marketing Social, Economia Popular e Solidária, Redes Sociais.

**ABSTRACT**

This article presents the development of an extension work aimed at creating a visual identity on the social networks of the Incubator of Popular and Solidarity Initiatives at the State University of Feira de Santana (IEPS-UEFS) through the use of different practical and theoretical resources aimed at the propagation of the actions carried out by the incubator and by the groups assisted. With the elaboration of a posting schedule, creation of standardized models with the colors of the group according to the theme with a view to bringing knowledge and information to the general public about the importance of this organization for society, as well as presenting the actions carried out by the institution of

simple, objective and didactic way, following the precepts, although centered on extension actions, of action research. As a result, we infer that the work also sought to advise the groups that the IEPS-UEFS develops its projects in the organization of their social networks, jointly preparing the visual resources for the dissemination of events, actions and ideals associated with different sets of people, thus demarcating aspects of Freire's communication.

**Keywords:** Social Marketing, Popular and Solidarity Economy, Social Networks.

## Introdução

A identidade visual consiste no conjunto de símbolos que são utilizados para representar uma organização. Dentro deste conjunto estão elementos como cores, fontes e formas, construídos para traduzir o conceito por trás da instituição. A imagem e o fortalecimento da presença no mundo digital constituem grande valor para a disseminação dos ideais que regem qualquer entidade e com o uso crescente da internet e das redes sociais, o acesso às mesmas possibilita a troca de informações e de opiniões, contribuindo na construção de novas parcerias e no redesenho das relações sociais.

Como mencionado na apresentação da Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária da Universidade Estadual de Feira de Santana (IEPS-UEFS) em seu blog: “Dentre nossas atividades, primamos pela divulgação dos valores e princípios da Economia Popular e Solidária e pelo fortalecimento de parcerias entre a Universidade e a Comunidade, em constante diálogo, com a finalidade de atender conjuntamente os setores mais desprotegidos da sociedade, por meio de ações educativas coletivas, participativas e democráticas.” (IEPS-UEFS, p. 01, 2010).

Observou-se, desse modo, uma oportunidade de ampliar esse objetivo não apenas para aqueles ligados diretamente a IEPS-UEFS, como também para aqueles que não detêm o conhecimento a respeito do que significa, para que serve e quais os benefícios para a comunidade.

Segundo Freire (1983) nas discussões se sobre comunicação ou extensão, bem como por meio das estratégias de Marketing Social, prática que utiliza os princípios do marketing tradicional para promover causas sociais, propagar ideias e comportamentos socialmente conscientes e focado no bem estar coletivo, através das redes sociais, como pelo Instagram, que pode-se ampliar a divulgação e facilitar a comunicação da IEPS-UEFS perante as pessoas, bem como promover a inclusão digital das pessoas beneficiadas pelas

ações da incubadora por meio da troca de conhecimentos sobre os usos das principais ferramentas.

Desse modo, o objetivo do plano de trabalho proposto foi contribuir com esse processo, levando informação à comunidade sobre a história, a importância, as curiosidades, as ações e o impacto na sociedade da IEPS-UEFS por meio das redes sociais pelo Instagram, compartilhando com os grupos que a mesma atende e auxiliando na autonomia digital e na inserção desses grupos nas mídias sociais com uma identidade visual organizada e pelos canais de divulgação das discussões teóricas do grupo, por meio de podcasts.

### **Fundamentação Teórica**

Cooperação, autogestão, solidariedade e coletividade são as características que se constituem a base da lógica de produção que busca a valorização do indivíduo enquanto parte de uma coletividade. Singer (2002, p.10), conceitua a Economia Solidária como: “outro modo de produção cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual.”

Em contraposição ao modelo de produção dominante, as práticas produtivas da Economia Solidária devem estar pautadas na reciprocidade, antes do ganho monetário, como afirma (SANTOS, 2002), não excluindo o lucro comercial, mas projetando-o como um produto dessa troca coletiva.

De acordo com Paul Singer (2002, p. 09), o princípio básico do sistema de cooperativa de produção é a “participação efetiva e solidária de todos os membros. Todos possuem o direito de voto em todas as decisões. Não deve haver competição, todos ganham a mesma parcela do capital”. Isso significa que os elos horizontais entre seus membros são frutos da construção coletiva, onde todos os integrantes desempenham funções relevantes na organização.

No sistema capitalista, onde predomina nas relações as trocas majoritariamente monetárias, onde se impulsiona o consumo e as organizações pautam-se em estratégias cada vez maiores de conquista, manipulação e controle dos desejos dos indivíduos com vista a propagar a cultura consumista e auferir mais lucros, sem preocupação com o meio ambiente, com os trabalhadores e ou mesmo com a saúde física e mental das pessoas. É nesse sentido que as estratégias de marketing tradicionais são extremamente

importantes para manter o contato com seus clientes por meio das redes sociais, difundir a cultura do consumismo e se comunicar com as pessoas, criando um ambiente cada mais personificado e individualizado, justamente para ampliar a base de compradores de suas marcas, embora em se tratando de economia popular e solidária as discussões consubstanciadas na comunicação e extensão conforme Freire (2001), pareçam ser mais apropriadas para o contexto em que se insere tal economia.

Na tentativa de desvincular a imagem de não se preocupar com bem público e com as causas sociais, onde parecem claros os princípios sociais de parte do setor empresarial, sob os quais parecem refletir apenas “uma nova modalidade do capital, para incrementar sua lucratividade e encobrir a lógica perversa do mercado” (Beghin, 2005, p.10), cada vez mais usam do Marketing Social para moldar uma abordagem de maior preocupação com a coletividade, sem perder de vistas uma comunicação efetivamente informativa, real e desinteressada em ludibriar o consumidor.

O primeiro trabalho a sugerir uma definição clara para o marketing social foi de Kotler e Zaltman (1971). O estudo aponta para uma ampliação do conceito de troca para algo mais generalizado e não restrito às trocas por dinheiro, como em Kotler (1972) que afirma que as trocas podem ser dadas através de qualquer transferência de recursos sem um pagamento claro entre as partes. Com base nisso, definem o marketing social como a organização e o mapeamento de programas para influenciar e compartilhar ideias sociais (KOTLER; ZALTMAN, 1971, p. 05). O conceito proposto pelos autores de aplicação de conhecimentos das ferramentas de marketing para atividades com finalidade social se tornou a definição de marketing social, sendo utilizado por autores posteriores.

Andreasen (1994) define três critérios para o marketing social: aplicar as técnicas do marketing comercial, influenciar o comportamento voluntário e buscar primariamente o benefício da sociedade e não da organização de marketing que a promove. A autora ainda argumenta que empresas com fins lucrativos engajando em atitudes de melhoria de bem-estar social não podem ser consideradas uma atividade de marketing social, pois a transformação social é um propósito secundário das campanhas do ponto de vista das empresas.

O Marketing Social pode auxiliar no fortalecimento da materialização dos estudos sobre como disseminar as práticas da Economia Solidária, pois a produtividade e a coletividade são impulsionadas pelos vínculos afetivos e cooperativos e promovem ganhos plurais.

As estratégias auxiliaram na Incubadora de Iniciativas Popular e Solidária da Universidade Estadual de Feira de Santana (IEPS-UEFS) e dos grupos por este atendidos e monitorados, bem como auxiliaram os tais grupos a criar sua marca na comunidade, integrando e se comunicando com o seu público, aumentando a capacidade de influenciar na transformação de suas vidas, nas de suas famílias e na sociedade ao que se insere.

A comunicação se insere nesse contexto como o elo primordial que interliga essa comunidade aos demais membros da sociedade, pois o ato de pensar exige dois sujeitos, aquele que pensa e transmite sua realidade e aquele que recebe e isso só acontece por meio da comunicação. “O mundo humano é, desta forma, um mundo de comunicação.” (FREIRE, 1983, p. 44).

## **Metodologia**

Para a concretização dos objetivos, a metodologia executada deve levar em consideração a singularidade do caráter de um projeto extensionista de economia popular e solidária, isto é, tem de prezar por práticas que promovam a disseminação de conteúdos e saberes que visem à transformação social e o fortalecimento da presença da Incubadora junto a sociedade.

Pretendeu-se criar uma identidade visual para a Incubadora de Iniciativas Popular e Solidária da Universidade Estadual de Feira de Santana (IEPS-UEFS) e dos grupos por este atendidos e monitorados por meio da manipulação de instrumentos que possibilite a criação de conteúdo visual para ser difundido nas redes sociais, em especial o Instagram.

Observando a importância do mundo digital para divulgar o trabalho realizado pela instituição, bem como usar esse mecanismo como uma forma de transformação social por meio da informação e do conhecimento, buscou-se uma inserção organizada, objetiva e engajadora nas mídias sociais da IEPS-UEFS.

Por organizado entende-se a criação de uma agenda de postagens regulares no Instagram, onde por meio de moldes padronizados com as cores da entidade, leve-se conteúdo de forma dinâmica, palatável e de fácil compreensão, usando os recursos que alguns instrumentos de construção de layouts (arranjo dos elementos em um determinado espaço) possibilita.

Tendo como base a metodologia da pesquisa-ação, desenvolvida por Thiollent (2008), em que leva em consideração a participação das pessoas envolvidas e

conscientização do coletivo com relação ao que está se fazendo, as divulgações por meio das postagens no Instagram, WhatsApp e do canal de podcast tiveram como relevância a transferência de conhecimento para o público que não conhece essa iniciativa e para engajar mais aqueles interessados sobre o tema em uma participação mais ativa e por isso a necessidade de trazer a história e os demais aspectos gerais.

É importante valorizar o trabalho dos membros do grupo e uma maneira de se fazer foi a criação de um canal de podcasts voltado a entrevistas com participantes do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Economia Popular e Solidária e Desenvolvimento Local (GEPODESL), em que são discutidos textos teóricos referentes a IEPS, bem como outros trabalhos de suporte nas demandas da IEPS.

Para organizar os modelos de postagens em imagem, vídeo e áudio, foram usados alguns instrumentos de montagem como o *Canva*, *Wondershare Filmora* e outros. Bem como a plataforma *Anchor* para a hospedagem dos podcasts a serem difundidos pelas plataformas *Spotify* e *Google Podcasts*.

Entende-se que as informações devem estar dentro dos ideais da Economia Solidária, buscando a troca de ideias, a apresentação dos trabalhos realizados antes da divulgação e da transparência para com todos os integrantes.

Após a elaboração dos modelos serão apresentados aos membros da incubadora opções com diferentes disposições de fontes, cores e formatos para criar as postagens regulares.

A identidade visual é possível quando as pessoas conseguem associar uma cor a uma entidade e por isso é importante postagens que estejam em sintonia.

## **Resultados e Discussões**

Como resultados atendeu-se a uma rede que conta com um público direto de 101 pessoas, sendo 48 integrantes da IEPS entre bolsistas, voluntários, professores, técnicos, parceiros de outras instituições e representantes dos projetos. Além deste número considerado “público de trabalho da IEPS-UEFS”, circunda entorno de, aproximadamente, 53 também integrantes diretos dos projetos em processo de incubação, bem como outros em diálogos (pré-incubação), acrescidos das comunidades representantes dos grupos em que temos diversas ações como novembro negro, linhas de transmissão, outras ações em 05 distritos de Feira de Santana integrantes da COOBAFS e outros.

Foram elaboradas mais de duas dezenas de postagens em imagens e vídeos que estão disponíveis na página do Instagram da IEPS, bem como a criação de o canal de podcasts direcionado a entrevistas com participantes do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Economia Popular e Solidária e Desenvolvimento Local (GEPODESL), em que são abordados textos teóricos referentes a IEPS, bem como outros trabalhos de suporte nas demandas da IEPS, disponíveis nas plataformas Spotify, Anchor e Google Podcasts.

Os resultados alcançados pela difusão das discussões do GEPOSDEL através dos podcasts foram obtidos extraindo-os da própria plataforma (*Anchor by Spotify*) em que se faz a publicação dos episódios desde a criação até a presente data. Segue a seguir os resultados obtidos:

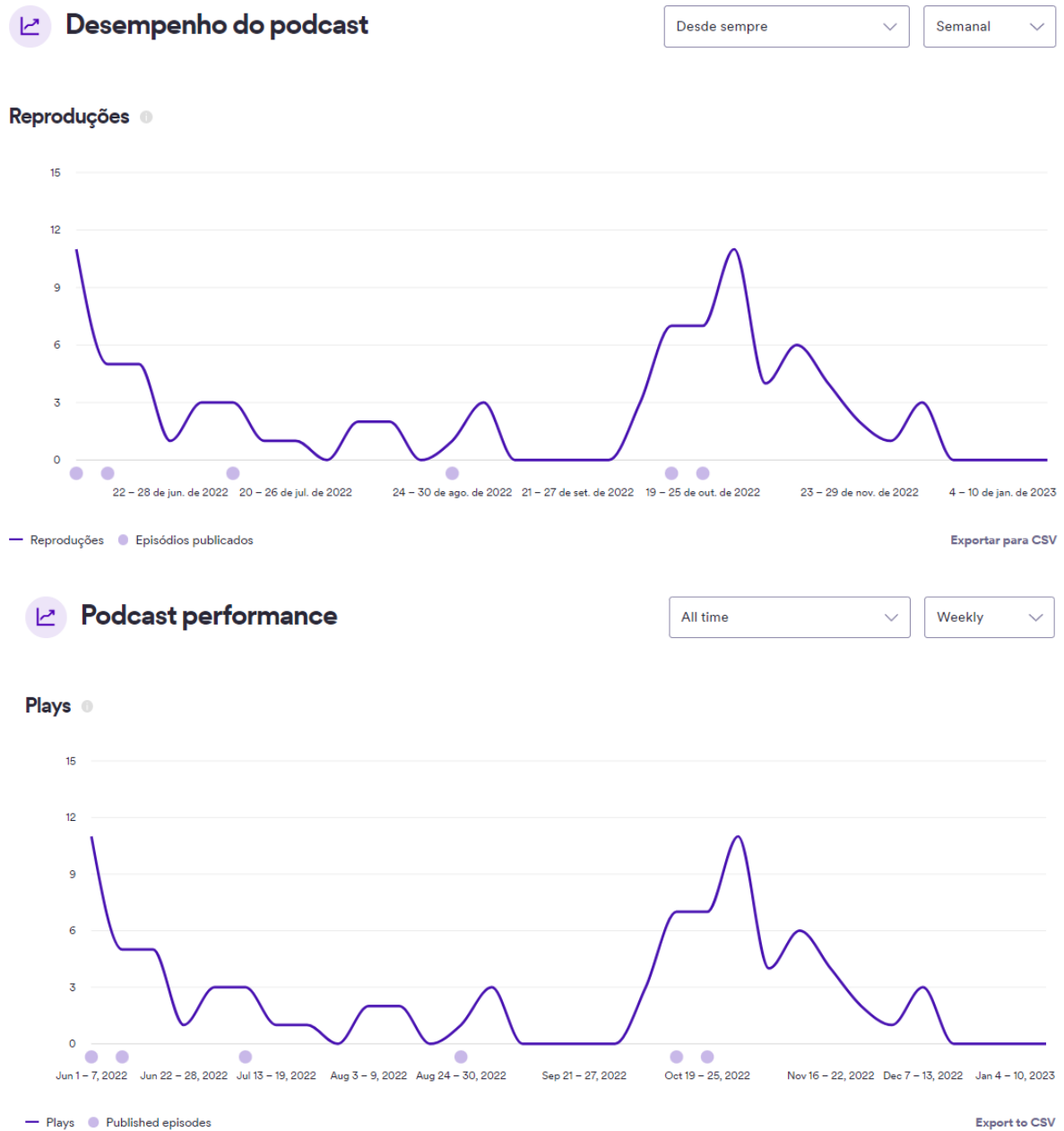
Figura 01 – Desempenho dos Podcasts



Fonte: Anchor by Spotify

A figura 01 apresenta a quantidade total de reproduções dos podcasts produzidos e também a quantidade da reprodução média. Houve um total de 86 reproduções e uma média de 11 reproduções por episódio.

Figura 02 – Desempenho dos Podcasts

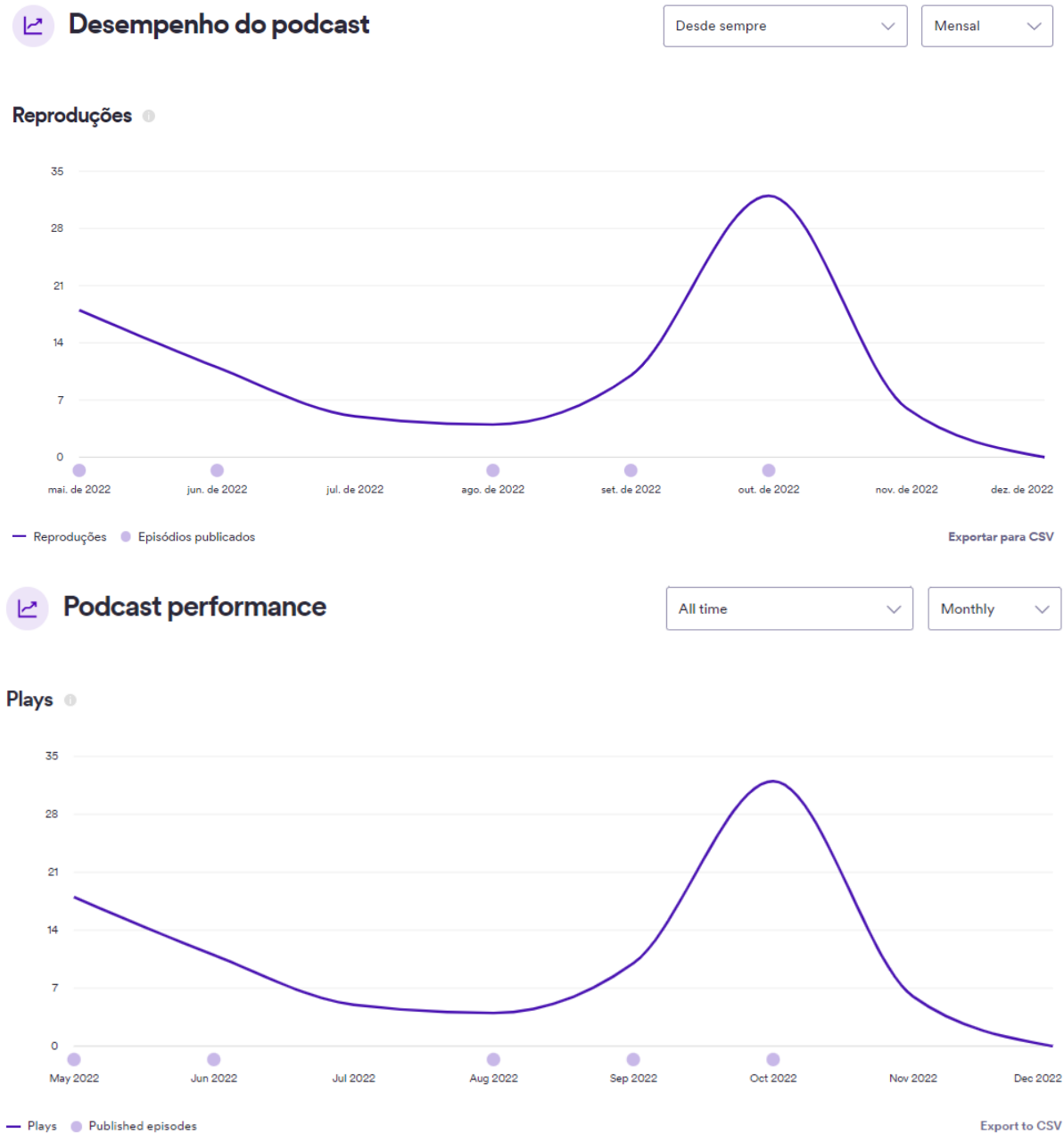


Fonte: Anchor by Spotify

A figura 02 traz informações, por meio de um gráfico, sobre o desempenho semanal dos podcasts relativa à sua reprodução. Houveram 06 publicações e os maiores momentos de audiência ficaram na semana que vai do dia 01 ao dia 07 de junho de 2022 e na semana que vai do dia 19 ao dia 25 de outubro do mesmo ano.



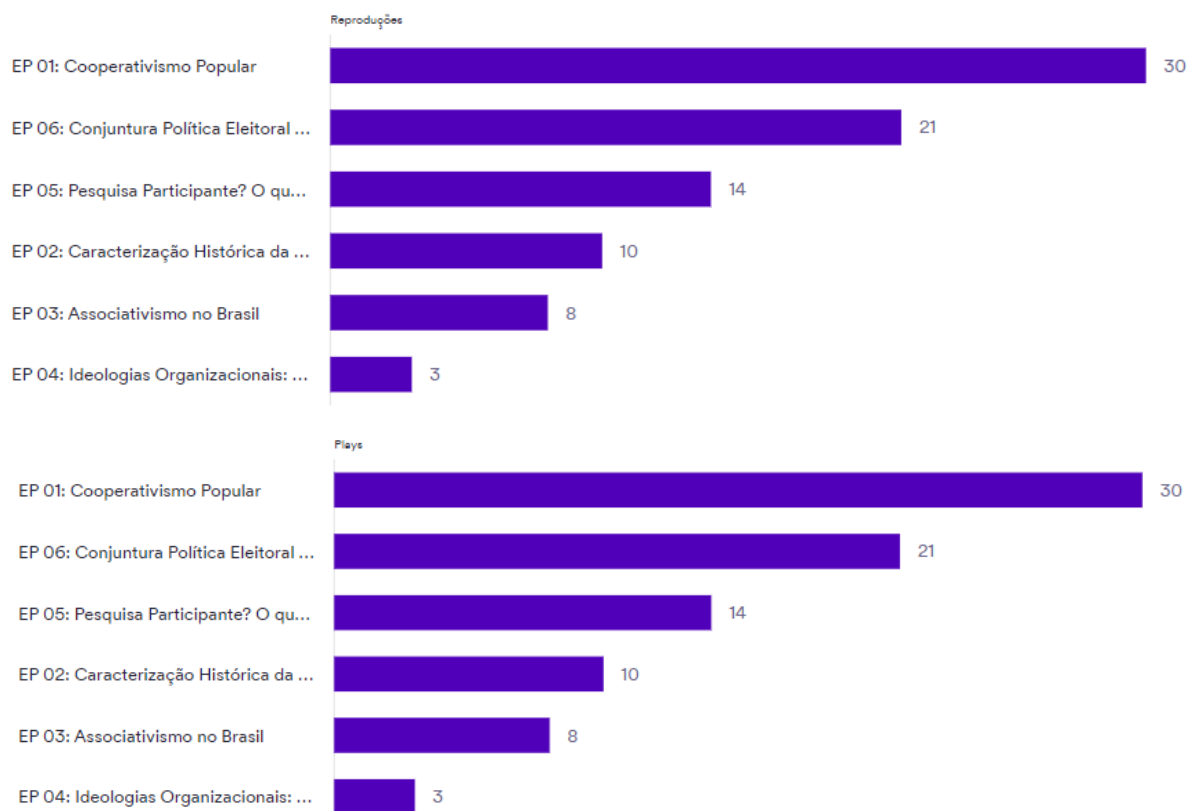
Figura 03 – Desempenho dos Podcasts



Fonte: Anchor by Spotify

A figura 03 traz informações, por meio de um gráfico, sobre o desempenho mensal dos podcasts relativa à sua reprodução. Houveram 06 publicações, distribuídas ao longo de 05 meses, sendo o mês de outubro de 2022 aquele com maior audiência.

Figura 04 – Desempenho dos Podcasts por Episódio

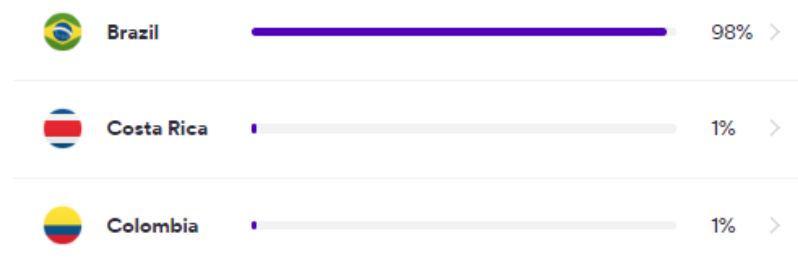


Fonte: Anchor by Spotify

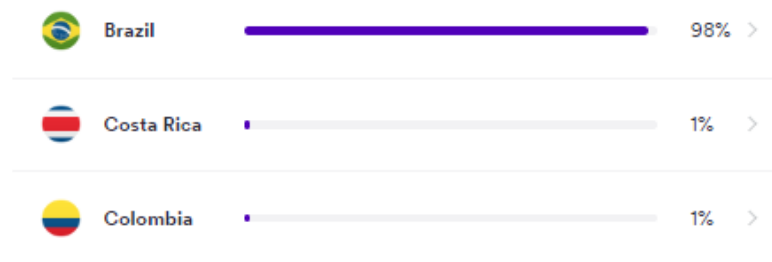
A figura 04 apresenta o desempenho dos episódios publicados em ordem de reprodução, sendo o primeiro aquele que deteve maior acesso, totalizando 30 reproduções.

Figura 05 – Desempenho dos Podcasts por País

**Localização geográfica**



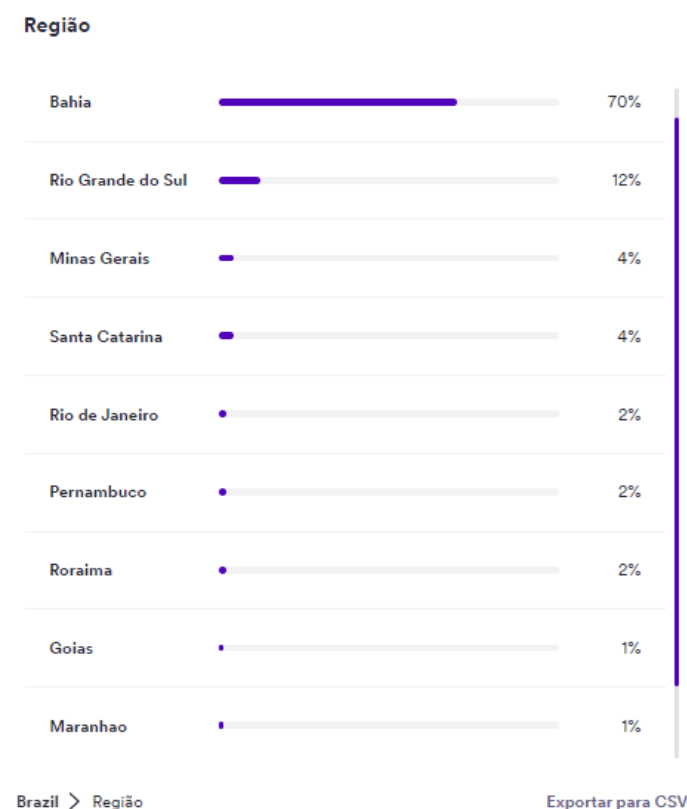
### Geographic location



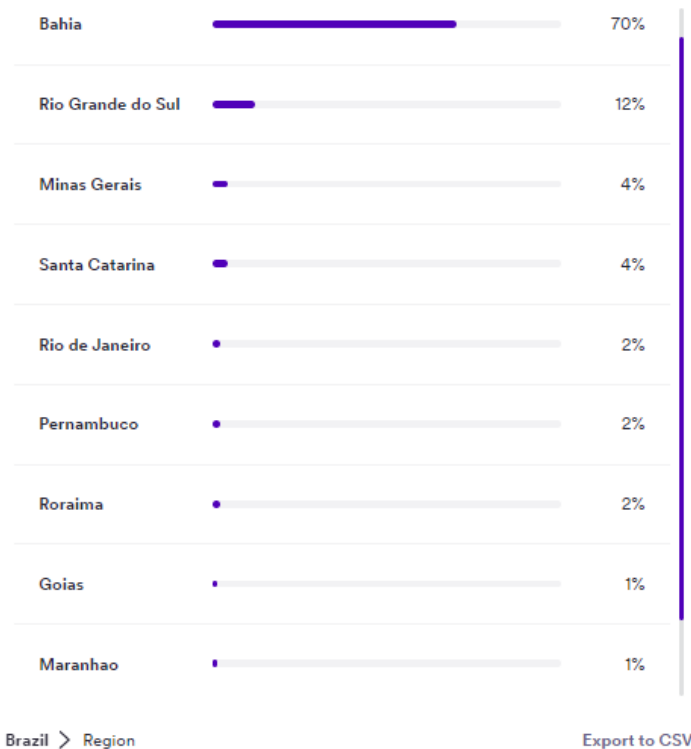
Fonte: Anchor by Spotify

A figura 05 traz o alcance geográfico dos episódios por país. O Brasil teve a maior parcela de abrangência, seguido pela Costa Rica e Colômbia.

Imagem 06 – Desempenho dos Podcasts por Estado da Federação Brasileira



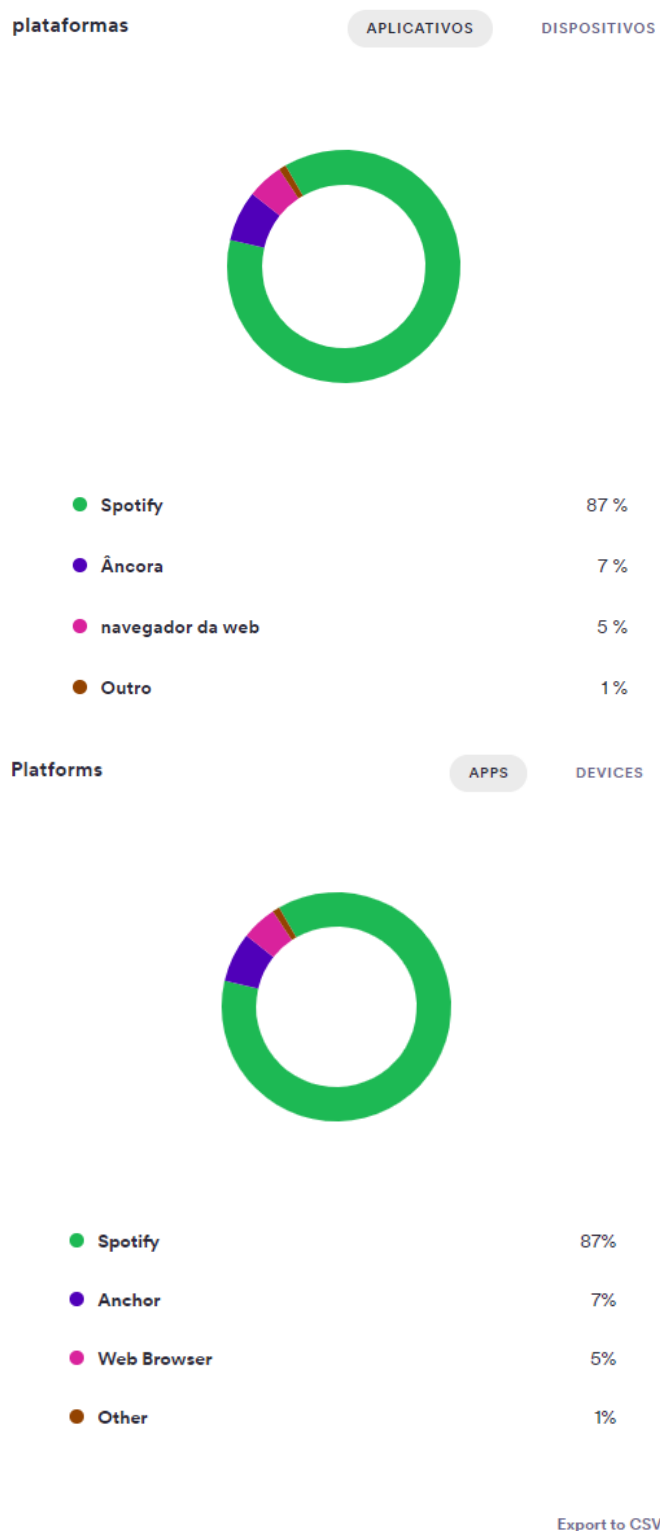
Geographic location



Fonte: Anchor by Spotify

A figura 06 traz o alcance geográfico dos episódios por estado da federação brasileira. O Estado da Bahia é responsável pelo maior fluxo de acesso, dado pelo fato de ser onde são produzidos e difundidos com maior intensidade os trabalhos, seguido por Rio Grande do Sul.

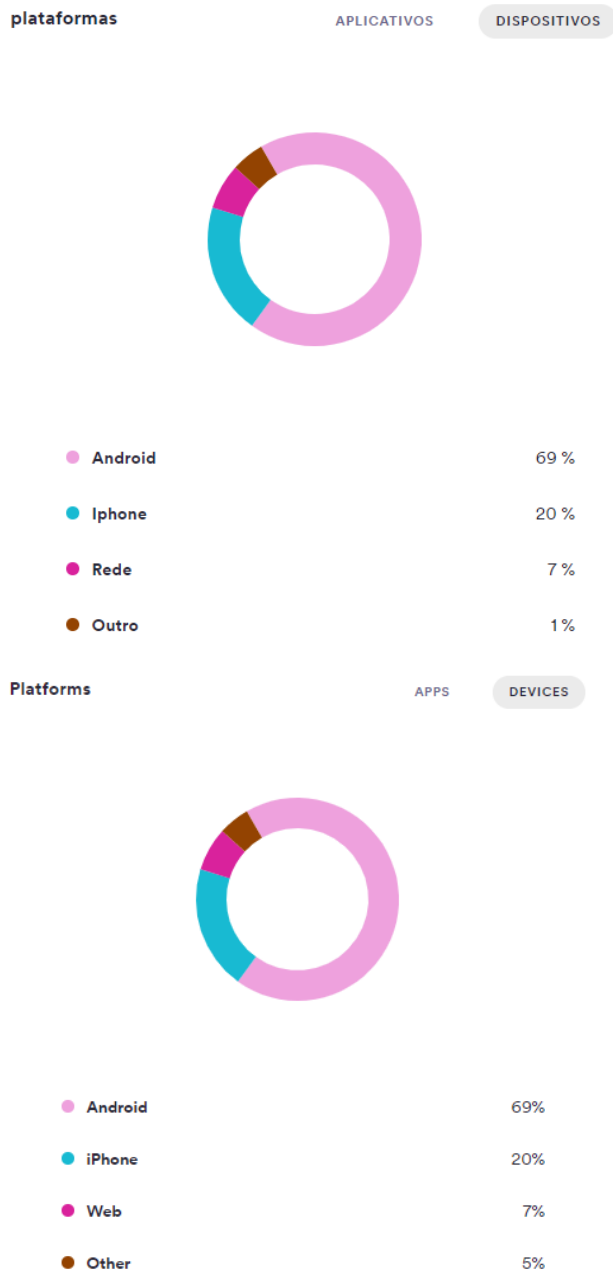
Figura 07 – Desempenho dos Podcasts por Plataforma



Fonte: Anchor by Spotify

A figura 07 aponta o desempenho nas diferentes plataformas de hospedagem de podcasts, sendo o Spotify o local de maior acesso.

Figura 08 – Desempenho dos Podcasts por Dispositivo

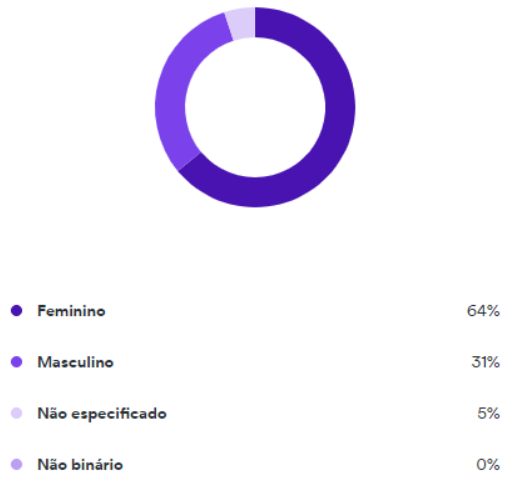


Fonte: Anchor by Spotify

A figura 08 aponta o desempenho nos diferentes tipos de dispositivos, sendo o Android a liderar, seguindo por aparelho do tipo IOS (iPhone).

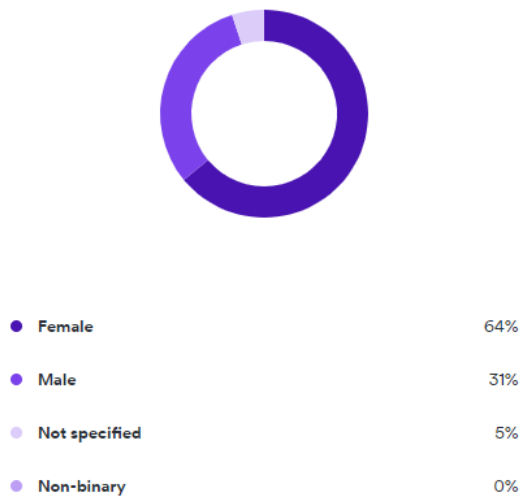
Figura 09 – Desempenho dos Podcasts por Gênero

Gênero



Fonte:  Spotify

Gender



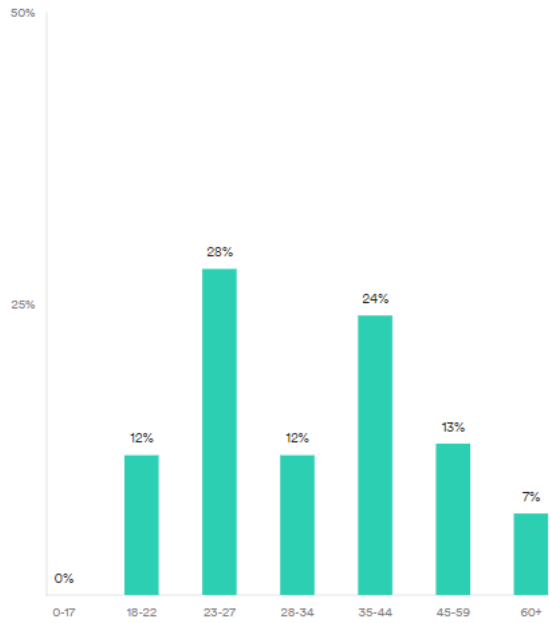
Source:  Spotify

Fonte: Anchor by Spotify

A figura 09 traz o desempenho por gênero, sendo o feminino na liderança com 64% do total de acesso, seguido pelo gênero masculino com 31%.

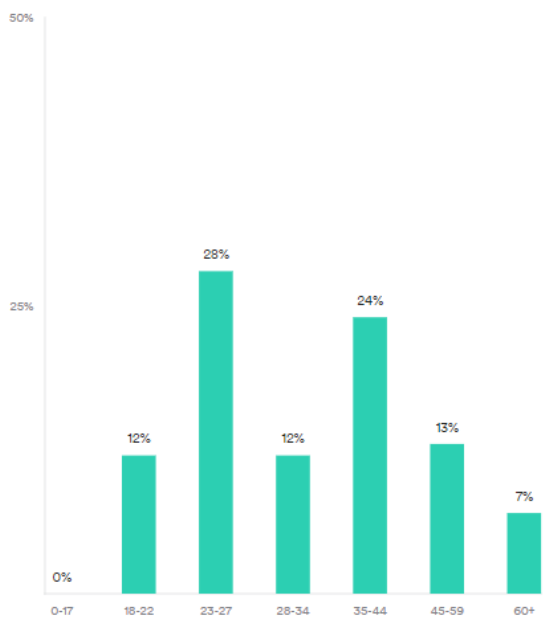
Figura 10 – Desempenho dos Podcasts por Faixa Etária

idade



Fonte: Spotify

Age



Source: Spotify

Fonte: Anchor by Spotify



A figura 10 traz a faixa etária daqueles que acessaram aos episódios publicados. Com 28% do total, aqueles que têm entre 23 e 27 anos lideram, seguido daqueles entre 35 e 44 anos, representando 24% do total.

### Considerações Finais

Ao longo do desenvolvimento do trabalho, muitas alterações surgiram para fazer frente a realidade do momento, desde a criação de novas formas de interação, especialmente com a pandemia que trouxe novos desafios e oportunidades, proporcionando mais atenção as já existentes redes digitais e sociais de interação que se mostraram muito úteis em um contexto em que as pessoas passaram utilizar cada vez mais a tecnologia para ter acesso aos mais variados conteúdo.

Foi pensando nisso que esse trabalho aconteceu, para que as pessoas conheçam na palma da mão, por meio de seus dispositivos, o trabalho solidário e popular da Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária da Universidade Estadual de Feira de Santana (IEPS-UEFS).

Inferimos, portanto, no processo de assessoramento dos grupos que a IEPS-UEFS desenvolve seus projetos na organização das suas redes sociais, a elaboração conjunta, no compartilhamento dos recursos visuais para a divulgação de eventos, das ações e dos ideais associados aos diferentes conjuntos de pessoas, demarcando, assim aspectos da comunicação freiriana.

### Referências

**A Incubadora.** Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária da Universidade Estadual de Feira de Santana (IEPS-UEFS). Disponível em: <<http://incubadorauefs.blogspot.com/p/cantina.html>> Acesso em: 07 de jan. 2023

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária.** 1 ed. São Paulo: Perseu Abramo, 2002

SANTOS, B. de S. (org). **Produzir para Viver - os caminhos da produção não capitalista. Coleção Reinventar a Emancipação Social para Novos Manifestos.** Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2002.

BEGHIN, N. **A Filantropia Empresarial. Nem caridade, nem direito.** 1ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

KOTLER, P., ZALTMAN, G. **Social Marketing**. Journal of Marketing, 35 (3): 3-12, Summer 1971.

KOTLER, P. A Generic **Concept of Marketing**. Journal of Marketing, 36 (2): 46-54, Spring 1972.

ANDREASEN, Alan R. **Social marketing: its definition and domain**. Journal of Public Policy & Marketing, p. 108-114, 1994.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

THIOLLENT, M. J. M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 18.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

**Dashboard Analytics**. Anchor by Spotify. Acesso em: 07 de jan. 2023

**IEPS/UEFS**. Feira de Santana. Instagram: @incubadora.popular.uefs. Disponível em: <<https://www.instagram.com/incubadora.popular.uefs/>> Acesso em: 07 de jan. 2023

**Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária da Universidade Estadual de Feira de Santana (IEPS-UEFS)**. Feira de Santana. *Podcast*. Disponível em: <<https://open.spotify.com/show/6JWafubOngVwkEADYpnhEh?si=10b65c368a314c94&nd=1>> Acesso em: 07 de jan. 2023

**Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária da Universidade Estadual de Feira de Santana (IEPS-UEFS)**. Feira de Santana. *Podcast*. Disponível em: <<https://podcasts.google.com/feed/aHR0cHM6Ly9hbmNob3IuZm0vcy84NTY4OGZkYy9wb2RjYXN0L3Jzcw?sa=X&ved=0CAMQ9sEGahcKEwiYo9qQpKb4AhUAAAAAHQAAAAAQZw>> Acesso em: 07 de jan. 2023

**Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária da Universidade Estadual de Feira de Santana (IEPS-UEFS)**. Feira de Santana. *Podcast*. Disponível em: <<https://anchor.fm/incubadora-de-iniciativas-da-economia-popular-e-solidria-da-uefs>> Acesso em: 07 de jan. 2023

**Capítulo 4**  
**ESTRATÉGIA EDUCATIVA NO COMBATE AO USO DE BEBIDAS**  
**ALCOÓLICAS POR ADOLESCENTES**

**Liliane Rodrigues de Araújo**  
**Sérgio Rodrigues de Souza**  
**Vinícius da Silva Santos**

## ESTRATÉGIA EDUCATIVA NO COMBATE AO USO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS POR ADOLESCENTES

**Liliane Rodrigues de Araújo**

*Graduada em Pedagogia. Mestre em Educação. Email: liliaraujoe10@hotmail.com.*

**Sérgio Rodrigues de Souza**

*Pedagogo. Filósofo. Sociólogo. Consultor Científico. Email:  
sergiorodrigues52@hotmail.com.*

**Vinícius da Silva Santos**

*Biólogo. Mestre em Educação e Tecnologias. E-mail: viniciusbiologo33@gmail.com.*

### RESUMO

O trabalho aborda o uso de bebidas alcoólicas por adolescentes. Justifica-se pelo fato de que a cada dia aumenta o consumo de álcool por adolescentes. A sua relevância científica caracteriza-se por ser este um assunto pouco estudado pela academia. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica. Objetiva possibilitar a compreensão das possíveis causas que levam os adolescentes a consumirem bebidas alcoólicas. É considerada como Bebida alcoólica toda aquela que possua teor alcoólico superior a 0,5 GL (Projeto de Lei nº. 2.733/2008). O álcool é consumido há muito tempo. Porém, antes do processo de destilação, as bebidas tinham um teor de álcool mais baixo, pois sofriam a fermentação. No Brasil, existem leis que proíbem a venda de bebidas alcoólicas a menores, porém, não existe nenhum tipo de controle rígido. A confirmação de que a legislação não está sendo cumprida é retratada no fato de que 39,22% dos adolescentes menores de 18 anos de idade relataram que compram suas próprias bebidas alcoólicas, não encontrando nenhuma dificuldade em obtê-las. As conclusões são que há necessidade de esclarecimento pelos profissionais da educação no sentido de afastar os adolescentes do consumo de álcool. O uso excessivo de álcool pode interromper o crescimento de células normais do cérebro o que pode interferir no rendimento dos adolescentes na escola e na prática esportes. Há ainda a sensação de vencer obstáculos colocados pela sociedade como barreiras que o adolescente vê-se obrigado a superar e que sem poder contar com o apoio dos familiares, apóia-se no álcool e os resultados são as tristes fatalidades que presencia-se comumente.

**Palavras-chave:** Bebidas alcoólicas; Adolescentes; Uso de Bebidas Alcoólicas por adolescentes.

### ABSTRACT

The work addresses the use of alcoholic beverages by adolescents. It is justified by the fact that the consumption of alcohol by adolescents increases every day. Its scientific

relevance is characterized by the fact that this subject is little studied by the academy. This is a bibliographical research. It aims to enable the understanding of the possible causes that lead adolescents to consume alcoholic beverages. Any beverage with an alcoholic strength greater than 0.5 GL is considered an alcoholic beverage (Bill No. 2733/2008). Alcohol has been consumed for a long time. However, before the distillation process, the drinks had a lower alcohol content as they underwent fermentation. In Brazil, there are laws that prohibit the sale of alcoholic beverages to minors, however, there is no rigid control. Confirmation that the legislation is not being complied with is portrayed in the fact that 39.22% of adolescents under 18 years of age reported that they buy their own alcoholic beverages, not finding any difficulty in obtaining them. The conclusions are that there is a need for clarification by education professionals in order to keep adolescents away from alcohol consumption. Excessive alcohol use can disrupt the growth of normal brain cells, which can interfere with teens' performance in school and sports. There is also the feeling of overcoming obstacles placed by society as barriers that the teenager is forced to overcome and who, without being able to count on the support of family members, rely on alcohol and the results are the sad fatalities that are commonly witnessed.

**Keywords:** alcoholic beverages; adolescents; Use of alcoholic beverages by adolescents.

## INTRODUÇÃO

O consumo de bebidas alcoólicas, em especial por adolescentes, tem se tornado problema de política pública, porque devido aos excessos, aumentam-se os números de acidentes automobilísticos e, em especial estes recaem, em primeira mão, nas dependências governamentais do SUS, o que sobreleva os custos da máquina estatal.

Aliado a isto encontram-se questões culturais, sociológicas, filosóficas, epistemológicas e existenciais que, advindas com os avanços científicos tem esclarecido pontos sobre o que antes ignorava-se, por falta de estudos mais profundos. Varella (2013) diz que para essa reviravolta em relação ao uso de álcool entre os adolescentes, que ocorreu bruscamente de uma geração para outra, concorreram diversos fatores de risco. O primeiro é que o consumo de bebida alcoólica é aceito e até estimulado pela sociedade. Pais que entram em pânico quando descobrem que o filho ou a filha fumou maconha ou tomou um comprimido de *ecstasy*; no entanto, numa festa, acham normal que eles bebam porque, afinal, todos bebem.

Mas, quando considerados em termos de volume, as bebidas alcoólicas causam mais danos à saúde, direta e indiretamente, que as drogas consideradas ilícitas. Este estudo visa esclarecer alguns pontos sobre a questão do consumo de álcool por adolescentes, bem como quebrar alguns *tabus*, os quais não justificam-se no meio

acadêmico, tais como, consumo de álcool é uma coisa, alcoolismo é outra, a primeira pode levar a segunda, enquanto o segundo caracteriza-se como uma doença que necessita de tratamento sério e rigoroso, e, se considerarmos que ambas podem conduzir à morte, as causas são divergentes ao extremo.

Há uma necessidade premente de um controle eficiente e eficaz sobre a comercialização de bebidas alcoólicas para adolescentes e estas medidas devem começar pelas próprias famílias. Aos profissionais ligados aos campos da educação, saúde e órgãos fiscalizadores cabem esclarecimentos e apoio junto aos pais e aos seus filhos.

## **CONCEITOS DE ADOLESCÊNCIA**

A adolescência se configura como o período de transição entre a infância e a idade adulta, esta fase da vida se constitui como um período de transformações sejam elas físicas, psíquicas e, principalmente sociais na vida de um adolescente. De acordo com alguns autores, a adolescência dura aproximadamente dos 12 (doze) ou 13 (treze) anos até o início dos 20 (vinte) anos. Portanto não há definição clara para seu ponto de início ou fim. Geralmente, a adolescência se inicia na puberdade, ou seja, através do processo que leva à maturidade sexual. Assim, considera-se puberdade, o período que ocorre a menarca (1ª menstruação) nas meninas e da 1ª ejaculação nos meninos, dessa forma, entende-se que já exista a capacidade de reprodução.

A adolescência é um período de mudanças sejam elas físicas e psicológicas são acompanhadas por alterações das emoções, alterações biológicas e todas estas mudanças são explicadas por meio da interação com o ambiente em que vive (SOUZA, 2012).

Falar em adolescência implica, de certo modo, em uma referência ao biológico. Mas parece-nos que na experiência atual, refere-se, sobretudo, ao campo dos sentidos dessa experiência contemporânea, de certo modo de subjetivar-se. A adolescência é percebida como uma cena crucial na construção das narrativas pessoais e da sociedade. Naturaliza-se a adolescência como um período essencial para o crescimento do indivíduo e para o desenvolvimento da sociedade na medida em que os jovens constituem focos de mudanças.

A adolescência continua, como uma fase da existência humana, envolta em mitos, tabus, conceitos e pré-conceitos, tempo de mudanças, descobertas e desafios; para isso, o adolescente não deve enfrentar o

mundo adulto como um destruidor de valores interpessoais, mas como uma cultura nova que tem algo de relevância a ser agregado ao seu já concebido superego interior. (SOUZA, 2012, p. 09).

Esta fase da vida “é considerada crucial no desenvolvimento do indivíduo, pois marca a estruturação da personalidade” (OSÓRIO, 1989, p. 32). Configura-se também como uma etapa de imaturidade em busca da maturidade. Ou seja, não só um momento de desenvolvimento corporal do indivíduo, como também é marcado por mudanças cognitivas que segundo o autor, influenciam no desenvolvimento da personalidade do adolescente.

Adolescência é o período que se estende desde a puberdade (aproximadamente aos 12-13 anos) até atingir o estado adulto pleno. De acordo com Stanley Hall a adolescência termina comparativamente tarde, entre 22 e 25 anos de idade. (...) Nos termos da teoria da recapitulação, a adolescência corresponde a época em que a raça humana passava por um período de turbulência e transição. Hall descreveu a adolescência como um renascimento, para que possam nascer características mais elevadas plenamente humanas (OSÓRIO, 1989).

## **CONCEITO DE BEBIDA ALCÓOLICA**

É considerada como Bebida alcoólica toda aquela que possua teor alcoólico superior a 0,5 GL (Projeto de Lei nº. 2.733/2008). O álcool é consumido há muito tempo. Porém, antes do processo de destilação, as bebidas tinham um teor de álcool mais baixo, pois sofriam a fermentação. Eram elas a cerveja e o vinho. O álcool é uma bebida psicotrópica. Além de causar dependência, causa também mudanças no comportamento. Inicia-se com uma alteração no humor acompanhada de uma euforia, depois vem o momento da sonolência, onde o indivíduo não possui mais sua coordenação motora e apresenta comportamento depressivo. Isso acontece devido ao fato de o álcool agir diretamente no sistema nervoso central (ARAÚJO, 2013).

A Lei nº. 8.918, de 14 de julho de 1994, autoriza a criação da Comissão Intersetorial de Bebidas e dá outras providências, reza em seu artigo 1º que a obrigatoriedade de padronização da produção e fiscalização do comércio de bebidas, conforme *in verbis*:

**Art. 1º** É estabelecida, em todo o território nacional, a obrigatoriedade do registro, da padronização, da classificação, da inspeção e da fiscalização da produção e do comércio de bebidas.

[...]

**Art. 11.** O Poder Executivo fixará em regulamento, além de outras providências, as disposições específicas referentes à classificação, padronização, rotulagem, análise de produtos, matérias primas, inspeção e fiscalização de equipamentos, instalações e condições higiênico-sanitárias dos estabelecimentos industriais, artesanais e caseiros, assim como a inspeção da produção e a fiscalização do comércio de que trata esta lei (*Ibid.*)

O Decreto nº 3.510, de 16 de junho de 2000 altera dispositivos do Regulamento aprovado pelo Decreto no 2.314, de 4 de setembro de 1997, que dispõe sobre a padronização, a classificação, o registro, a inspeção, a produção e a fiscalização de bebidas.

“[...] Art. 10. As bebidas serão classificadas em bebida não alcoólica e bebida alcoólica.

§ 1º Bebida não alcoólica é a bebida com graduação alcoólica até meio por cento em volume, a vinte graus Celsius. (Incluído pelo Decreto nº 3.510, de 2000).

§ 2º Bebida alcoólica é a bebida com graduação alcoólica acima de meio e até cinquenta e quatro por cento em volume, a vinte graus Celsius. (Incluído pelo Decreto nº 3.510, de 2000)

§ 3º Para efeito deste Regulamento a graduação alcoólica de uma bebida será expressa em porcentagem de volume de álcool etílico, à temperatura de vinte graus Celsius.”

A Lei nº. 9294, de 15 de Julho de 1996 (DOU 16/07/1996) que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do §4º do art. 220 da Constituição Federal, alterada pela Lei nº 10167, de 27 de dezembro de 2000, reza que, **“Parágrafo único.** Consideram-se bebidas alcoólicas, para efeitos desta Lei, as bebidas potáveis com teor alcoólico superior a treze graus Gay Lussac (GL).”

O Projeto de Lei nº. 2.733/2008, apreciado em regime de urgência constitucional, conceitua bebida alcoólica aquela com graduação igual ou superior a 0,5º GL (e não mais a que contém a partir de 13º GL)<sup>2</sup>, ampliando, assim, o rol dos respectivos produtos a

---

<sup>2</sup> INDICAÇÃO DO TEOR ALCOÓLICO EM GL (GAY-LUSSAC). [www.sbrt.ibict.br](http://www.sbrt.ibict.br)  
Joseane Machado de Oliveira - SENAI - RS - 08 de junho de 2006  
O teor alcoólico pode ser expresso em termos:



terem sua publicidade restringida, o que abrange cervejas, vinhos, *ices* e outras bebidas pertencentes ao mesmo grupo.

O Decreto Legislativo Regional nº 14/2008/A de 11-06-2008, em seu artigo 2.º - traz a definição de bebida alcoólica, com a seguinte redação:

“Para efeitos do presente diploma, considera-se bebida alcoólica toda a bebida que, por fermentação, destilação ou adição, contenha um título alcoométrico superior a 0,5% volume” (DIÁRIO DA REPÚBLICA nº 111; série I de 11/06/2008).

## **ASPECTOS LEGAIS SOBRE O CONSUMO DE BEBIDAS ALCÓOLICAS POR ADOLESCENTES**

Segundo Varella (2013) o álcool é tóxico em qualquer dose; e Laranjeira (2013) reforça a fala do médico dizendo que é tóxico em qualquer dose; a diferença está só na intensidade dos efeitos tóxicos. Doses mais baixas têm menos toxicidade do que as mais altas, o que não quer dizer que, consumido em pequenas quantidades, o álcool deixe de trazer danos biológicos para as mulheres grávidas e para os adolescentes, por exemplo. Traz, sim, embora a propaganda se encarregue de fazer as pessoas se esquecerem do componente tóxico do álcool, principalmente durante o crescimento, quando não só o corpo, mas também o cérebro se desenvolve numa velocidade espantosa. No Brasil, a maioria dos adolescentes ainda não bebe, mas os que bebem, bebem muito e com picos de consumo. Embora pouco se fale, esse padrão de consumo – a pessoa não bebe nada durante a semana, mas no fim de semana bebe cinco vodcas ou dez cervejas -, do ponto de vista biológico, é muito danoso para o organismo.

No Brasil, existem leis que proíbem a venda de bebidas alcoólicas a menores, porém, não existe nenhum tipo de controle rígido. No centro de São Paulo, bem perto de um grande colégio, na frente do qual funciona um supermercado, frequentemente de manhã, pode-se ver um grupo de alunos do segundo grau, portanto entre 14 e 17 anos, tomando cerveja na porta do supermercado. É óbvio que conseguiram comprar cerveja apesar da pouca idade (VARELLA, 2013).

---

• °Gay Lussac (°GL= %volume/volume): quantidade em mililitros de álcool absoluto contida em 100 mililitros de mistura hidro-alcoólica. O °GL fornece diretamente a porcentagem de álcool na mistura em relação ao volume. Portanto, o teor alcoólico de 30 °GL equivale a 30% de álcool na mistura. No entanto, como o volume dos derivados de petróleo varia conforme a temperatura, o resultado obtido é irreal, ou seja, o valor lido leva em conta a expansão das moléculas, devido a isso, o INPM (Instituto Nacional de Pesos e Medidas) criou o chamado grau INPM que fornece a porcentagem em peso do produto.

Segundo Laranjeira (2013) uma pesquisa realizada em Diadema e Paulínia, duas cidades paulistas, mostrou que os entrevistadores adolescentes conseguiram comprar bebida alcoólica em 95% dos estabelecimentos visitados (mundialmente, a taxa aceitável é de 10%), o que denota total descontrole da situação. E complementa dizendo que, vivemos num mercado descontrolado, estrategicamente favorecido pela indústria do álcool. No Brasil, há um milhão de pontos de venda de álcool, um para cada 180 mil habitantes, a propaganda é bastante intensa, o preço é baixo e prevalece a falta de controle sobre a comercialização da bebida para menores de idade (*Id.*).

O Decreto-Lei nº. 3.688, de 3 de outubro de 1941, que trata da Lei das Contravenções Penais, reza em seu artigo 63 que, servir bebidas alcoólicas a menor de dezoito anos constitui-se crime, passível de prisão.

A Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) reza que,

[...] Art. 243. Vender, fornecer ainda que gratuitamente, ministrar ou entregar, de qualquer forma, a criança ou adolescente, sem justa causa, produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica, ainda que por utilização indevida, a pena é detenção de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa, se o fato não constitui crime mais grave (Redação dada pela Lei nº. 10.764, de 12.11.2003).

A confirmação de que a legislação não está sendo cumprida é retratada no fato de que 39,22% dos adolescentes menores de 18 anos de idade relataram que compram suas próprias bebidas alcoólicas, não encontrando nenhuma dificuldade em obtê-las. Embora exista a proibição legal do consumo de álcool para menores de 18 (dezoito) anos, o álcool é uma droga legalizada pela sociedade brasileira e seu consumo social é aceito, pois o uso do álcool entre adolescentes é naturalmente comum nos meios sociais, principalmente nas festas com os amigos. Nestes casos, muitos adolescentes bebem com frequência e têm dificuldades para recusar a bebida, principalmente, pelo fato do álcool atuar como um facilitador da aceitação pelo grupo de amigos. Os adolescentes também consomem bebidas alcoólicas no ambiente familiar, em festividades, ou mesmo em ambientes públicos, demonstrando a necessidade de criar mecanismos ou habilidades para que o adolescente venha a resistir a esta pressão social proveniente de familiares, amigos e meios de comunicação, considerados fatores determinantes para o consumo de bebidas alcoólicas (LLAMBRICH, 2005; OSTERBERG, 2004; GALLEGO *et al.*, 2005; PECHANESKY *et al.*, 2004).

## CAUSAS DO CONSUMO DE ÁLCOOL POR ADOLESCENTES

A adolescência é marcada por uma grande vulnerabilidade, incertezas, sofre com as limitações impostas pelos adultos e ainda mais pela necessidade de garantir-se em um mundo que não o compreende nem aceita-o. Destes confrontos nascem as necessidades de afirmação, que são conjugadas com ritos de passagem, verdadeiros desafios que levam estes a encararem/enfrentarem situações de extremo, incluindo o consumo exagerado de bebidas alcoólicas, que tornam-se comportamentos preocupantes se estes permanecem pela idade adulta afora.

Sem desprezar os fatores genéticos e emocionais que influem no consumo da bebida – o álcool reduz o nível de ansiedade e algumas pessoas estão mais propensas a desenvolver alcoolismo –, a pressão do grupo de amigos, o sentimento de onipotência próprio da juventude, o custo baixo da bebida, a falta de controle na oferta e consumo dos produtos que contêm álcool, a ausência de limites sociais colaboram para que o primeiro contato com a bebida ocorra cada vez mais cedo (VARELLA, 2013).

A adolescência é o grupo que gera a maior preocupação quanto ao consumo de álcool, pois o hábito de beber vem aumentando progressivamente entre os jovens e não está havendo controle eficaz pelos órgãos de saúde pública para regular e coibir tal prática. As entidades governamentais não têm desenvolvido programas específicos e regulares em escolas e nos meios de comunicação com a finalidade de prevenir a população para os diversos efeitos nocivos do álcool (VARELLA, 2013).

O consumo exagerado de bebidas alcoólicas acaba iludindo os jovens, dando a impressão de que pode ajudá-los a contornar dificuldades de convívio social. No entanto, aumenta a chance de o jovem optar por algum comportamento de risco, diminuindo a possibilidade de sexo seguro ou envolvendo-o com acidentes automobilísticos. Além destes riscos, sabe-se que quanto mais cedo um jovem começa a beber, maior é a chance de vir a tornar-se um adulto alcoolista (VARELLA, 2013).

De acordo com pesquisa realizada pelo NIDA (Instituto Nacional de Abuso de Drogas), um em cada 20 jovens, entre 15 e 17 anos bebem bebidas alcoólicas e 37% de jovens entrevistados tinham tomado cinco ou mais doses de bebida, pelo menos duas semanas que antecederam a pesquisa.

Além dos sintomas da embriaguez, o consumo excessivo de bebidas alcoólicas é uma das principais causas de acidentes de trânsito, pois o álcool produz incoordenação

motora e retardamento dos reflexos; no entanto, o fator mais importante como causa de acidentes de trânsito está na questão da perda da autocritica, visto que, sob a ação do álcool, as pessoas sentem-se mais corajosas, ousam mais, pensam menos nos riscos e nas conseqüências dos seus atos (MANSUR, 1988; JERNIGAN, 2001; OSTERBERG, 2004).

Aliados a todas as colocações dos autores supracitados, o consumo de álcool por adolescentes tem como fator inebriante, a redução e até mesmo a eliminação da timidez, o que se não for trabalhado de maneira adequada conduz a comportamentos exagerados e violentos, resultando em situações de grande agravo e com graves conseqüências. Ou seja, o consumo de substâncias psicoativas, como o álcool, na adolescência, requer grande preocupação, uma vez que esta substância provoca problemas no organismo do indivíduo que as consome e também para a sociedade.

Os meios de comunicação também podem ser considerados como responsáveis pelo consumo excessivo de álcool, uma vez que veiculam a imagem positiva da bebida, ressaltando que é uma facilitadora das interações sociais; por isso há a necessidade de revisar a legislação sobre os comerciais e propagandas de bebidas alcoólicas (VARELLA, 2013).

Segundo Perez e Oliveira (2011) o tratamento diferenciado que se dá ao álcool não deve nos distrair e levar ao consumo além dos limites adequados. Convencionou-se classificar quem faz uso de álcool de acordo com a quantidade ingerida no período de uma semana. Assim, etilista leve seria quem consome de 1 a 100 mL de álcool puro (volume presente em cinco latinhas de cerveja ou duas doses de whisky); moderado, de 101 a 300 mL (até quinze latinhas ou seis doses de whisky); pesado, para mais de 300 mL. Mas, de forma mais ampla, o consumo é considerado inadequado quando, de forma objetiva, excede dose ou freqüência predeterminada, mas também, de modo subjetivo, sempre que se o utiliza para preencher o vácuo de emoções ou relações sociais verdadeiras.

As conseqüências imediatas são bastante estereotipadas na figura do bêbado. Embora o grau de resistência varie de pessoa para pessoa, entre 20 e 100mg/dL de álcool no sangue são suficientes para provocar euforia e também alguma perda de coordenação motora e cognição; quando essa concentração ultrapassa 100 mg/dL, o comportamento claramente alterado, a coordenação dos movimentos comprometida, a fala arrastada, a consciência estreitada e o tempo de reação aumentado desenham uma embriaguez flagrante; entre 300 e 400 mg/dL, já aparece torpor, podendo evoluir para coma e óbito,

em decorrência de parada respiratória e queda da pressão arterial (PEREZ e OLIVEIRA, 2011).

O consumo de bebidas alcoólicas também se relaciona fortemente a comportamentos violentos e traumatismos, seja em brigas de rua ou na violência doméstica, o que ameaça não só a integridade física, mas também a integridade da estrutura familiar. Anualmente, aproximadamente 5,2 milhões de mortes ocorrem no mundo por acidentes e violências; destas, 1,8 milhão estão associadas a este hábito. Pessoas alcoolizadas estão predispostas a ter comportamento sexual de risco, sem uso de preservativo, expondo-se a DST/AIDS, ou gravidez indesejada; a iniciação de outras drogas, como o cigarro e as substâncias ilícitas, também acontece mais frequentemente após o consumo de álcool (PEREZ e OLIVEIRA, 2011).

Quando esse uso se perpetua, pode surgir o estado de dependência, que ocorre fortemente naqueles indivíduos com alguma predisposição genética, mas que se associa principalmente a certos padrões de consumo, que nos fornecem algumas pistas. Quem consome álcool não porque aprecia o seu sabor, ou o ritual do beber, mas para estar alcoolizado, quem deixa de ir a um evento onde não são servidas bebidas alcoólicas, ou, ainda, quem frequentemente bebe até ficar alcoolizado, por exemplo, mostra que busca no álcool - mesmo que em detrimento de sua razão social ou de outros prazeres que possa proporcionar - o seu efeito enquanto droga (PEREZ e OLIVEIRA, 2011).

### **ATUAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO NA PREVENÇÃO AO USO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS POR ADOLESCENTES**

A Organização Mundial de Saúde (OMS) elenca o álcool como a substância psicoativa mais consumida no mundo e como droga predileta entre crianças e adolescentes (VIEIRA, 2007). A Pesquisa Nacional de Saúde Escolar (PeNSE, 2012) entrevistou 109.104 estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental entre eles 86% com idade entre 15 e 16 anos sobre o uso do álcool. Contrariando as expectativas, neste estudo, as meninas se destacaram com 51,7% e os meninos 48,7%. São vários os prejuízos diretos provocados nos estudantes como perda de memória entre jovens e a falta de atenção desencadeando dificuldades de aprendizagem e dificultando o desempenho escolar, trazendo como consequência baixo auto-estima gerando um círculo vicioso que poderá acarretar um aumento ainda maior no consumo do álcool.

A família exerce grande influência nos adolescentes, uma vez que é no ambiente familiar que o adolescente vai ser caracterizado, conhecendo o caminho que deverá seguir, seja correto ou não. Daí a importância do estabelecimento de programas educacionais destinados tanto para os adolescentes quanto para seus pais ou responsáveis, visando à conscientização e aos esclarecimentos necessários sobre os efeitos nocivos que o consumo exagerado de bebidas alcoólicas pode causar (VARELLA, 2013).

O profissional da educação (pedagogo) deve ter uma atenção e até mesmo uma formação especial para que possa trabalhar com essa classe e em especial com este assunto. Isso se dá porque esse público (adolescentes) são pessoas que necessitam de um grau maior de atenção por julgarem-se inseguros, com sofrimentos psicoemocional e a necessidade de busca de grupos a fim de manter o vínculo social. Para Campos (2003) O vínculo pode ser entendido como uma forma de circulação de afeto entre as pessoas. Os vínculos se constroem a partir do momento em que é estabelecido algum tipo de dependência mútua: uns precisam de ajuda para resolver questões sanitárias; outros precisam disso para poder ganhar a vida, exercer a profissão. Ou seja, para que haja vínculo positivo os grupos devem acreditar que a equipe possui alguma potência, alguma capacidade para resolver problemas. Cabe, portanto, ao profissional da educação procurar conhecer seus alunos, familiarizando-se com os modos como eles se relacionam. Conhecendo bem o pensamento dos seus alunos fica mais acessível o processo de interação entre o aluno e o professor, facilitando a comunicação de melhores propostas metodológicas e dinâmicas eficientes e eficazes. O professor passa a ser um interlocutor, que assinala, salienta, orienta e coordena.

Conforme afirma Klein (1997, p. 125) “cabe ao professor colocar o aluno em situação de desequilíbrio, ou seja, de conflito cognitivo, para ele mesmo, constatando a ineficácia de sua solução, se mobilize na busca de outras possibilidades.”

O educador deve, entre outras coisas, se identificar com o que ensina, se envolver com esta busca e emaranhar no processo. E esta ação deve ser feita por profissionais treinados e qualificados, devidamente capacitados, em cursos formais e informais. Também são necessárias mudanças por parte das escolas, no sentido de valorizar a educação sexual e a promoção da saúde, oferecendo oportunidades de orientações e reflexões (SOUZA, 2012).

E é nesta lacuna deixada pelo sistema familiar que infere-se da necessidade imprescindível de um profissional habilitado em Ciências Humanas que, no caso o profissional da educação (pedagogo) é o mais capacitado para tal, devido à amplitude de sua formação teórico-humanística e seu campo de atuação como técnico em ciências humanas e sociais onde ele irá desenvolver um trabalho preventivo ligado ao desenvolvimento social e cognitivo do adolescente; uma capacitação para os pais visando com isto, prepará-los para enfrentar com sabedoria e discernimento as diversas etapas a que estão sujeitos os seus filhos a passarem; uma formação técnica-científica para que os professores possam desenvolver os conteúdos teóricos e metodológicos, referentes à fase de adolescência, com mais autonomia.

O profissional da educação (pedagogo) irá trabalhar, principalmente, em parceria com escolas, comunidades e programas de atendimento e prevenção ao uso de drogas, com vistas a alertar às famílias sobre os riscos inerentes ao uso abusivo de bebidas alcoólicas por adolescentes. Este profissional pode desempenhar importante papel na promoção da formação humanística dos adolescentes perante vários aspectos, dentre eles a formação e capacitação dos profissionais da educação visando à redução da demanda de álcool e drogas. Entendendo que com as mudanças de paradigmas, atuando na formação de outros pedagogos e demais profissionais da educação, poderão ocorrer novas configurações no cuidado dos diversos grupos da sociedade nos níveis de promoção, prevenção e integração social, proporcionado a criação de uma visão menos estigmatizante sobre o adolescente e seus hábitos, que por muitas vezes não são seus, mas produtos de uma sociedade que impõe como correta e excludente (CARRARO; RASSOOL; LUIS, 2005).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O uso de bebidas alcoólicas na adolescência tem se tornado problema que preocupa autoridades e técnicos em educação, saúde e gestão política não só pelo fato de ter aumentado vertiginosamente, nos últimos tempos, como também por ser um hábito que é estimulado e reforçado pela sociedade em geral. Este problema está, diretamente, ligado à sensação de poder que a bebida provoca no indivíduo, fazendo-o sentir-se mais corajoso, mais ousado e mais alegre, uma vez que reduz os níveis de ansiedade e *stress*, provocando sensíveis aumentos de adrenalina, o que, para os jovens ajuda no combate à

timidez. Infelizmente, em sentido contrário tem-se aumento da violência, agressões, brigas, corridas de carro em alta velocidade e aumento no número de acidentes envolvendo pedestres e motoristas. Tem-se ainda as uniões carnais não consensuais advindas do estado de entorpecimento que toma conta das adolescentes, resultando em deflorações forçadas, gravidezes não desejadas e transmissão de doenças infecto-contagiosas, entre outras tantas.

Mesmo que os adolescentes pareçam estar desenvolvidos fisicamente, seus cérebros continuam em processo de desenvolvimento e amadurecimento, principalmente nas regiões frontais que estão associadas aos altos níveis do pensamento. De fato, o uso excessivo de álcool pode interromper o crescimento de células normais do cérebro o que pode interferir no rendimento dos adolescentes na escola e na prática esportes. Há ainda a sensação de vencer obstáculos colocados pela sociedade como barreiras que o adolescente vê-se obrigado a superar e que sem poder contar com o apoio dos familiares, apóia-se no álcool e os resultados são as tristes fatalidades que presencia-se comumente.

Há que ressaltar que o consumo de bebidas alcoólicas por adolescentes não quer dizer, em hipótese alguma que o mesmo venha a tornar-se alcoólatra, na vida adulta. Há que ter-se cuidados e procurar trabalhar a autoestima destes a fim de que este vício não seja uma válvula de escape para suas frustrações sócio-familiares e transforme-se em uma tábua de salvação para enfrentamento da vida adulta.

Neste ínterim, o profissional da educação (pedagogo) assume papel relevante, dado as suas qualificações técnico-humanísticas e capacidade de empreendedorismo social, que, junto aos postos de Estratégias Saúde da Família, as escolas, as comunidades e as famílias podem contribuir severamente para que o consumo de bebidas alcoólicas por adolescentes na venha a tornar-se problema endêmico.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Ana Paula de. **Bebidas Alcoólicas**. Disponível em: [www.infoescola.com](http://www.infoescola.com) - Drogas. Acessado em 17/06/2013.

BRASIL. **Lei nº. 8.918**, de 14 de julho de 1994, autoriza a criação da Comissão Intersetorial de Bebidas e dá outras providências.

BRASIL. **Decreto nº 3.510**, de 2000.



BRASIL. **DIÁRIO DA REPÚBLICA nº 111**; série I de 11/06/2008.

BRASIL. **Lei 8.069/1990**. Brasília: Gráfica do Senado, 1990.

CARRARO, T. E.; RASSOOL, G. H.; LUIS, M. A. V. A formação do enfermeiro e o fenômeno das drogas no Sul do Brasil: atitudes e crenças dos estudantes de enfermagem sobre o cuidado. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 13, 2005.

CAMPOS, G. W. S. **Saúde Paidéia**. 2. Ed. HUCITEC: São Paulo, 2003.

CAMPOS, M. T. A. **A adolescência inventada e os sujeitos que se inventam na participação social: capturas e rupturas**. Dissertação [mestrado] – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, 2008.

JERNIGAN, D. H. **Global status report: alcohol and young people**. Geneva: **World Health Organization**, 2001. (WHO/MSD/MSB/01.1)

LLAMBRICH, J. A. **Adolescence, alcohol and primary care**. Aten Primaria, Barcelona, v. 36, n. 6, 2005.

MANSUR, J. **O que é alcoolismo**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

PEREZ, Mário Castro Alvarez; OLIVEIRA, Bernardo Salgado P. **Consumo de álcool e suas conseqüências: Uma análise sem moderação (2011)**. Disponível em: [www.pr4.ufrj.br/mortalidade\\_do\\_consumo\\_de\\_alcool\\_e\\_suas\\_conseque...](http://www.pr4.ufrj.br/mortalidade_do_consumo_de_alcool_e_suas_conseque...)

OSÓRIO, Luís Carlos. **Adolescente hoje**. Porto Alegre: Artmed, 1989.

OSTERBERG, E. **What are the most effective and cost-effective interventions in alcohol control?** Copenhagen: WHO Regional Office for Europe's Health Evidence Network - HEN, 2004.

PECHANSKY, F. *et al.* **Uso de álcool entre adolescentes: conceitos, características epidemiológicas e fatores etiopatogênicos**. Rev. Bras. Psiquiatr., São Paulo, v. 26, supl. 1, 2004.

SOUZA, Luciano Oliveira de. **Educação sexual na Adolescência**. [Monografia de Graduação em Enfermagem]. Aimorés: UNIPAC, 2012.

VARELLA, Dráuzio. **Alcoolismo na Adolescência**. In: [drauziovarella.com.br/dependencia-quimica/alcoolismo-na-adolescencia](http://drauziovarella.com.br/dependencia-quimica/alcoolismo-na-adolescencia). Acessado em 15-06-2013.

VIEIRA, D. L. *et al.* **Álcool e adolescentes: estudo para implementar políticas municipais**. **Rev Saúde Pública**, 2007; 41(3):396-403

**Capítulo 5**  
**NEUROCIÊNCIA E A APRENDIZAGEM MATEMÁTICA**  
**Simone Cristina da Costa Tavares**  
**Jesiane Calderaro Costa Vale**



## NEUROCIÊNCIA E A APRENDIZAGEM MATEMÁTICA

***Simone Cristina da Costa Tavares***

*Engenheira de Telecomunicações, Licenciada em Matemática, Especialista em Docência no Ensino Superior, Mestre em Engenharia Elétrica na área de Telecomunicações, Doutoranda em Engenharia Elétrica na área de Telecomunicações na Universidade Federal do Pará. simOne\_tavares@yahoo.com.br*

***Jesiane Calderaro Costa Vale***

*Psicóloga, Neuropsicóloga, Especialista em Saúde Mental, Especialista em Psicologia Hospitalar, Mestre em Psicologia Clínica e Social, Doutora em História Social, Pesquisadora no GP Militares, Política e Fronteiras na Amazônia - UFPA/CNPQ. jesianecalderaro@gmail.com*

**Resumo:** Este artigo objetiva apresentar aproximações teóricas entre a neurociências e aprendizagem matemática. Trata-se de um estudo bibliográfico, no qual tecemos discussões teóricas a respeito da motivação e do tempo oportuno para a aprendizagem do educando, de acordo com seu desenvolvimento cognitivo. A escolha do tema em questão foi motivada no desejo de querermos ajudar o docente e o discente a terem uma experiência prazerosa no ensino da mencionada ciência (matemática) desmistificando-a como uma disciplina pouco compreensível, complexa, e como a principal causa de reprovações escolares. Historicamente muitos alunos não conseguem assimilar o conteúdo da matemática e se sentem “incompetentes” para a absorção da matéria, exatamente por isso defende-se a importância da mesma, como uma ciência elementar em toda a existência humana; mesmo o indivíduo não escolarizado, faz uso no seu cotidiano de elementos cabíveis à matemática. Acreditamos assim, com base nos referenciais teóricos estudados, no diálogo entre neurociências e matemática, para proporcionar a melhoria do ensino-aprendizagem.

**Palavras-chave:** Matemática, Neurociências, Desenvolvimento cognitivo, Docência, Aprendizagem.

### 1.INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar a importância do ensino da matemática consubstanciado ao conhecimento da neurociência para esse aprendizado,

tendo por certo que o fenômeno ensino-aprendizagem perpassa por enfoques que envolvem uma perspectiva interdisciplinar.

A escolha do tema em questão foi motivada devido entendermos que os estudos interdisciplinares da neurociência com as demais disciplinas são muito recentes, algumas décadas, mas que ele é de suma importância para ajudar o docente e o discente a terem uma experiência prazerosa no ensino-aprendizagem da mencionada ciência (Matemática) desmistificando-a como uma disciplina de ensino pouco compreensível, e até de certa forma complexa, cujo o codinome recebido há décadas é de “vilã” das repetências e reprovações escolares.

Diante disso, visamos contribuir as classes fundamentais, através de um estudo voltado para o resgate da aula lúdica e divertida da matemática, para que o aluno tenha uma experiência instigante, cheia de sentido no seu próprio cotidiano e um aprendizado agradável na disciplina, o que muitas vezes somente ocorre até o período do ensino infantil e depois, tal ludicidade acaba sendo perdida, à medida que o conteúdo da disciplina vai se apresentando mais complexo.

Constata-se que a Matemática faz parte do cotidiano de todas as pessoas, porém muitas vezes isso acontece de forma despercebida. Usamos a matemática para uma diversidade de situações, seja para termos o conhecimento de uma área não definida, para uma amostra de uma determinada pesquisa, que é algo complexo; seja para uma comparação de médias em análise de variância como um recurso estatístico, ou simplesmente para aferirmos a massa de um produto/alimento através de uma balança.

Por conta disso, apresentamos reflexões neste trabalho, com base na neurociência para que o docente se aproprie e faça uso em sua aula de matemática, proporcionando assim que a mesma se torne mais atrativa e seu método de ensino seja mais eficiente; ao passo que também ao discente seja proporcionado uma experiência instigante, com o incentivo de sua autoconfiança, autonomia, e busca de mais conhecimento sobre o assunto ministrado em sala de aula, e conseqüentemente seja mais gratificante o esforço empregado para o seu aprendizado.

Sabemos que essa é uma tarefa árdua, pois é de conhecimento a individualidade de cada aluno, os fatores idiossincráticos que interferem no processo de aprendizagem, o surgimento de diagnósticos, por exemplo, de transtornos específicos de aprendizagem<sup>3</sup>;

---

<sup>3</sup> Pesquisas constataam que 10 em cada 100 pessoas em todo o mundo, tem um transtorno específico de aprendizagem.

além dos diversos tipos de traumas e cargas emocionais que produzem certo bloqueio ao discente.

Nesses casos, levamos em consideração a necessidade de o aluno, em obter auxílio para transpor tais dificuldades, e para isso, é preciso identificar o problema/a causa, os pontos fortes e fracos e a partir daí, espera-se que os professores e outros educadores possam trabalhar juntos para estabelecer estratégias que ajudarão o estudante, a aprender matemática de modo mais eficaz, dirimindo assim, as consequências negativas e proporcionando um aprendizado mais leve e satisfatório.

Para tanto, utilizamos a metodologia bibliográfica como norteadora do trabalho por termos na literatura um aparato de metodologias eficazes que discorrem sobre o assunto, onde reunimos de forma clara e objetiva, a finalidade de tornar a aprendizagem da matemática uma possibilidade ao alcance de todos; cenário no qual, o professor e o discente se revezam no papel de protagonistas e coadjuvantes, ao mesmo tempo que se interajudam, e se determinam a fazerem uma viagem juntos.

Dessa forma visando contribuir, com o ensino-aprendizagem de excelência da aula de matemática, dividimos o artigo em 4 seções. A primeira seção temos esta introdução. Trata-se de explicações preliminares acerca do assunto, escolha da temática, motivações e objetivos do artigo; na segunda seção, revelamos breves considerações sobre o desenvolvimento neurocientífico cognitivo, suas implicações nos processos educacionais, no aprendizado de forma genérica; na terceira seção apresentamos reflexões sobre o Ensino-Aprendizagem da Matemática relacionando-os com a Neurociência e, na última seção, concluímos o assunto em questão.

## **2 O DESENVOLVIMENTO NEUROCIENTÍFICO COGNITIVO**

A neurociência cognitiva é um campo interdisciplinar, envolve conhecimentos da genética, da biofísica, da neurociência computacional, entre outras – que investiga potenciais substratos neurais para processos mentais. Dentro dessa abordagem se desenvolvem as pesquisas sobre cognição numérica, isto é, as bases cognitivas e neurais dos números e da matemática. Um saber mínimo de Matemática é muito relevante no dia a dia de qualquer pessoa, porém para muitos a matemática é vista como uma matéria de difícil entendimento. Isso, é devido a uma série de fatores e um deles é o contato com a

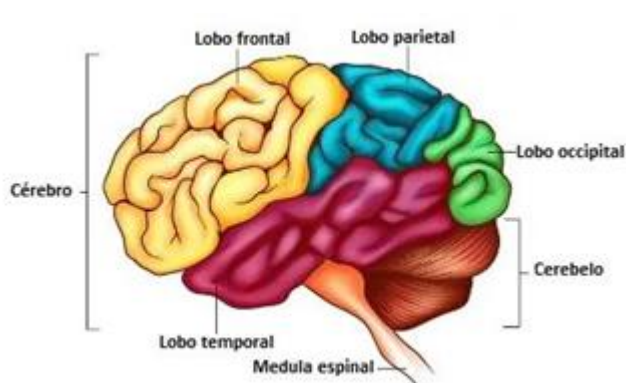
matemática através de métodos ultrapassados e bastante enfadonhos, causando um bloqueio cognitivo para o aprendizado da Matemática.

Existem vastas evidências de que as competências numéricas nos primeiros anos de vida são preditivas da aprendizagem matemática nos anos escolares, igualmente é também nesses primeiros anos que pode ser ocasionado o bloqueio e o trauma ao aprendizado.

Nesse caso, muitas crianças e adolescentes, embora possuam uma boa saúde neural, pois sabemos que problemas neurológicos/cognitivos, transtornos específicos de aprendizagem, tal como: a discalculia, interferem no aprendizado da matemática, são associados à incapacidade de aprender a matemática como uma limitação pessoal, todavia parte dessa falta de entendimento da matemática foi ou é decorrente da má didática e a sistemas culturais-educacionais.

Constata-se que para alguns alunos, por exemplo, para os que tem discalculia, a matemática é muito desafiadora. Neste caso, o aluno tem dificuldades para entender a quantidade das coisas e por isso, tem dificuldade de entender os números e o que eles representam; dificuldade para o aprendizado da tabuada (adição, subtração, multiplicação e divisão); para resolver problemas matemáticos; para organizar coisas de maneira lógica e para medir. Quando adultos, são observadas outras dificuldades, como para estimar custos ao fazer compras; tem menor habilidade no gerenciamento financeiro; prejuízo na memorização das funções matemáticas, em seguir cronograma, na realização de cálculos mentais sem auxílio da calculadora, do lápis e do papel, dificuldade para estimar com precisão e velocidade ou julgar distâncias, dentre outras.

Figura 1 – Divisão do cérebro humano.



Fonte: <https://mundoeducacao.uol.com.br/biologia/cerebro.htm>. Acesso em: 11 de janeiro de 2022.

Na figura 1 vemos o cérebro humano. Ele está relacionado com a memória, inteligência e emoções e está dividido em dois hemisférios, o esquerdo e o direito. Os hemisférios se dividem em quatro lobos cerebrais. Abaixo descrevemos cada uma das divisões dos hemisférios cerebrais.

- Lobo frontal (amarelo): Essa é a parte responsável pelas funções executivas, as quais, segundo Malloy-Diniz *et. al* (2008), onde ocorrem todos os processos que exigem planejamento, organização, sequências, decisão, análise, síntese, atenção executiva (seletiva e sustentada), coordenação de estratégias (eleição de prioridades e ações secundárias), inibição comportamental, memória de trabalho, exigibilidades de interesses, percepção de erros e construção das correções.
- Lobo temporal (vermelho): a região é responsável pela percepção auditiva dos sons e das diferentes estruturas de linguagem fonológica, sendo o centro de toda a linguagem do nosso cérebro;
- Lobo parietal (azul): essa parte está conectada à sensibilidade geral (tátil, propriocepção, dor, etc.), coordenação espacial, integração senso-perceptiva e orientação atencional;
- Lobo occipital (verde): a região occipital está ligada a toda a habilidade visual sendo o centro das percepções visuais para as tarefas do cotidiano.

Conforme Augusto Buchweitz (2016), no seu artigo intitulado *“Language and reading development in the brain today: neuromarkers and the case for prediction”*, os componentes do circuito da linguagem estão associados a níveis de processos auditivos; os principais centros e processos incluem:

- (1) o córtex auditivo primário, que processa informações auditivas brutas;
- (2) os córtices temporal-posterior e parietal inferior, que processam a organização sistemática dos sons das palavras;
- (3) o córtex temporal medial, associado ao significado das palavras, e
- (4) o córtex frontal inferior, que processa a estrutura da linguagem.

Estudos da neurociência indicam que as conexões cerebrais acontecem a todo momento e se iniciam no 4º período da gestação. O cérebro possui partes específicas para um determinado tipo de aprendizagem e o desenvolvimento dele também acontece de forma gradual. Por exemplo, a região do cérebro chamada temporo-parietal, faz parte do processo da aprendizagem da leitura e está associado ao córtex temporal medial, essa área faz o trabalho de ligação de sons a letras (fonemas) e como eles se correspondem. Entre os 5 a 8 anos de idade, ocorre na criança, a mudança do volume dessa região cerebral, e a falta de aumento do volume, interfere no aprendizado da formação das palavras.

Entretanto, no tocante à matemática, constata-se que, quando raciocinamos sobre alguma questão que a envolve, diferentes áreas do cérebro são acionadas, inclusive as redes frontais, o lobo temporal medial e, acima de tudo, o hipocampo, são mobilizadas.

A pesquisadora dra. Analía Arévalo (2021), uma das coordenadoras do curso de Especialização em Neurociências da Escola de Educação Permanente do HCFMUSP esclarece que “A neurociência é muito vasta e abrange desde a área comportamental e reabilitação motora, até a cognição avançada”. Então, dessa forma vemos a importância do bom desenvolvimento cerebral para um saudável aprendizado, seja na educação, seja em outros setores da vida.

### **3. O ENSINO-APRENDIZAGEM DA MATEMÁTICA E A NEUROCIÊNCIAS**

Como abordamos acima, a matemática é uma ciência elementar em toda a existência humana, mesmo o indivíduo não escolarizado, faz uso no seu cotidiano de elementos cabíveis à matemática, seja uma situação com apresentação numérica, uma questão ou problema de cálculo complexo, ou no raciocínio simples do cotidiano como pagar a passagem de ônibus, realizar uma compra, receber o troco, etc.

Sabe-se, que historicamente muitos alunos não conseguem assimilar o conteúdo da matemática, que se sentem “incompetentes” para a absorção da matéria, e alguns são levados a passar de série/ano, como se aprovados tivessem, para que metas estabelecidas pela unidade escolar, sejam atingidas. Todavia, o discente embora tenha sido ‘aprovado’, continua sem o aprendizado do conteúdo necessário e que poderá até ser pré-requisito para outros assuntos mais completos.



No que tange à criança, no mundo contemporâneo, assegura-se que desde a mais tenra idade, a matemática pode ser introduzida de forma gradual no seu repertório de aprendizagem e comportamental, à medida que assimila alguns conteúdos. Diz-se que a apresentação da referida ciência é realizada paulatinamente, porque leva-se em consideração o estágio do desenvolvimento infantil, ou seja, as informações não devem ser como uma enxurrada conteudista, nem de natureza muito complexa, pelo contrário, devem ser repassadas à criança, conforme a compatibilidade de sua maturação, de seu desenvolvimento intelectual, observando-se inclusive os princípios da neurociência. Em contrapartida existe clara evidência de que o cérebro é plástico o suficiente para que sejam justificados esforços de instrução e intervenção permanentes e sistemáticas para alunos que enfrentam dificuldades persistentes no que se refere ao aprendizado da matemática.

Com relação à docência, Cosenza & Guerra (2011), asseguram que o educador pode se beneficiar dos conhecimentos neurocientíficos, planejando suas práticas pedagógicas no desenvolvimento de atividades que fortaleçam os circuitos neuronais, permitindo a exploração das potencialidades destes de forma criativa e autônoma. É nesse momento que o conhecimento científico aliado à educação, interferem de maneira positiva e eficaz nos processos de ensino e aprendizagem.

Para Brousseau (2008), à adaptação dos alunos a diferentes situações permite verificar que é inerente ao ser humano a adequação de aprendizagem, ou seja, o mesmo ensino, apesar de único chega de maneira diferente para cada indivíduo. Por isso, é de suma importância que as atividades em sala de aula sejam bem planejadas e busquem na maioria serem realizadas em grupo, para que o aluno verifique os diversos pontos de vista e maneiras que a resolução de uma certa atividade pode ter.

A tarefa de lidar com números exige uma capacidade de abstração, requer uma desenvoltura, e fazer esta abstração ocorrer não é um papel tão fácil. Segundo Dieudonné (1968):

[...] a Matemática tem dividido com a Metafísica o caráter de ser um campo de abstrações, longe da realidade e experiências concretas, o que torna muitas pessoas “obstinadamente rebeldes a todo pensamento abstrato, por isso retrocedem diante do menor raciocínio matemático”. (DIEUDONNÉ, 1968, p. 42).

Nogueira (2017), traduz literalmente as ideias de Piaget *et al.* (1968), onde o docente precisa ter o conhecimento de que o lado emocional e psicológico do aprendiz

deverá ser observado antes mesmo do ensino ser recebido, ou seja, é analisar as características psicológicas de cada fase de aprendizagem do ser humano:

[...] Precisamos conhecer o aluno e ter ideia do que fazemos para ensiná-lo antes de abordar os refinamentos técnicos. Por esta razão, o capítulo psicológico é o primeiro e o pedagógico é o último. Entre a forma e a possibilidade de fazer, condicionadas pelo professor e o aluno está matéria, que é a substância do diálogo. (Piaget *et al* (1968) *apud* Nogueira (2017).

Neste sentido defendemos o processo de ensino-aprendizagem como um processo dinâmico, de relacionamento, de interação entre professor e aluno, em uma comunicação constante que dê conta de se enfrentar as dificuldades. Nessa interação constata-se, que não podemos deixar de levar em consideração o estado emocional, a cultura, a comunidade, todos esses elementos têm implicações no comportamento de crianças e adolescentes, e contribuem de maneira positiva ou negativa no aprendizado, uma vez que o problema da Matemática também é cultural. Inclusive pode se notar o quanto ainda é insuficiente o incentivo dado pelas famílias brasileiras em geral, à criança e aos adolescentes até mesmo no que se refere à educação financeira, à economia e a outros assuntos e situações que envolvem a matemática, assuntos que o acompanharão por toda a sua vida adulta.

#### 4.CONCLUSÃO

Assim neste trabalho refletimos sobre a importância do ensino-aprendizagem da matemática com o suporte da neurociência. Demos ênfase a ideias e conteúdos com o objetivo de encorajar o docente em sua prática de ensino junto ao aluno que apresenta dificuldade de aprendizado matemático, bem como em sua missão de desenrolar o *imbróglia* que o ensino da matemática vem sofrendo durante décadas; por outro lado, fomentamos com isso, o resgate da aula de matemática mais atrativa, onde o aluno tenha uma experiência instigante, seja incentivado em sua autonomia para a busca de mais conhecimento sobre o assunto ministrado em sala de aula, e sua aplicabilidade no cotidiano.

Compreendemos que em se tratando de docência, não há uma forma única, nem um único modelo de educação a ser seguido, todavia, a vontade, o comprometimento, o conhecimento da disciplina e a empatia são fatores preponderantes em uma formação

educacional, seja ela para o público infantil, adolescente ou adulto. Finalmente, para preenchimento das variadas lacunas no processo ensino-aprendizagem, entendemos que, a prática educacional pode ser muito mais exitosa quando está de mãos atreladas, à neurociência.


## REFERÊNCIAS

BROUSSEAU, Guy. Introdução ao Estudo das Situações Didáticas: Conteúdos e métodos de ensino. São Paulo: Ática, 2008. 128p.

COSENZA, Ramon; GUERRA, Leonor. Neurociência e Educação: como o cérebro aprende. Porto Alegre: Artmed. 2011.

MALLOY-DINIZ, Leandro Fernandes; JARDIM DE PAULA, Jonas; SEDO, Manuel A; FUENTES, Daniel. Neuropsicologia das Funções Executivas e da atenção. In book: Neuropsicologia: Teoria e Prática 2ed. pp.115-138. Edition: 2 Chapter: Artmed. 2014.

**Capítulo 6**  
**OS PROCESSOS DE DES-RE-TERRITORIALIZAÇÃO E**  
**MULTITERRITORIALIDADE DOS VENEZUELANOS NA REGIÃO**  
**NOROESTE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Anderson Barbosa de Lima**



## OS PROCESSOS DE DES-RE-TERRITORIALIZAÇÃO E MULTITERRITORIALIDADE DOS VENEZUELANOS NA REGIÃO NOROESTE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

*Anderson Barbosa de Lima*

*Mestrando em Sociologia Política pela Universidade Estadual do Norte Fluminense*

*Darcy Ribeiro (UENF), e-mail: andersonbarbosa1991@gmail.com*

### **RESUMO**

No estudo da geografia, o território visa principalmente a compreensão de relações de poder reproduzidas dentro de um determinado espaço. Na pós-modernidade, ele ganha novas atribuições e perspectivas, se readaptando e se fragmentando regularmente. Ainda nos tempos atuais, a multiterritorialidade se reproduz a partir do contexto da globalização, acarretando os fluxos migratórios, permitindo então novas (re)adaptações. É neste contexto que o trabalho vigente discute novos processos territoriais referentes aos venezuelanos que se deslocam para outros territórios, que até então não eram inclusos em tais processos, representando agora novos destinos, se (re)modificando e obtendo aspectos inéditos, como a região Noroeste Fluminense, que devido à política de interiorização, foi impactada por novas dinâmicas migratórias. Com o objetivo de identificar os desdobramentos territoriais referentes aos processos de deslocamento dos venezuelanos, propõe-se clarificar a questão da multiterritorialidade no mundo globalizado, representado especialmente pelos territórios-redes e a expansão das diásporas. Fundamentado em uma metodologia qualitativa que abarca uma revisão bibliográfica acerca do tema proposto, entende-se relevante o destaque de tais dinâmicas inéditas, especialmente com a atual complexidade das disposições políticas-jurídicas e espaciais, discutindo o impacto dos movimentos migratórios em espaços distantes do tradicional eixo das capitais e dos grandes centros urbanos brasileiros, como os pequenos municípios localizados no interior do estado do Rio de Janeiro.

**Palavras-chave:** Multiterritorialidade. Território. Venezuelanos.

### **ABSTRACT**

In the study of geography, territory mainly aims at understanding the power relations reproduced within a certain space. In post-modernity, it gains new attributions and perspectives, regularly readapting and fragmenting itself. Even in current times, multiterritoriality is reproduced from the context of globalization, leading by the migratory flows, thus allowing new (re)adaptations. It is in this context that the current work discusses new territorial processes referring to Venezuelans moving to other territories, which until then were not included in such processes, now representing new destinations, being (re)modified and obtaining unprecedented aspects, such as the Northwest Fluminense region, which due to the interiorization policy, was impacted by new migratory dynamics. With the objective of identifying the territorial developments related to the processes of displacement of Venezuelans, it is proposed to clarify the

question of multiterritoriality in the globalized world, represented especially by the network-territories and the increase of diasporas. With a qualitative methodology that encompasses a bibliographic review on the proposed theme, it is considered relevant to highlight such unprecedented dynamics, discussing the impact of migratory movements in spaces far from the traditional axis of the capitals and large Brazilian urban centers, such as the small municipalities located in the interior of the state of Rio de Janeiro. Based on a qualitative methodology that encompasses a bibliographic review on the proposed theme, it is understood to be relevant to highlight these unprecedented dynamics, especially with the current complexity of political-legal and spatial devices, discussing or impacting two migratory movements in spaces far from the traditional one between the capitals and two large Brazilian urban centers, as well as the small municipalities located in the interior of the state of Rio de Janeiro.

**Keywords:** Multiterritoriality. Territory. Venezuelans.

## INTRODUÇÃO

Na geografia, o território se desterritorializa e se reterritorializa sincronicamente e intrinsecamente, tornando-se frequente na modernidade, com a (re)adaptação e novos desdobramentos de espaços. Ainda na contemporaneidade, constata-se que a reterritorialização é a principal ordem do território, pois dispõe de uma rede complexa (HAESBAERT, 2004; BRAGA, 2010). Com isso, evidencia-se a multiterritorialidade, vista como uma nova faceta da organização territorial, apresentando uma não-hierarquização espacial.

Esses processamentos são notados entre aqueles que se migram, pois exercem a sua des-re-territorialização: iniciando pela desterritorialização, ao sair do seu território natal, deixando pra trás símbolos familiares. Em seguida, ocorre a reterritorialização, com a readaptação de um novo espaço e reconstrução de novos símbolos territoriais e, por fim, a territorialização, constituindo novas apropriações.

Tal experiência é observada entre os venezuelanos que se desterritorializam devido às dificuldades enfrentadas pelo seu país, e se reterritorializam em novos espaços como Colômbia, Equador, Peru e Espanha (ACNUR, 2018). Já no Brasil, devido à sua proximidade fronteiriça, muitos deles se concentram em Roraima, acirrando conflitos com a população e a classe política local, além de sobrecarregar os já defasados serviços públicos.

Como saída pra amenizar o impacto, implementa-se a política de interiorização, medida política-administrativa que coordena o deslocamento de venezuelanos para

diversas localidades (XAVIER, 2021). Dentre esses novos territórios, destaca-se o Noroeste Fluminense, região apartada dos grandes centros urbanos brasileiros e conhecida pela sua fraca dinâmica migratória e socioeconômica com o restante do estado.

A proposta do presente trabalho desponta com base na evidência da presença de um pequeno grupo de imigrantes originários da Venezuela no município fluminense de Italva, constatado no trabalho de conclusão de curso em Licenciatura em Geografia pelo Instituto Federal Fluminense que analisa a migração e o processo de interiorização na região Noroeste Fluminense.

Assim, pretende-se identificar e determinar os desdobramentos territoriais que são reproduzidos devido às transformações exigidas pelas novas conjecturas do mundo globalizado, os assimilando com os dinamismos migratórios em novos espaços considerados como longínquos dos tradicionais polos de chamariz e de concentração da população imigrante.

## **1. METODOLOGIA**

Como procedimento metodológico opta-se pela metodologia qualitativa. Flick (2004) indica que este tipo de abordagem nas ciências sociais colabora para o esclarecimento de eventualidades sociais singulares, com a comprovação de ocorrências fundamentais em um ambiente específico, dando preferência aos atributos espaços-temporais, considerando expressões, capacidades e atribuições subjetivas em contextos específicos. Assim sendo, aprecia-se a execução de uma revisão bibliográfica referente ao tema do objeto da pesquisa, a partir da consulta de artigos, livros, revistas e outros trabalhos.

## **2. RESULTADOS**

Graves desestabilizações que ocorrem em determinadas regiões são um dos maiores motivos pelo qual milhões de pessoas se deslocam, realizando procedimentos de des-re-territorialização. Haesbaert (2004) indica que a desterritorialização, vinculada aos processos de (re)territorialização, precisam serem postas a eventos de instabilidades ou de precarização territorial, especialmente naqueles impossíveis de ordenarem e efetivarem um controle sobre os seus domínios.

É nessa conjuntura que se encontra a Venezuela, nação que nos últimos anos vive um profundo conflito político e socioeconômico, sendo a principal causa do êxodo de milhões de pessoas. Estima-se que, entre os anos de 2015 e 2017, mais de 1,6 milhão de venezuelanos saíram do seu país de origem, em direção especialmente a países próximos como Colômbia, Peru, Equador, Chile e Argentina (HUMANS RIGHTS WATCH, 2018). Tais deslocamentos são caracterizados como diásporas, conforme aponta De Sá (2017) ao indicar que os movimentos de diáspora são intimamente vinculados à dispersão geográfica.

No território brasileiro, alguns desses venezuelanos se realocam para diversos espaços devido à interiorização, realizando a des-re-territorialização, ao estabelecer em locais até então incógnitos, se readaptando as peculiaridades, (re)construindo um novo vínculo baseado na reterritorialização, e na reelaboração de novas identificações com o território.

Assim, após a verificação da realidade social dos venezuelanos, são observadas dificuldades iniciais de identificação durante a reterritorialização, especialmente devido as diferenças socioculturais e linguísticas. A posteriori, constatam-se que tais adversidades são gradativamente reduzidas com o apoderamento de simbolismos locais e a readaptação apoiada na integração com a sociedade.

Atualmente, as migrações são as principais representações da multiterritorialidade, vista como a “possibilidade existente na globalização de se poder estabelecer processos de apropriação em pontos distantes do espaço e envolvendo escalas diferentes” (FUINI, 2017 p. 20). Diante disso, multiplica-se a reformulação ou a exclusão de fronteiras, e a (re)construção de novos territórios, sendo um tópico “pós-moderno”, de uma reterritorialização complexa e não-hierárquica.

Muitas vezes, esses espaços que outrora não eram impactados por esses processos, se incluem nas dinâmicas migratórias e nas (re)adaptações territoriais, devido ao avanço da globalização técnico-informacional e da multiplicação dos territórios-rede, ganhando funções e características inéditas.

Um exemplo disso é a região Noroeste Fluminense, que registra cerca de 35 pessoas venezuelanos entre os anos de 2018 e 2019, nos municípios de Itaperuna e Italva<sup>4</sup>, incorporando-se então ao arranjo dos fluxos migratórios contemporâneos.

---

<sup>4</sup> Dados disponíveis em: <<https://www.nepo.unicamp.br/observatorio/bancointerativo/numeros-imigracao-internacional/sinre-sismigra/>>. Acesso em 03 jan. 2023.



### 3. DISCUSSÃO

É necessário ter em mente que o território não é inalterável, imutável e fixo, pois uma de suas maiores características justamente é a sua capacidade de se fragmentar, (re)adaptar, (re)transformar e multiplicar, carregando em si a ideia de desintegração e dinamismo. Com isso, é crucial descartar a noção comum de totalidade, fixidez e estabilidade.

Enes e Bicalho (2014) observam que esses processos são fartamente comuns na contemporaneidade, exigindo constantes (re)arranjos e formatos, com o desmembramento e reagrupamento de territórios e dos seus símbolos inerentes.

Na pós-modernidade, representada pelo avanço tecnológico das comunicações e dos transportes, a predominância do ciberespaço e a compressão do espaço-tempo, multiplicam-se as transformações e fragmentações territoriais, no qual o território é consequência da territorialização dos meios e dos ritmos (HAESBAERT, 2004).

O território é entendido como uma associação de apropriação ou de domínio de uma sociedade sobre o seu espaço, agregando as mais diversas variações de mobilidade, constituindo um território-rede. Com a sua difusão, o método reticular torna-se imperante com os seus fluxos em rede, conectando alguns pontos específicos do espaço, comprimindo as suas distâncias (HAESBAERT, 1999; 2006).

Agregado ao território-rede, amplia-se a multiterritorialidade, com a reestruturação e as novas delimitações das fronteiras. Uma das maiores representações da multiterritorialidade seria a da diáspora, significativo na contemporaneidade.

Haesbaert (2004) considera que as diásporas representam a movimentação espacial de pessoas próprias a um grupo com uma identidade cultural íntegra que se dispersam pelo mundo, viabilizando encontros heterogêneos que advém anteriormente da consolidação dos meios de transportes rápidos e da difusão da comunicação instantânea, permitindo com que os que estão em deslocamento, solicitem uma nova conceituação de território, o território-rede, pois abrangem um, ou diversos, territórios descontínuos, relativamente flexíveis e conectados em rede (HAESBERT; GONÇALVES, 2005).

Entretanto, Massey (2017) adverte que na atual fase da globalização há a manipulação ambígua de imaginários geográficos contraditórios, em que uma delas é a

existência de um falso discurso de locomoção livre a nível mundial, fundado numa utopia de um mundo sem fronteiras.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constantes (re)configurações instituem a organização de territórios. Desmembramentos, reformações e alterações nas delimitações são alguns dos elementos vigentes nos fatores territoriais que vivenciam a des-re-territorialização.

Tais ações parecem se acirrar na pós-modernidade tão marcada pela reterritorialização e a multiterritorialidade, devido ao discurso de quedas de fronteiras e a compressão espacial com o progresso dos meios de transporte e de comunicação.

Adjunto a isso, o aumento dos movimentos migratórios pressiona os espaços a se (re)ajustarem constantemente, visto que a mobilidade articulada em redes não hierarquizadas impõe a reconstrução territorial, inserindo espaços que antigamente não reproduziam tais condições.

## REFERÊNCIAS

ACNUR. **Relatório anual de 2018**. 2019. Disponível em: <[https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2019/11/UNHCR\\_BR\\_19-H6-DonorReport\\_r4-Revised-WEB.pdf](https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2019/11/UNHCR_BR_19-H6-DonorReport_r4-Revised-WEB.pdf)>. Acesso em 08/08/2022.

BRAGA, R. M. **Território, rede e multiterritorialidade: uma abordagem conceitual a partir das corporações**. Revista Geografias, p. 26-36, 2010.

DE SÁ, P. R. C. Uma curva para o sul: O Brasil na diáspora haitiana. *In: Fluxos migratórios e refugiados na atualidade*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad AdenauerStiftung, 2017. p. 57-77.

ENES, E. N. S.; BICALHO, M. G. P. **Desterritorialização/reterritorialização: processos vivenciados por professoras de uma escola de Educação Especial no contexto da educação inclusiva**. Educação em Revista, v. 30, n. 1, p. 189-214, 2014.

FLICK, U. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução Sandra Netz. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FUINI, L. L. **O território em Rogério Haesbaert: concepções e conotações**. Geografia Ensino & Pesquisa, v. 21, n. 1, p. 19-29, 2017.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

\_\_\_\_\_. **Ordenamento territorial**. Boletim goiano de Geografia 26.1. p. 117-124, 2006.

\_\_\_\_\_. **Região, Diversidade Territorial e Globalização**. GEOgraphia, – Ano. 1, nº 1, p. 15-39, 1999.

\_\_\_\_\_.; GONÇALVES, C. W. P. **A nova des-ordem mundial**. Unesp, 2005.

HUMANS RIGHTS WATCH. **O êxodo venezuelano**: A necessidade de uma resposta regional a uma crise migratória sem precedentes. 2018. Disponível em: <[http://www.hrw.org/sites/default/files/report\\_pdf/venezuela0918port.pdf](http://www.hrw.org/sites/default/files/report_pdf/venezuela0918port.pdf)>. Acesso em: 26/10/2022.

MASSEY, D. **Globalização: o que significa para a geografia?** Boletim Campineiro de Geografia, v. 7, nº 1, 2017. p. 227-235.

XAVIER, F. C. C. **A interiorização como um direito social universalizável**. Revista Direito GV, v. 17, 2021.

**Capítulo 7**  
**POLÍTICAS PÚBLICAS COMO MECANISMO DE INTEGRAÇÃO**  
**SOCIAL: O CASO DE REFUGIADOS VENEZUELANOS EM JOÃO**  
**PESSOA, DE 2018 A 2022**

**Laleska Rocha de Abrantes Carcará**  
**Cristina Carvalho Pacheco**

## **POLÍTICAS PÚBLICAS COMO MECANISMO DE INTEGRAÇÃO SOCIAL: O CASO DE REFUGIADOS VENEZUELANOS EM JOÃO PESSOA, DE 2018 A 2022**

***Laleska Rocha de Abrantes Carcará***

*Bacharel e Mestranda em Relações Internacionais pela Universidade Estadual da Paraíba, pesquisadora no Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Deslocados Ambientais.*

***Cristina Carvalho Pacheco***

*Possui graduação em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (1997), mestrado em Ciência Política (2000) e doutorado em Ciências Sociais (2006), ambos pela Universidade Estadual de Campinas.*

### **RESUMO**

O município de João Pessoa recebe, desde 2018, refugiados venezuelanos através da Operação Acolhida, e para inseri-los na sociedade, de fato, é necessário a construção de políticas públicas para que a integração local venha a ser de fato efetiva. Com isso, este artigo propõe-se a analisar a construção das políticas públicas implementadas em João Pessoa para integrar refugiados venezuelanos de 2018 a 2022. Para tanto, será abordado inicialmente sobre os conceitos de refugiados e políticas públicas para assim explicar como se dá a construção dessas políticas públicas através da teoria neofuncionalista, teoria esta que fortalece a participação e importância de atores além do Estado. Em seguida, serão analisadas as políticas públicas implementadas em João Pessoa, mencionando os órgãos e instituições responsáveis, e como foi feita a articulação para tal. Adotou-se a hipótese de que a rede local foi elemento imprescindível para que as políticas públicas fossem criadas e cumprissem com o objetivo geral, o que foi comprovado no desenvolvimento do artigo. Para viabilizar este estudo, utilizou-se algumas ferramentas metodológicas, a iniciar pela natureza da pesquisa básica, de teor explicativo, através de um estudo de caso, e com método de procedimento histórico. Analisou-se materiais bibliográficos e quanto ao método de abordagem, o trabalho se caracteriza como indutivo. Concluiu-se então, a importância da rede local na evocação das preferências/necessidades dos refugiados venezuelanos para os devidos órgãos responsáveis pela agenda de políticas públicas. Assim, com ajuda do fator social, o Estado pôde efetivar a integração e acolhida de refugiados em João Pessoa.

### **Considerações Iniciais**

A crise migratória desencadeada em escala mundial nas últimas décadas trouxe sérias consequências ao Estado brasileiro. Isso se confirma, segundo Cavalcanti (2005,

p.1), a medida em que a temática das migrações “vêm ocupando continuamente as principais pautas nas agendas de governos e organismos internacionais”. Na prática, o aumento dos fluxos de refugiados e populações deslocadas no mundo contemporâneo colocou em evidência as dificuldades e as inúmeras limitações dos países em assegurar a proteção aos Direitos Humanos dos refugiados e migrantes que adentram as suas fronteiras (JUBILUT, 2007).

No contexto brasileiro, para assegurar os direitos básicos e reformular o sistema jurídico interno foram adicionados à Constituição Brasileira regulamentos que versam sobre a integração social, e os direitos e deveres dos refugiados, como por exemplo, a Lei da Migração (Lei n. 13.445/2017) e a consequente revogação do Estatuto do Estrangeiro (Lei n. 6.815/1980). Não obstante, o Brasil tem se tornado um destino escolhido pelos migrantes que buscam refúgio, e urge a necessidade de políticas públicas para responderem de forma positiva o acolhimento destes. A partir do panorama descrito, este artigo irá analisar a participação da rede local na construção de políticas públicas para refugiados venezuelanos em João Pessoa, de 2018 a 2022.

Para isso, se faz necessário traçar objetivos específicos para nortear o rumo da pesquisa, sendo o primeiro deles: definir refugiado e políticas públicas; discorrer sobre a construção de políticas públicas através da teoria neofuncionalista; e elencar as políticas públicas, referente a temática de refúgio implementadas em João Pessoa, no recorte temporal escolhido. Para atingir tal objetivo, adotou-se como pergunta norteadora “De que maneira atores sociais contribuíram para a construção de políticas públicas para refugiados venezuelanos, em João Pessoa?”

Buscou-se revisar um tema já discutido na literatura de relações internacionais e, por isso, a pesquisa foi básica, propondo uma melhor compreensão das políticas públicas para refugiados venezuelanos em João Pessoa, com o intuito de gerar conhecimento sobre o tema. Em segundo, a pesquisa foi explicativa, através estudo de caso, os venezuelanos em João Pessoa, bibliográfica, pois usou de documentos e relatórios emitidos pelos órgãos participantes, com método de procedimento histórico. Por fim, o método de abordagem foi indutivo, partindo da análise na capital paraibana para assim, criar modelos de políticas públicas a serem aplicadas na sociedade internacional.

## 1. A proteção internacional aos refugiados e a conceitualização de políticas públicas

A temática de refugiados, ou seja, de seres humanos que buscam proteção em outro território em função de perseguições que sofrem, não é recente. Contudo, consoante com Jubilut (2007, p.24), a proteção institucionalizada desses indivíduos, por meio de um instituto jurídico, somente aparece por volta de 1950, com a positivação internacional das fontes do direito para os refugiados.

De acordo com Guerra (2017, p. 68), em 1949, foi criado o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), com o propósito de encontrar soluções duradouras para a questão dos refugiados e, resultante dessa institucionalização, existem dois marcos jurídicos internacionais para regularizar o refúgio, são eles: a Convenção de 1951 e o Protocolo de 1967, ambos da ONU. Por esses instrumentos normativos tem-se a definição de refugiado como qualquer pessoa “[q]ue, temendo ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de nacionalidade ou origem e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país.”

De acordo com o *General Paper*, publicado pelo ACNUR em novembro de 1982, e conforme expõe Liliana Jubilut (2007, p.153), o ACNUR tem competência para realizar duas funções básicas (1) providenciar a proteção dos refugiados e (2) promover a implementação de soluções duráveis para esta questão. Ambas visam proporcionar ao refugiado uma vida com dignidade, assegurando-lhes direitos básicos, por meio de ajuda mútua dos governos e colaboração da sociedade civil.

Existem três soluções presentes no estatuto do ACNUR (cap.1 §1) e na Convenção de Genebra de 1951 (cap.1 artigo 1, § 6 alínea d) para o caso do migrante forçado, são elas: repatriamento, integração local e reassentamento em um terceiro país. O objetivo é que cada uma proporcione ao refugiado uma vida com dignidade, garantindo seus direitos básicos e a reconstrução de suas vidas. A proteção internacional do refugiado vai desde a implementação de normas nacionais e internacionais até a sua efetivação, na prática, por meio de programas e ações de políticas públicas e de acolhimento, proteção e reintegração local. (BALBINO, 2018, p.23).

A integração local foi a solução encontrada pelo ACNUR em parceria com o governo federal para acolher os refugiados em território brasileiro. Com isso, cada Estado acolhedor precisou elaborar políticas públicas que viabilizassem a integração, acolhida e

assistência, de fato, dessa população vulnerável. Mas o que seriam essas políticas públicas?

É importante iniciar essa análise através da conceitualização do termo. Sendo assim, destaca-se de início que, diversos estudiosos afirmam que não há uma única e perfeita definição a respeito do termo “política pública”. Conforme Agum, Riscado e Menezes (2015, p.15) apontam, “ao longo das décadas o conceito foi sendo ressignificado”, então serão apresentadas algumas das mais consonantes com o objeto de estudo.

Tem-se como política pública, segundo Bucci (2006, p.3), um programa de ação governamental, “visando coordenar os meios à disposição do Estado e as atividades privadas, para realização de objetivos socialmente relevantes e politicamente determinados.” Assim, o Estado seria ator central mediante os propósitos sugeridos pela sociedade. Conforme Maria Simões Pires (2001), as políticas públicas são “respostas do Estado a questões da sociedade, e se desenvolvem em 3 momentos: concepção, orçamentação e implementação”.

Pode-se citar ainda a ideia de Secchi (2009), o qual defende a política pública como meio que permite a qualquer ator social ser protagonista de políticas públicas, desde que o problema a ser enfrentado tenha características públicas. Essa visão multicêntrica é adotada em larga escala por diversos autores devido a atribuição do caráter público às ações, o que corrobora para o envolvimento de diversos atores no enfrentamento das questões pertinentes à sociedade.

Como exposto acima, os conceitos apesar de diferentes se complementam. Isso quer dizer que, o estudo de políticas públicas implica em fazer uma análise da atuação do Estado, isto é, as decisões, medidas, programas, estratégias, cursos de ação adotados pelo governo, tanto na concepção, aplicabilidade e as consequências do mesmo na sociedade o qual foi concebida.

Dessa forma, as políticas migratórias têm relação direta com decisões políticas, orientadas pelo Estado para proporcionar, em maior ou menor grau, os direitos básicos para proteção da dignidade humana de refugiados, tendo efetivação através de políticas públicas. Independente do seu objeto, as políticas exercem influência sobre a realização dos direitos humanos e servem como instrumento que permite ao Estado cumprir suas obrigações.



Segundo Lussi (2015) às políticas migratórias não dizem respeito apenas às condições de entrada e permanência no país, mas também significam uma preocupação com a população de migrantes, para que tenham acesso às políticas públicas e a programas que atendam às suas necessidades específicas, e sejam “interdisciplinares, integradas, contextualizadas, capazes de reconhecer e assumir a complexidade que o tema requer, sem simplismos” (LUSSI, 2015, p. 142).

Segundo orientações do Informe sobre as Migrações no Mundo (OIM, 2013), deve-se focar nas consequências da migração para a vida dos migrantes, entendendo que nos debates políticos eles tenham oportunidade de contar suas histórias, que sua participação nos processos se dê de forma ativa, colocando uma ênfase na dimensão da experiência, em contraposição ao interesse habitual nas dinâmicas socioeconômicas, o que fomentaria a formulação de políticas públicas mais compatíveis com as necessidades humanas.

A partir dos elementos destacados acerca da contextualização do conceito e aspecto jurídico do refugiado e a construção de políticas públicas, no próximo tópico, aprofundar-se-á a reflexão acerca da construção de políticas públicas com base na teoria neofuncionalista. A questão central será voltada para explicar através da teoria, o processo de construção da política pública, destacando os atores fundamentais e seu papel no processo político.

## **2. A construção de políticas públicas para refugiados a luz da teoria neofuncionalista**

Em linhas gerais, a política migratória movimenta a sociedade por inteiro, além de ser um fenômeno que perpassa questões sociais, políticas, geográficas, sociológicas, dentre outras. Nessa perspectiva, o estudo das políticas públicas requer também, uma análise multidisciplinar, especialmente devido à interação entre múltiplos atores envolvidos. Como afirma Souza (2006, p.25), as políticas públicas repercutem na economia e na sociedade, daí o motivo da teoria precisar explicar também as inter-relações entre Estado, política e sociedade.

Conforme explica Rocha-Trindade (1995), qualquer que seja o motivo de deslocamento dos indivíduos, “a questão do ajustamento dos imigrantes ao novo meio constitui um dos aspectos fundamentais relativos ao processo migratório”. Ou melhor, a forma como se dá a acolhida pela sociedade, pelo ordenamento jurídico nacional, e pelas

políticas públicas é essencial para o êxito do processo, e João Pessoa, capital paraibana, é destaque nacional no que tange a boas práticas na recepção e promoção da cidadania de refugiados (PARAÍBA, 2022).

Dessa maneira, concorda-se com Silva (2022, p.65), ao afirmar que a integração se inicia “no período de acolhimento do local com o outro e vice-versa, com constante troca de esforços, para fazer com que a nova população seja, de fato, acolhida e integrada.” É nessa perspectiva que surge a importância da rede local, como apoio, durante o processo de integração que, Caldeira (2012), afirma ser impactado por atores importantes como indivíduos da mesma nacionalidade, familiares/amigos, organizações religiosas, associação de moradores, organizações não governamentais, sindicatos, entre outros.

Isso implica dizer que a sociedade civil representa papel importante no processo de integração local, não sendo apenas uma relação entre pessoas refugiadas e o governo de acolhida. Lindo (2005) explica ainda que, o processo de integração requer uma interdependência entre atores. A dinâmica da integração circunda pela sociedade de acolhida, as instituições, os grupos sociais, movimentos culturais, em constante interação, criando assim, a interdependência entre estes atores. E a participação da sociedade nacional é a base das políticas públicas no Brasil. (BRASIL, 2015)

Dentro dessa mesma dinâmica, de reconhecer a influência de atores sociais nas ações estatais, teóricos neofuncionalistas construíram conceitos base, durante os anos 50, para tentar explicar os processos de integração no sistema internacional. A teoria neofuncionalista, que tem como nomes referência Joseph Nye, Philippe Schmitter, Leon Lindberg, Robert Keohane e Lawrence Scheinerman, pode contribuir para entender a dinâmica da sociedade na construção das políticas públicas.

Essa teoria dá devida relevância à participação de partidos e grupos de interesses, e a que maneira estes interferem nos processos de integração (KEOHANE, NYE, 1981). Ademais, considera que o Estado é um ator que atua racionalmente mas é compreendido enquanto um conjunto de grupos e processos internos de tomada de decisão. Para Schmitter (2010), a atuação dos grupos de interesse depende da compreensão dos meios pelos quais eles podem vocalizar suas preferências, e a partir disso, tornar a temática relevante para o Estado. Logo, o neofuncionalismo reconhece a existência e importância de agentes externos aos Estados, no desígnio de democratizar o processo de integração.

Apesar da teoria explicar a integração a nível macro, ou seja, internacionalmente em uma relação entre Estados, a teoria funcionalista analisada da forma micro, também

favorece a prática da cooperação através da descentralização do Estado, e criação de instituições específicas para cada tema, a medida em que sugere que as instituições têm um papel fundamental na formação de um sentido de comunidade [...] “a institucionalização é que leva os cidadãos a reforçar sua lealdade para um nível supranacional” (SARFATI, 2006, p. 187).

Portanto, conforme constatado através da teoria neofuncionalista, o Estado age através da política pública de fato, mas é importante observar a atuação das elites, grupos de interesses, organizações sociais e partidos políticos. Muitas vezes, através desses grupos, temas de cunho social são inseridos na agenda política, como foi o caso dos refugiados. Através da sociedade, grupos de pressão, instituições, foram criadas medidas de urgência para acolhê-los e pensar estrategicamente o que poderia ser feito a longo prazo.

A seguir, serão identificadas as ações governamentais e suas contribuições para o enfrentamento da questão migratória em João Pessoa, de 2018 a 2022. Ademais, será pontuado as lacunas, desafios e obstáculos que devem ser considerados para otimizar a aplicabilidade dessas medidas com público alvo.

## **2. Políticas públicas para integrar refugiados venezuelanos em João Pessoa (2018-2022)**

A chegada de refugiados em João Pessoa se iniciou devido à criação da Operação Acolhida, em 2018, como resposta ao elevado número de venezuelanos chegando ao Brasil e permanecendo no Estado de Roraima. A operação corresponde a um esquema para “operacionalizar a assistência emergencial para o acolhimento de refugiados, refugiadas e migrantes provenientes da Venezuela em situação de maior vulnerabilidade” (R4V, 2019), e foi dividida em três principais instâncias: ordenamento de fronteira, abrigamento e interiorização (R4V, 2019).

Ainda no início da operação, a porcentagem mais alta de interiorização no Nordeste ocorreu na Paraíba. O estado acolheu 144 migrantes, representando 4,40% do total em comparação com outros estados da região (SILVA, 2021, p.44). Já atualmente (julho de 2022), o Estado interiorizou 958 pessoas, sendo 519 na capital João Pessoa (OIM, 2022).

A atuação do Estado da Paraíba enquanto instituição responsável por garantir apoio legal e direitos humanos aos refugiados recém-chegados precisou ser articulada ainda em 2018, quando o primeiro grupo de refugiados venezuelanos chegou à capital, João Pessoa. Em abril de 2019, oito meses depois da chegada dos primeiros grupos, uma iniciativa da Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU) em parceria com o Ministério Público do Trabalho (MPT), Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), articulou um simpósio para trocas de experiência e informações técnicas sobre os venezuelanos acolhidos.

O Simpósio “Atuação em Rede: Capacitação dos Atores Envolvidos do Acolhimento, na Integração e da Interiorização de Refugiados e Migrantes no Brasil” reuniu representantes de diversos setores que permeiam a acolhida de refugiados, além de instruir os atores e possibilitar a oportunidade para os setores públicos se uniram a fim de uma maior e melhor proteção. A partir disso, originou-se a rede local de acolhimento e integração em João Pessoa.

As Secretarias de Saúde, de Direitos Humanos, de Assistência Social, Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Defensoria Pública (DPU), Ministério Público do Trabalho (MPT), Ministério Público Federal (MPF), a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), representantes de instituições de acolhimento, pastoral da igreja, dentre outros, fazem parte dessa rede, que apesar de não ser instituída juridicamente, se articula e consegue reivindicar suas questões junto ao Estado.

Assim, a criação dessa rede possibilitou a profissionais da área de direitos humanos e migração, pesquisadores, professores, dentre outras especialidades, acrescentarem seus conhecimentos no que tange a integração e acolhida, aos direitos e deveres, a resposta do governo, etc. Devido ao fato de ser a primeira experiência com alto fluxo de refugiados, as políticas públicas voltadas para esse público alvo não existiam, sendo essencial o apoio da rede local para identificar as necessidades e propor junto aos órgãos competentes. Desta forma, esta rede que se constituiu vem pressionando o município de João Pessoa para a criação da Lei Municipal, por exemplo, direcionada aos mesmos, dentre outras medidas.

Em outras palavras, conforme Silva (2021), a partir de diversas reuniões entre o grupo de interesse interessados em realizar melhorias para os migrantes forçados venezuelanos foi que os olhares do Estado se voltaram para atender as demandas desta

população. Com início de atitudes de outros atores com exemplo positivo, por exemplo, a sociedade civil, estas passam a institucionalizar-se e assim alcançando estruturas governamentais capazes de gerar mudanças concretas e de fato (RUA, 2013).

Analisando a parte prática, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano, através de convênio articulado junto ao Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza (FUNCEP/PB), estabeleceu parceria com a Ação Social Arquidiocesana (ASA) e garante, desde 2020, abrigo integral (alimentação, estadia, infraestrutura) para os migrantes e refugiados venezuelanos indígenas da etnia Warao, em João Pessoa (PARAÍBA, 2022a).

O Governo da Paraíba, por meio da Secretaria da Mulher e da Diversidade Humana e da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano, lançou a 'Cartilha dos Direitos das Pessoas Migrantes' com orientações para migrantes e refugiados. A cartilha informa sobre os direitos e deveres das pessoas migrantes e os serviços governamentais de apoio nas áreas de saúde, educação e de violações de direitos, como o Centro Estadual de Referência de Enfrentamento ao Racismo e à Intolerância Religiosa - João Balula, que já está atendendo casos de xenofobia e prestando atendimento à população migrante no Estado (PARAÍBA, 2022b).

Além disso, segundo a OIM (2022) houve parceria firmada entre a Agência da ONU para as Migrações (OIM) e o Serviço Pastoral dos Migrantes do Nordeste (SPM/NE) para a oferta de abrigo temporário e de serviços por um período de cinco meses.

Além do abrigo, com apoio da OIM, foram oferecidos no Centro de Referência do SPM/NE, em João Pessoa, serviços de apoio jurídico, regularização de documentos, aluguel social, aporte financeiro para abertura de pequenos empreendimentos, concessão de cestas básicas, validação de diplomas, encaminhamentos aos serviços públicos na área de saúde, educação, assistência social, trabalho e renda (OIM, 2022).

Um convênio foi firmado entre a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano (SEDH) e a Ação Social Arquidiocesana (ASA/PB) executada com recursos do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza no Estado da Paraíba (Funcep), a fim de prover o abrigo integral (alimentação, estadia, materiais de limpeza e outros) de migrantes venezuelanos indígenas Waraos (PARAÍBA, 2022c).

A Secretaria Municipal de Saúde (SMS) disponibilizou um Odontomóvel, veículo equipado para a realização de diversos serviços odontológicos para atender aos venezuelanos acolhidos em João Pessoa, após um levantamento para traçar o perfil

epidemiológico a fim de elaborar um fluxo de atendimento na rede municipal para o grupo. (PREFEITURA DE JOÃO PESSOA, 2020a)

Em março de 2020, durante a pandemia de COVID-19, algumas famílias apresentaram problemas de saúde e segundo o MPF, foram abertas contas bancárias para essa população, para permitir o pagamento de auxílios governamentais (MPF, 2020a). Além disso, foi feita testagem em refugiados sintomáticos, e os que testaram positivo foram isolados, onde receberam alimentação e monitoramento diário para acompanhar a evolução dos sintomas (MPF, 2020b).

Já em abril de 2020, ocorreu a campanha Leite Fraternal, que disponibilizou cerca de 4 mil litros de leite distribuídos nas grandes cidades da Paraíba, além de kits de higiene para famílias em situação de vulnerabilidade, entre elas, os indígenas Warao (MPF, 2020c).

Houve também a campanha Natal Solidário 2020 do Departamento de Estradas de Rodagem da Paraíba, a qual foram distribuídas vinte e sete cestas básicas para famílias do bairro Valentina de Figueiredo, incluindo refugiados venezuelanos. (DER, 2020)

Na temática de saúde, foi feito mutirão com profissionais da Unidade de Saúde da Família Integrada “Saúde e Vida”, da Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP), que realizaram ação de saúde e monitoramento do grupo de venezuelanos indígenas alojados na Escola Carmelita Pereira Gomes. Na ação foram feitos testes rápidos de HIV/Aids, hepatite e glicemia com os refugiados. A atividade é integrada com outras secretarias da PMJP, a exemplo da Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDES) e Secretaria de Educação (SEDEC). (PREFEITURA DE JOÃO PESSOA, 2020b)

O projeto ‘João PessoaS – cidade inclusiva e diversa’. Trata-se de uma Cooperação Técnica entre o Município e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e envolve a Unidade Executora do Programa João Pessoa Sustentável, a Secretaria Extraordinária de Políticas Públicas para as Mulheres (SEPPM) e a Secretaria de Segurança Urbana e Cidadania (SEMUSB), que tem como objetivo capacitar agentes públicos para a prevenção e o enfrentamento à violência, discriminações e fobias sofridas pelas populações mais vulneráveis, dentre elas refugiados. (PREFEITURA DE JOÃO PESSOA, 2022c)

Analisando o papel de cada instituição que compõe o Sistema S (SESC, SENAC, SENAI), Pacífico e Mendonça (2010) mostram que o Serviço Social do Comércio (SESC) oferece programas de capacitação a refugiados em parceria com o Centro Arquidiocesano do Trabalhador (CET). O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) oferta

“cursos profissionalizantes para treinamento, qualificação, aperfeiçoamento, especialização e formação intensiva dos refugiados” (PACÍFICO; MENDONÇA, 2010, p. 176).

Além dessas atividades, o ACNUR (s.d) atua para que os refugiados venezuelanos possam participar dos programas sociais já instituídos em João Pessoa, que de fato se consolidou. Ao se cadastrarem no Centro de Referência Assistência Social (CRAS), puderam receber o bolsa família, auxílio Brasil, desconto de baixa renda na fatura de energia (Tarifa Social), Projovem, dentre outros.

A sociedade nesse caso foi fundamental. Como já mencionado, a formação da rede local é a base para que as demandas educacionais, de saúde, social, segurança, trabalho, dentre outras, sejam levadas aos órgãos responsáveis e entrem no rol de pautas do governo. O simpósio realizado através do Ministério Público Federal foi essencial para reunir os interessados na temática, os profissionais que conhecem as particularidades da migração forçada, e líderes de diversas instituições e organizações sociais. Ressalta-se aqui que, o simpósio apenas reuniu os interessados, mas a rede local já existia desde a chegada do primeiro grupo de venezuelanos.

Com isso, pontua-se de forma positiva o processo de acolhida aos refugiados em João Pessoa. As medidas implementadas pelo governo do Estado, Prefeitura Municipal, e seus diversos órgãos temáticos, foram eficientes em buscar assegurar bem estar social e garantia dos direitos humanos. Mas reitera-se, isso não teria acontecido sem os grupos de pressão, sociedade civil, ONG 's, Igreja, rede de apoio.

### **Considerações Finais**

A chegada de refugiados venezuelanos no município de João Pessoa exemplifica uma situação concreta da importância de políticas públicas, e ainda, auxilia na análise das responsabilidades e atribuições do poder público do Brasil no que tange ao conhecimento dos direitos, participação política e emancipação dos refugiados residentes no território brasileiro. De fato, conforme analisado, a cooperação entre Estado, prefeitura, instituições, sociedade civil, líderes, ONG's, foi fator contribuinte para que a acolhida aos refugiados fosse exitosa.

A participação de diversos atores em questões a qual o Estado tem poder decisório final é estudada desde 1950. A teoria neofuncionalista contribuiu com a análise a medida

em que evidenciou pontos importantes nessa relação de descentralização, e cooperação. Através dela, pode-se confirmar que a organização da rede local, ainda no início da chegada dos grupos, foi fator decisivo para nortear a articulação entre as instituições. Reunir diversos órgãos técnicos, agentes de política, refugiados e interessados na área foi uma experiência positiva e teve como resultado a organização das principais pautas que precisavam de respostas do Estado.

A matéria das políticas públicas foi analisada de forma geral, mas pode-se constatar que diversas áreas, como saúde, assistência social, educação, economia, foram pontuadas e tiveram seu valor diante da necessidade da população. Ainda que não tenha contemplado as políticas públicas por completo, o município de João Pessoa respondeu de forma assertiva as demandas da sociedade.

Sugere-se como tema de pesquisa futura, os impactos dessas políticas para com os refugiados. Investigar se a grande maioria deles conseguiu participar, ou se nem chegaram a ter conhecimento das mesmas, é algo a ser pontuado quando analisada a efetividade da integração social e acolhida humanitária.

Por fim, a organização da rede local em João Pessoa, junto aos órgãos competentes, conseguiram sintetizar as necessidades, levar às autoridades competentes para que fossem incluídas na agenda de políticas públicas e então vir a ser executada. Assim, pode-se garantir pelo menos o mínimo de acolhimento a quem tanto precisou.

## Referências Bibliográficas

ACNUR. Assistência Social. s.d. Disponível em: <https://help.unhcr.org/brazil/onde-encontrar-ajuda/assistencia-social/>

ACNUR. **General Information Paper**, 1982. Acesso em: 18/07/22

AGUM, Ricardo. RISCADO, Priscila. MENEZES, Monique. Políticas Públicas: Conceitos e Análise em Revisão. Revista Agenda Política | Vol.3 – n.2 – julho/dezembro – 2015.

BALBINO, A. K. dos S. **Os refugiados no Brasil e a busca por programas na efetivação da integração como meio de solução duradoura**. Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira, 2018. p.1-30. Disponível em: <http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/17650/1/PDF%20-%20Aline%20Kelly%20dos%20Santos%20Balbino.pdf>.



BRASIL. **Lei no 6.815, de 19 de agosto de 1980.** Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração. Diário Oficial, Brasília, 21 ago. 1980. Seção 1.

BRASIL. **Lei nº13.445, de 24 de maio de 2017.** Institui a Lei de Migração. Diário Oficial da União. Seção 1, Brasília – DF, ano 154, nº 99, 25 mai. 2017.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Migrantes, apátridas e refugiados:subsídios para o aperfeiçoamento de acesso a serviços, direitos e políticas públicas no Brasil.** Brasília: IPEA, 2015. (Série Pensando o Direito, 57). Disponível em: <[http://pensando.mj.gov.br/wp-content/uploads/2015/12/PoD\\_57\\_Liliana\\_web3.pdf](http://pensando.mj.gov.br/wp-content/uploads/2015/12/PoD_57_Liliana_web3.pdf)>. Acesso em: 18/07/22

BRASIL. Ministério da Justiça. Migrantes, apátridas e refugiados: subsídios para o aperfeiçoamento de acesso a serviços, direitos e políticas públicas no Brasil. Brasília: IPEA, 2015. (Série Pensando o Direito, 57). Disponível em: [http://pensando.mj.gov.br/wp-content/uploads/2015/12/PoD\\_57\\_Liliana\\_web3.pdf](http://pensando.mj.gov.br/wp-content/uploads/2015/12/PoD_57_Liliana_web3.pdf).

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Secretaria Nacional de Justiça. Refúgio em Números. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/dados/Ref%C3%BAgio%20em%20n%C3%BAmeros/REF%C3%9AGIO%20EM%20N%C3%9AMEROS.pdf> Acesso em: 20/07/22.

BUCCI, Maria Paula Dallari. O conceito de política pública em direito. In: BUCCI, Maria Paula Dallari (org.). Políticas públicas: reflexões sobre o conceito jurídico. São Paulo: Saraiva, 2006.

CALDEIRA, Maria José Boavida Miguel. Migrações laborais e processos de integração no mercado de trabalho: o caso dos imigrantes da Europa de Leste no Grande Porto e dos portugueses em Genebra. 2012.

CAVALCANTI, Leonardo. "**Imigrantes**", "**Imigrados**", "**Estrangeiros**"... e a **Fabricação do "Outro" Imaginário: a Presença Brasileira no Contexto da Imigração na Espanha.** Universitas. Relações Internacionais, v. 3, n. 2, 2005. Disponível em: <<https://search.proquest.com/openview/3cd31450a04ff083f281626bf17bb5e4/1?pqorigsite=gscholar&cbl=2031894>> Acesso em 20/07/2022

DER. DER promove ação social com a distribuição de cestas básicas. João Pessoa, 2020. Disponível em: <https://der.pb.gov.br/noticias/der-promove-acao-social-com-a-distribuicao-de-cestas-basicas>

GOVERNO DA PARAÍBA. Governo lança cartilha com orientações sobre os direitos e deveres dos migrantes. João Pessoa, 2022b. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/noticias/governo-lanca-cartilha-com-orientacoes-sobre-os-direitos-e-deveres-dos-migrantes>

GOVERNO DA PARAÍBA. Paraíba é destaque em eventos nacional e internacional sobre Direitos Humanos. João Pessoa, 2022c. Disponível em:

<https://paraiba.pb.gov.br/noticias/paraiba-e-destaque-em-eventos-nacional-e-internacional-sobre-direitos-humanos>

GOVERNO DA PARAÍBA. Paraíba é selecionada em edital da ONU pelas boas práticas na recepção e promoção da cidadania de refugiados. João Pessoa, 2022. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/noticias/paraiba-e-selecionada-em-edital-da-onu-pelas-boas-praticas-na-recepcao-e-promocao-da-cidadania-de-refugiados>

GOVERNO DA PARAÍBA. Promoção de Políticas Públicas para migrantes e refugiados/indígenas Waraos. João Pessoa, 2022a. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-de-desenvolvimento-humano/promocao-de-politicas-publicas-para-migrantes-e-refugiados-indigenas-waraos>

GUERRA, Sidney. **O Instituto jurídico do refúgio à luz do direito internacional e alguns desdobramentos na União Europeia**. vol. 02, n°. 47, Curitiba, 2017. pp. 62-77.

JUBILUT, L.L. (2007). **O direito internacional dos refugiados e sua aplicação no ordenamento jurídico brasileiro**. São Paulo: Método.

KEOHANE, Robert O. e NYE, Joseph. *Transnational Relations and World Politics: an introduction*. KEOHANE, Robert O. and NYE, Joseph. *Transnational Relations and World Politics*. Harvard: Harvard University Press, 1981.

LINDO, Flip et al. The concept of integration: Theoretical concerns and practical meaning. *Social integration and mobility*, p. 7-20, 2005.

LUSSI, Carmem. Assessora do CSEM, em palestra ministrada no Seminário das Migrações com o tema Protagonismo e vulnerabilidade de pessoas e grupos em mobilidade, realizada em 16 de junho de 2016, na cidade de Campo Grande, MS.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Covid-19: mais de 2,3 mil famílias começam a receber cestas básicas e kits de higiene em João Pessoa (PB) e região metropolitana. João Pessoa, 2020c. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/pb/sala-de-imprensa/noticias-pb/covid-19-maisde-2-300-familias-comecam-a-receber-cestas-basicas-e-kits-de-higiene-em-joao-pessoae-regiao-metropolitana>. Acesso em: 29 set. 2020.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Indígenas venezuelanos da etnia warao testam positivo para covid-19 em João Pessoa. 2020b. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/pb/sala-de-imprensa/noticias-pb/indigenas-venezuelanos-daetnia-warao-testam-positivo-para-covid-19-em-joao-pessoa>.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Órgãos buscam medidas para minimizar efeitos da pandemia sobre mais pobres. João Pessoa, 2020a. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/pb/sala-de-imprensa/noticias-pb/orgaos-buscam-medidas-paraminimizar-efeitos-da-pandemia-sobre-mais-pobres>.

NYE, Joseph. *Comparing Common Markets: A Revised Neofunctionalist Model*. In: *LINDBERG, L.; SCHIENGOLD, Stuart. A. (eds.). Regional Integration: Theory and Research*. Cambridge: Harvard University Press, 1971, p.192-231.

OIM. (2013). *Informe sobre las migraciones en el mundo 2013*. Recuperado [http://publications.iom.int/system/files/pdf/wmr2013\\_sp.pdf](http://publications.iom.int/system/files/pdf/wmr2013_sp.pdf)

OIM. Com apoio da OIM e SPM/NE, mais de 700 venezuelanos são beneficiados com serviços e abrigo na Paraíba. 2022. Disponível em: <https://brazil.iom.int/pt-br/news/com-apoio-da-oim-e-spm/ne-mais-de-700-venezuelanos-sao-beneficiados-com-servicos-e-abrigo-na-paraiba>

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção relativa ao estatuto dos refugiados**. Mini Códigos: Internacional. 13. ed. rev. ampl. e atual. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Protocolo sobre o estatuto dos refugiados. Mini Códigos: Internacional. 13. ed. rev. ampl. e atual. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES (OIM). Monitoramento do Fluxo da População Venezuelana. 2022. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/snas/painel-interiorizacao/>

PACÍFICO, Andrea Maria Calazans Pacheco; MENDONÇA, RENATA DE LIMA. A proteção sociojurídica dos refugiados no Brasil. *Textos & Contextos* (Porto Alegre), v. 9, n. 1, p. 170-181, 2010.

PIRES, Maria Coeli Simões. Concepção, Financiamento e Execução de Políticas Públicas no Estado Democrático de Direito, Belo Horizonte, Tribunal de Contas de Minas Gerais, v. 39, n. 2, abr.-jun. 2001, p. 141-192.

PREFEITURA DE JOÃO PESSOA. Prefeitura lança projeto 'João PessoaS – cidade inclusiva e diversa' nesta quinta-feira. João Pessoa, 2020c. Disponível em: <https://www.joaopessoa.pb.gov.br/noticias/prefeitura-lanca-projeto-joao-pessoas-cidade-inclusiva-e-diversa-nesta-quinta-feira/>

PREFEITURA DE JOÃO PESSOA. SMS leva serviços odontológicos a venezuelanos acolhidos em João Pessoa. João Pessoa, 2020a. Disponível em: <https://www.joaopessoa.pb.gov.br/noticias/sms-leva-servicos-odontologicos-a-venezuelanos-acolhidos-em-joao-pessoa/>

PREFEITURA DE JOÃO PESSOA. USF Integrada Saúde e Vida realiza ação de assistência aos refugiados venezuelanos. João Pessoa, 2020b. Disponível em: <https://www.joaopessoa.pb.gov.br/noticias/usf-integrada-saude-e-vida-realiza-acao-de-assistencia-aos-refugiados-venezuelanos/>

R4V - *Plataforma de Coordinación para Refugiados y Migrantes de Venezuela*, Plan Regional de Respuesta para Refugiados y Migrantes de Venezuela - Enero Diciembre de 2019. Disponível <<https://www.refworld.org/es/docid/5cbe52304.html>>.

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz. *et. al.* Sociologia das Migrações. Universidade Aberta, Lisboa. 1995

RUA, M.G. Para aprender políticas públicas. Brasília, DF: IGEPP, 2013.

SARFATI, G. Teorias de relações internacionais. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

SCHMITTER, Phillippe. A Experiência da integração europeia e seu potencial para integração regional. Lua Nova, nº80, São Paulo, p.9-44, 2010.

SECCHI L. Modelos organizacionais e reformas da administração pública. In: Políticas Públicas e Desenvolvimento: Bases epistemológicas e modelos de análise. Brasília: Ed UnB, 2009.

SILVA, S. F. L. A integração local dos migrantes forçados venezuelanos na Paraíba (2018 – 2020). 2021. 138f Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa, 2021.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

**Capítulo 8**  
**TRANSFERÊNCIA E CONTRATRANSFERÊNCIA NA CLÍNICA**  
**PSICANALÍTICA**

**Natássia Helena Oliveira**  
**Sérgio Rodrigues de Souza**



## TRANSFERÊNCIA E CONTRATRANSFERÊNCIA NA CLÍNICA PSICANALÍTICA

**Natássia Helena Oliveira**

*Psicanalista. Psicoterapeuta. E-mail: natassiahelenaoliveira@gmail.com.*

**Sérgio Rodrigues de Souza**

*Pós-Doutor em Psicologia. Filósofo. Psicopedagogo. Psicanalista. E-mail:*

*srgrodriguesdesouza@gmail.com.*

### RESUMO

Este trabalho aborda a temática da transferência e da contratransferência na clínica psicanalítica, na tentativa de esclarecer como ambas ocorrem e que mecanismos podem ser inferidos para melhor exploração didática em prol da cura terapêutica do paciente neurótico. A sua relevância científica encontra-se no fato de explorar o assunto em suas dinâmicas mais intrínsecas, envolvendo o ser e o não ser e ainda o dever pertinentes aos processos de tratamento terapêuticos. A sua relevância social está em esclarecer à população ampla como se projeta um tratamento clínico psicanalítico e as dinâmicas que o envolvem. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, factual, exploratória, descritiva, fundamentada em autores clássicos que discutem o tema a partir da própria ação terapêutica. Aquilo que um paciente transfere, durante a terapia, pode ser algo trivial, até mesmo porque a energia catexial apresentada não quer dizer que todos tenham que suportar dores severas e condições complexas. Como o próprio Freud coloca, a transferência nem sempre é negativa, com isto, entendendo que se dirija ao médico sentimentos de ódio, rancor ou violência não resolvida. Conclui-se, a partir do material estudado que, transferência e contratransferência são assuntos complexos, porque envolvem uma gama de outros aspectos, de maior ou menor profundidade e, o que mais se destaca é a condição do terapeuta em conhecer as dinâmicas transferenciais e saber aplicar o devido aspecto didático às mesmas, tendo em vista o interesse do paciente em ser curado de seu transtorno neurótico.

**Palavras-Chave:** Transferência; Contratransferência; Clínica psicanalítica; resistência.

### ABSTRACT

This work approaches the theme of transference and countertransference in psychoanalytic clinic, in an attempt to clarify how both occur and what mechanisms can be inferred for a better didactic exploration in favor of the therapeutic cure of the neurotic patient. Its scientific relevance lies in the fact that it explores the subject in its most intrinsic dynamics, involving being and non-being and even becoming relevant to therapeutic treatment processes. Its social relevance lies in clarifying to the general population how a psychoanalytic clinical treatment is designed and the dynamics that involve it. It is a bibliographical, factual, exploratory, descriptive research, based on

classic authors who discuss the theme from the therapeutic action itself. What a patient transfers during therapy can be trivial, not least because the cathexis energy presented does not mean that everyone has to endure severe pain and complex conditions. As the Master of Vienna himself puts it, the transference is not always negative, meaning that feelings of hatred, rancor or unresolved violence are addressed to the doctor. It is concluded, from the material studied, that transference and countertransference are complex issues, because they involve a range of other aspects, of greater or lesser depth, and what stands out the most is the therapist's condition in knowing the transference dynamics and knowing apply the due didactic aspect to them, in view of the patient's interest in being cured of his neurotic disorder.

**Keywords:** Transfer; Countertransference; psychoanalytic clinic; resistance.

## INTRODUÇÃO

A Psicanálise é uma técnica complexa, exigente em termos de conhecimentos didáticos e muito mais, que extrapola os limites do senso comum e adentra um campo não permitido [*e que não se pode confundir com proibido*], porque guarda porções de segredos que o próprio inconsciente cuidou de ocultar e impedir o acesso ao próprio indivíduo que julga ser seu dono e isto faz com que durante o tratamento todo um jogo de luz e de sombras permeie a escuta produzindo, como resultado, situações de conflitos entre as partes que se convencionou categorizar como transferência e contratransferência terapêutica.

Há que destacar que a Psicanálise nasceu a partir da prática clínica de Sigmund Freud (1856-1939) e, à medida que foram surgindo resultados e manifestações empíricas surgiram, na mesma medida, a necessidade de explicações para os fenômenos observados durante as sessões de tratamento. Foi a partir daí que vai aparecendo as hipóteses de caráter explicativo, que mais tarde puderam ser comprovadas e transformadas em teorias capazes de esclarecer tal e qual comportamento anormal e, uma dúvida ainda acometia o Freud e seus discípulos que era saber qual a etiologia dos comportamentos manifestos por aqueles que sofriam dos nervos, os neuróticos. E mais, a angústia de que reclamavam era um *pathos* exclusivo seus?

Muito mais tarde, Carl Gustav Jung (1875-1961) vem revelar que o mal de que sofria os neuróticos acometia, também, aos indivíduos normais, com a diferença de que os primeiros não sabiam como lidar com as situações existenciais e, neste desequilíbrio psicológico buscavam saídas as mais estranhas que se apresentavam aos seus pares (Id., 2008).

Uma destas situações terapêuticas que surgem no terreno da clínica é a *transferência*, em que o paciente transfere para o seu terapeuta toda a sua culpa trágica, exigindo uma postura equilibrada e de extrema sensatez por parte deste, até que identifique a dimensão do que está sendo lançado sobre si e que tipo de imagem psíquica esteja a refletir ao neurótico. Neste momento, o terapeuta se transforma em um espelho, através do qual o indivíduo em tratamento projeta uma imagem que crê ser de si mesmo, uma vez que introjetou todos os valores que repugnava, advindos daquele que julgava odiar; mas, que em silêncio amava, por causa da violência com a qual o açoitava, também em silêncio.

Na contramão desta situação, o terapeuta deve saber devolver ao paciente toda a carga de ódio, disfarçada de amor, que este lança sobre si, processo este categorizado como *transferência*; e, caso não o faça o que se tem, como resultado, é um paciente fingindo uma cura, simplesmente para livrar-se de um tratamento ineficiente e ineficaz, do ponto de vista clínico-terapêutico.

## **TRANSFERÊNCIA E CONTRATRANSFERÊNCIA**

A transferência, de acordo com o que Freud explanou, após sua descoberta é uma parte essencial do tratamento analítico, mas que se mostra de difícil interpretação por não ser previsível seu acontecimento durante o tratamento, podendo mesmo ser mascarada pelo paciente, o que presume um direito deste, dado que a motivação do acompanhamento terapêutico não é a imposição de um método de cura ao neurótico e sim, um mecanismo em que se busca um fortalecimento do ego individual até que ele próprio possa dar solução aos seus enfrentamentos conflituosos de natureza íntima.

Nisto, já se tem declarado que a ocorrência da transferência se dá pelo motivo da existência de um ego fragilizado e, a partir disto, cabe ao analista, descobrir qual a dimensão desta ação inconsciente que é direcionada para sua pessoa. Assim é que Freud (2006) argumenta sobre a referida ação em que,

Temos de nos resolver a distinguir uma transferência 'positiva' de uma 'negativa', a transferência de sentimentos afetuosos da dos hostis e tratar separadamente os dois tipos de transferência para o médico. A transferência positiva é ainda divisível em transferência de sentimentos amistosos ou afetuosos, que são admissíveis à consciência, e transferência de prolongamentos desses sentimentos no inconsciente (FREUD [1912] 2006, p. 171).



Freud está tratando de uma explanação sem ter conhecimento sobre como acontece as transferências e, o que revela é a sua existência e a dimensão que se apresenta ao terapeuta, sem que este possa dinamizar os trabalhos de contra transferência de maneira didática, previamente estudada. Revela aí que, o processo de transferência pode apresentar-se disfarçado sobre vários aspectos e são nestas conjecturas que se fazem presentes os desafios, porque o próprio médico pode interpretar de modo diverso o material que lhe chega através do paciente e provocar uma resistência de fato, ao não saber direcioná-lo de volta.

Aquilo que um paciente transfere, durante a terapia, pode ser algo trivial, até mesmo porque a energia catexial apresentada não quer dizer que todos tenham que suportar dores severas e condições complexas. Como o próprio Freud coloca, a transferência nem sempre é negativa, com isto, entendendo que se dirija ao médico sentimentos de ódio, rancor ou violência não resolvida. Andrade reitera que,

Transferimos interesses, emoções, fantasias, ansiedade, culpa, de um objeto para outro; são todas tendências ligadas ao processo de formação de símbolos. Portanto, no nosso trabalho [*de análise terapêutica*], o conflito reaparece, é transferido para o terapeuta, e ao reaparecer pode ser trabalhado. [...] No início se olhava a transferência para ver como ela aparecia, e Freud mostrava isto ao paciente – mostrava como era no passado e como estava se repetindo ali (ANDRADE, 2012, p. 2).

O que Freud fazia era conduzir o paciente ao confronto com a realidade e como o seu inconsciente estava distorcendo a cena original, na tentativa de encontrar uma resolução para um conflito que, agora, se apresentava simbolizado e não, necessariamente, real. Esta situação é bastante complexa e de uma dificuldade intensa para se explicar e interpretar, bem como para sintetizar, porque a *Physis* possui um padrão desenvolvimental humano que é linear e determinadas experiências que acontecem, de modo inevitável, ao ser humano necessita que seu escopo intelectual esteja, preparado para receber a dose de violência inesperada que pode assaltá-lo.

Quando ocorre a transferência, de qualquer natureza [*positiva e/ou negativa*], esta é uma forma de comunicação do inconsciente exigindo uma compreensão acerca do ocorrido e, não efetivamente, desejando uma *cura*, no sentido literal do termo; a começar que nada irá [*nem poderá*] apagar o episódio que deixou uma marca indelével de culpa trágica no espírito do indivíduo. Sendo mais didático, a transferência deve ser entendida

como uma forma de expiar uma culpa e as expressões *positivas e negativas* são interpretações clínicas.

A partir de tais interpretações de ordem individual, o terapeuta passa a trabalhar sobre um terreno de difícil acesso e bastante delicado que é o da contratransferência que, na concepção de Andrade,

Contratransferência [é] algo que ocorre com o analista e que pode intervir no seu trabalho. As reações do analista ao seu paciente sempre foram vistas como algo muito sério que intervinha fortemente na observação, na captação do paciente. Era algo que ocorria para atrapalhar, e por isso era necessário muito cuidado. Muitos autores chegavam a dizer, taxativamente, que o remédio para a contratransferência era o analista voltar para o divã. Dizendo de outra forma: os sentimentos, as reações do analista ao paciente, até as fantasias que lhe ocorrem na sessão eram vistos como obstáculos à sua captação do que ocorria com o paciente; eram tidos sempre como dificuldades do analista que ele precisava detectar para não prejudicar a análise (ANDRADE, 2012, p. 4).

Necessário faz que se esclareça que a transferência não atrapalha ou impede o desenvolvimento do tratamento analítico-terapêutico, a começar que, está-se diante de um ser humano, ditado de razão e emoção, uma dicotomia para a qual não se tem parâmetros definidos para sua ocorrência e muito menos em que momento; sopesando que a história pregressa de vida de cada um é uma *Caixa de Pandora*, não havendo como antever que males poderão sair de dentro dela e qual a dimensão de sua potencialidade de destruição.

Agrega-se a isto, como um fator preponderante da terapia, o fato de que quando a transferência acontece é porque o paciente está convicto de que pode confiar em seu médico e mais, o seu ego está fortalecido o suficiente para expor sentimentos, pensamentos e desejos que causam vergonha. É aí que o profissional deve estar atento, porque a contratransferência pode ser compreendida pelo paciente a partir do gesto [aparentemente] mais inocente que possa ser expressado; não precisa ser, necessariamente, uma emissão de juízo verbalizado. O neurótico assim o é, por possuir e, por vezes, apresentar uma estrutura egóica muito fragilizada, vivendo dividido entre a culpa e a vergonha e ainda o medo do julgamento alheio.

Não é a contratransferência que exige do médico analista um preparo intelectual elevado; é a transferência, pois é a partir dela que todo o processo inicial de cura começa a desencadear e a permitir que os primeiros passos neste sentido sejam alcançados. Freud compreendeu isto, de maneira perfeita e quando evolui com a práxis terapêutica, a partir

da clínica, em que cria o método de tratamento onde o terapeuta se posiciona de costas para o paciente é exatamente para evitar que este entenda as suas expressões faciais como juízos de valor e, na clínica, como uma contratransferência, impedindo o caminhar da cura analítica. Problema este que leva o paciente a emitir juízo de valor sobre a postura médica a partir de seu egodistônico.

De alguma maneira, Freud compreendeu que a transferência, antes de o ser sintetizada pelo analista como tal, deve ser vista como uma revelação do paciente, uma confissão de algo terrível [*tão terrível*] que ele manteve escondido, em segredo, até aquele momento. No entanto, o fato de ele revelá-lo não quer dizer que o incomode mais ou menos ou que não desperte sentimentos ambíguos, vergonhosos ou dolorosos; apenas que sente que encontrou alguém a quem possa expressar seu *pathos*, sem que corra o risco de ser enjuizado.

A contratransferência estaria na ação de aplicar todo um escopo intelectual de conhecimento das causas que levaram ao paciente a ser tamanha vergonha do ocorrido e, ainda, culpa pelo que passou. As associações livres do paciente, orientadas pelo terapeuta, é que vão permitir a aproximação de uma superação do trauma de forma bem sucedida, permitindo que se possa atingir o nível de cura psicanalítica, situação complexa, porque o tempo que isto demanda é uma incógnita, evidenciando que um psicanalista não é um sacerdote e nem que o tratamento analítico é uma confissão religiosa. Não é dado ao clínico analista o poder, *in constesti*, de absolvição, da culpa individual.

Freud (1912) vai afirmar que,

A solução do enigma é que a transferência para o médico é apropriada para a resistência ao tratamento apenas na medida em que se tratar de transferência negativa ou de transferência positiva de impulsos eróticos reprimidos. Se 'removermos' a transferência por torná-la consciente, estamos desligando apenas, da pessoa do médico, aqueles dois componentes do ato emocional; o outro componente, admissível à consciência e irrepreensível, persiste, constituindo o veículo de sucesso na psicanálise, exatamente como o é em outros métodos de tratamento (FREUD [1912] 2006, p. 172).

O que o Freud esclarece, com fins didáticos, é que a transferência não poderia ser vista pelos analistas como um tropeço e mesmo um entrave ao tratamento. Tudo isto, à época soou muito conturbador, porque a Psicanálise, como método de tratamento foi sendo construído a partir de uma práxis clínico-terapêutica, ou seja, primeiro os técnicos se deparavam com a ocorrência do fenômeno e tinham que buscar explicações para os

mesmos e, na ausência de tais, tiveram que criar mecanismos didáticos e pedagógicos que pudessem esclarecer o que acontecia nos consultórios com os pacientes durante as sessões terapêuticas. Isto representou um desafio infinito, em que os artigos da época apenas procuravam orientar os médicos que praticavam a psicanálise como tratamento psicológico a serem pacientes e a tentar observar mais profundamente tais manifestações.

Em seus primórdios, Freud sonhava com a possibilidade de cura; mas, com o tempo foi compreendendo que a Psicanálise havia se tornado uma ciência e, como tal, precisava de conhecer, com maior profundidade, o seu objeto-alvo de estudo, o ser humano e suas nuances psicológicas. Neste processo investigativo, encontra inúmeros detalhes que estavam em outros campos do saber; mas que, ironicamente, foi somente a partir das inferências da Psicanálise que puderam expressar melhor o mundo intrínseco deste ser e, de igual forma, compreender o ambiente no qual estava imerso o ser e como este influenciava-o a ser e agir de uma forma e outra, ou ainda, escondendo sua essência metafísica.

#### **A TERAPÊUTICA DA TRANSFERÊNCIA E DA CONTRATRANSFERÊNCIA NA CLÍNICA PSICANALÍTICA**

A transferência e a contratransferência são aspectos do tratamento clínico psicoterapêutico e quando de sua ocorrência o máximo que compete ao analista é ter a destreza para dar prosseguimento ao tratamento dentro do preceito de maior viabilidade técnica, objetivando a cura terapêutica, que pode ser compreendida como um fortalecimento do ego individual e, na esteira disto, os conflitos tendem a ir sendo dirimidos, deixando de causar desconforto espiritual, afetando toda a vida afetiva e social.

Stekel, que se debruça na tentativa de esclarecer esta questão, lança a questão esclarecedora de que,

A pergunta se a transferência é provocada pela psicanálise deve ser respondida negativamente. Um comentário pertinente de Freud [*a este respeito*] é: a psicanálise não cria a transferência, ela apenas a revela. Devemos assumir que fenômenos semelhantes de transferência afetiva e o vínculo com outras pessoas fazem parte dos fenômenos cotidianos, o que então nos torna a vida compreensível (STEKEL, [1911] 2017, s.p.).

A exposição de Stekel demonstra que a transferência é um componente da vida humana e que, no tratamento dado pela psicanálise ele toma um aspecto complexo, porque envolve toda uma didática que se fundamenta no conhecimento técnico do

analista e sobre seu preparo individual, em que seu ego necessita estar equilibrado a tal ponto de evitar as armadilhas postas pela própria condição de interpretação dos elementos simbólicos que se revelam na expressão transferencial.

O neurótico sempre se apresenta com uma carga libidinal muito intensa, com a qual não consegue lidar de modo objetivo [*e nem subjetivo*], levando todo este sentimento não solucionado e esta energia não dissolvida a provocar os sintomas de mal estar que se revelam na clínica durante o tratamento analítico. Neste aspecto, a transferência acontece de maneira espontânea e inconsciente, dado que ele não consegue encontrar equilíbrio em seu próprio estado de ser.

Tudo isto revela que, em seus primórdios, transferência foi entendida e interpretada como uma forma de resistência negativa por parte do paciente, em que seu interesse era o de impedir a consumação do tratamento. E, de parte dos inimigos da Psicanálise [*que não eram poucos*] estava a interpretação de que esta era uma criação dos analistas, a fim de justificar o prolongamento, *ad infinitum*, da consulta terapêutica.

Estes são detalhes de compreensão que se mostram desafiadores para a Psicanálise, porque ela não nasce no laboratório, como uma teoria; já nasceu no terreno da prática médica e os fenômenos foram sendo observados e analisados de maneira a que se pudesse chegar a um entendimento e para se produzir conhecimento sobre os mesmos teve que analisar inúmeros trabalhos anteriores em que se poderia estar descrito qualquer manifestação que se aproximasse do ocorrido na clínica com os doentes dos nervos.

A literatura clássica, em especial as tragédias [*gregas e shakespereanas*], foram os campos mais férteis onde se pode realizar uma busca arqueológica neste sentido, não sem passar, também por autores literários como León Tostói (1828-1910) e Fiódor Dostoievsky (1821-1881), Balzac (1799-1850) e filósofos como Platão (428/427-348/347 a.C.), Schopenhauer (1788-1860) e Nietzsche (1854-1900).

No entanto, restava saber, em primeira mão, se esta ocorrência era algo inerente ao ser humano e depois, os motivos que a provocavam e, na etapa seguinte, transformar tudo isto em material clínico terapêutico. A tarefa era épica e, não admira que tenha causado tamanho desafio intelectual aos psicanalistas da época de Freud.

Freud, em seu artigo escrito sobre a transferência e a contratransferência, em 1912, afirma que,

No processo de procurar a libido que fugira do consciente do paciente, penetramos no reino do inconsciente. As reações que provocamos revelam, ao mesmo tempo, algumas das características que viemos a conhecer a partir do estudo dos sonhos. Os impulsos inconscientes não desejam ser recordados da maneira pela qual o tratamento quer que o sejam, mas esforçam-se por reproduzir-se de acordo com a atemporalidade do inconsciente e sua capacidade de alucinação. Tal como acontece aos sonhos, o paciente encara os produtos do despertar de seus impulsos inconscientes como contemporâneos e reais; procura colocar suas paixões em ação sem levar em conta a situação real. O médico tenta compeli-lo a ajustar esses impulsos emocionais ao nexo do tratamento e da história de sua vida, a submetê-los à consideração intelectual e a compreendê-los à luz de seu valor psíquico. Esta luta entre o médico e o paciente, entre o intelecto e a vida instintual, entre a compreensão e a procura da ação, é travada, quase exclusivamente, nos fenômenos da transferência (FREUD [1912] 2006, pp. 173-4).

Freud vai esclarecer que, a transferência é o elemento mais relevante da terapêutica psicanalítica e o seu reconhecimento de valor é que vai determinar os rumos do sucesso, levando a uma cura, a uma proximidade com o desvelamento das causas etiológicas da histeria. Nisto, a partir do surgimento desta, a análise deve se desdobrar sobre a interpretação do que o paciente está lançando mão em favor de uma resistência.

A possibilidade de um possível alcance sobre tudo o que se passa na clínica analítica está em manter uma tensão entre o que é partilhável – as palavras que são comuns e as que são singulares, específicas de cada um – e algo que não se compartilha a não ser através da arte, ou da transferência. Daí surge a necessidade de desenvolvimento de ações terapêuticas que permitam ao paciente simbolizar seu *pathos* através de elementos simbólicos outros sobre os quais o analista detém conhecimento para interpretá-los através da associação livre de ideias, sem qualquer tipo de domínio prévio. Possivelmente, nada do que se venha a ser revelado, através desta técnica auxiliar, aplicada ao tratamento seja redutível a qualquer narrativa científica (PALHARES, 2008).

Assim que,

Há que viver, experimentar; o que se impõe são as forças do acontecimento, o desenrolar da vida. Nesse desenrolar, a transferência ocorre espontaneamente em todas as relações humanas, já que é incessante este movimento de dentro para fora, de fora para dentro. Logo, a transferência emerge da vida, porque ela vai apontar para um infundável vir-a-ser; nesse sentido ela é estruturante. Na clínica psicanalítica ela passa a ser acolhida como a tradução viva dos vínculos humanos, e é a partir daí que se enraízam a manutenção e a validade do tratamento (PALHARES, 2008, p. 103).

Mesmo já passado mais de um século de estudos e descobertas sobre a transferência e contratransferência, ambas continuam a desafiar a clínica psicanalítica pelo fato de que os tempos mudaram e as pressões sociais também. Se, no tempo de Freud, as pessoas vivendo sob um austero regime vitoriano de castidade e censuras fora interpretado como o agente etiológico da histeria, na atualidade, toda a liberdade conquistada não se mostrou capaz de resolver as crises de angústia que atravessam o ser humano e que, em seus campos mais obscuros são marcados pelos mesmos problemas de sempre, a luta entre a libido e a censura moral.

A necessidade de formação terapêutica do analista, bem direcionada para a compreensão de si, ainda é a pedra angular de sua prática, porque,

As fantasias inconscientes vão aparecer na relação com o analista, mas sempre com significados novos, na medida em que esta é uma relação nova, nunca repetida. É sempre uma vivência, ali na sessão, que encontra seu significado ali na relação do momento. Os significados vão sendo descobertos e apresentados ao paciente. Não tem chave, não tem código estabelecido (ANDRADE, 2012, p. 3).

Andrade coloca uma condição especial para o técnico terapeuta, em que a surpresa é o elemento-chave da terapia, uma vez que não há como realizar qualquer antecipação acerca do devir, enquanto dura o tratamento. O inconsciente humano trabalha na direção de tornar o indivíduo feliz e de bem com sua existência; para isto, há que eliminar o material que não fora processado de maneira devida por motivos alheios ao próprio ser e que causa desconforto espiritual, impedindo uma boa relação existencial consigo mesmo e com os coetâneos.

O que são transferências? Elas são novas edições ou fac-símiles de impulsos e fantasias que são despertadas e tornadas conscientes durante o progresso na análise; mas elas têm essa peculiaridade, que é uma característica particular, de que elas substituem alguma pessoa primitiva pela pessoa do médico. Colocando em outras palavras: toda uma série de experiências psicológicas são revividas, não como pertencente ao passado, mas aplicadas ao médico no momento presente. [...] Dora atuou um fragmento essencial de suas lembranças em lugar de lembrá-los (Freud, 1905[1901]/2006, p. 133).

Ao considerar as transferências como mecanismos manifestos de resistências, eis o primeiro passo para se tomar o devido cuidado na sequência do tratamento, porque como afirma S.S. Papa Pio XII (1953), o inconsciente vai se mostrar resistente à interferência do terapeuta, por crer que o paciente ainda não se encontra com o ego,

devidamente, fortalecido para expor a causa de sua dor, que pode ser o evento que levou ao fator traumático.

Uma vez que aconteça a transferência, de aí por diante, cabe ao analista ter todo o cuidado em sua interpretação e ainda atentar para a verificação se o paciente encontra-se apto para receber a carga catexial advinda da resposta do médico, o esclarecimento sobre os motivos que encontram-se no subterrâneo da personalidade exposta. Uma vez exposto o ponto nevrálgico causador da dor psicogênica, isto não significa que o tratamento venha a fluir de modo mais progressivo; refere-se apenas a que os caminhos que devem ser seguidos pelo terapeuta são mais complexos, havendo necessidade de saber que direções foram conduzidas pelo próprio inconsciente para que um *suposto equilíbrio emocional* pudesse ser alcançado e mantido.

Stekel, em seu artigo de 1911, esclarece que o analista tem a responsabilidade de dominar os conceitos relativos à transferência e estabelecer conhecimento empírico sobre os diversos modos de sua manifestação, a fim de poder realizar uma dinâmica terapêutica satisfatória. Para ele,

Conhecer as diferentes formas da transferência é para o psicanalista a condição básica para um trabalho bem sucedido. Sem um conhecimento preciso da transferência, a análise fica presa em um beco sem saída e não avança. Sem conhecimento da transferência, de sua solução e de sua recondução ao amor objetal primário, a continuidade do tratamento se torna impossível (STEKEL, [1911] 2017, s.p.).

O autor, supracitado, expressa sobre a necessidade de um *conhecimento preciso* e, pode-se interpretar o restante de sua fala como sendo relevante que o terapeuta se debruce na investigação das causas primárias que conduziram à ocorrência da transferência, entendendo esta como uma forma de resistência advinda do inconsciente, uma forma de proteção do ego.

Neste sentido, Nietzsche alerta para o fato de que,

Atrás de sua caverna se esconde uma outra caverna ainda mais funda — um mundo mais vasto mais estranho, mais rico que à superfície, uma profundidade atrás de cada fundo, sob todo ‘fundamento’. Toda filosofia é uma filosofia da superfície, esta a convicção do solitário: ‘há nisto algo de arbitrário se parou por aqui, olhando atrás e em torno de si, se não escavou aqui mais profundamente e atirou fora as ferramentas — e tudo isso gera desconfiança’. Toda filosofia esconde uma outra filosofia; toda opinião é um esconderijo, toda palavra uma nova máscara” (NIETZSCHE, 2006, p. 220).



O que um paciente está procurando esconder quando manifesta sua resistência simbólica, através da transferência? E mais, o que espera como cura advinda do seu médico? Estas são questões levantadas por Nietzsche quando escreve seu aforismo, em 1889 e que, pode-se dizer que nada teria que ver com a Psicanálise; no entanto, nele, o filósofo alemão refere-se a psicólogos e à escrita como uma forma de disfarçar o que de fato sente.

A contratransferência é uma situação em que as emoções que o terapeuta experimenta no decorrer de uma análise, em relação ao paciente, são e estão relacionadas com circunstâncias sentidas na sua própria vida, que o afetaram consciente e inconscientemente. Isto revela que a sua compreensão de si mesmo e de seu estado emocional estão por demais incompletos, a tal ponto que confunda a relação entre médico e paciente, interpretando-a como a um relacionamento informal.

Freud argumenta que,

Este fenômeno, que ocorre constantemente e que é, como sabemos, um dos fundamentos da teoria psicanalítica, pode ser avaliado, a partir de dois pontos de vista, o do médico e o do paciente que dela necessita. Para o médico, o fenômeno significa um esclarecimento valioso e uma advertência útil contra qualquer tendência a uma contratransferência que pode estar presente em sua própria mente. Ele deve reconhecer que o enamoramento da paciente é induzido pela situação analítica e não deve ser atribuído aos encantos de sua própria pessoa; de maneira que não tem nenhum motivo para orgulhar-se de tal 'conquista', como seria chamado fora da análise. E é sempre bom lembrar-se disto (Freud, 1915, p. 209-210).

Para Freud, a contratransferência deve ser compreendida como fonte de informações sobre o paciente, tendo suas causas e efeitos no paciente, não envolvendo qualquer responsabilidade e participação do analista (COELHO, 2002). Ele quer dizer com os termos *responsabilidade e participação*, que o analista deve deixar que o fenômeno citado acima aconteça da maneira mais natural possível, como parte do tratamento em curso, o que demanda amadurecimento do analista e um trabalho de análise, auto-análise e supervisão analítica muito bem dirigidos.

Segundo Coelho (2002, p. 141)

Sancdor Ferenczi define contratransferência como tudo o que é pensado, sentido, desejado ou fantasiado consciente, pré-consciente ou inconscientemente pelo analista. Não a define, portanto, apenas como pontos cegos ou aspectos desconhecidos do analista que não foram

trabalhados em sua análise pessoal. Tudo isso pode ser captado pelo paciente, desde que acreditemos que tanto o analista capta o inconsciente do paciente, como este é capaz de fazer o mesmo com seu analista.

Esta é uma questão perigosa posta por Ferenzi, em que transforma a ambos em cúmplices de um processo delicado, em que de um lado, o do paciente, tem-se uma condição de confiança firmada em direção à pessoa do seu terapeuta e lança sobre ele a sua dor como uma forma de encontrar uma cura. No processo de contratransferência, espera-se que o analista tenha força o suficiente para trabalhar os conteúdos que recebe do analisando e o analise, criando um mecanismo de expansão do tratamento de tal forma que crie um laço estrutural a partir do conhecimento dos sintomas expressos e transferidos para si e converta todo este mecanismo em uma potencialidade de cura psicanalítica.

Segundo Coelho (2002), Bion considerava o surgimento da contratransferência como uma manifestação do inconsciente do analista e, por conseguinte, ela poderia ser prejudicial e somente poderia ser percebida e refletida conscientemente pelo analista fora da sessão. Esta é uma situação diferente, porque durante o momento de diálogo e interpretação dos conteúdos, ambos estão imersos em uma condição muito singular de ação simultânea e recíproca e mesmo as análises de Freud com relação à transferência e a contratransferência revelam este cuidado a se tomar quando fora da sessão analítica, em que a capacidade de compreensão do fenômeno mostra o amadurecimento técnico do analista ou a sua imaturidade e mesmo a deficiência em seu processo de formação terapêutica.

A contratransferência é definida como um fenômeno relacional da clínica analítica, pois surge *como resultado da influência do paciente* e, portanto, está intimamente vinculada à transferência, aspecto central do método analítico (ZAMBELLI et al, 2013), em que sobrexiste uma necessidade de exteriorização daquilo que esteja criando barreiras ao pleno desenvolvimento do estado emocional do ser.

Mesmo que na clínica psicanalítica a transferência tenha a intenção de cura, de ajuda para a superação dos traumas mais profundos e que, de uma forma estranha e não tão compreendida volta à realidade consciente, exigindo esclarecimentos sobre aquilo que permanece oculto, o terapeuta precisa trabalhar com a hipótese de que algo muito mais doloroso está sendo mantido fora da vista e, não se trata de entender o que é; mas, o *porquê*.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo, buscou tratar do tema da transferência e contratransferência na clínica psicanalítica e, o que se pode constatar que este é um assunto muito caro à Psicanálise e aos psicanalistas desde que Freud detectou a sua ocorrência, já nos primórdios de sua atuação clínica. É um assunto complexo, porque envolve uma gama de outros aspectos, de maior ou menor profundidade e, o que mais se destaca é a condição do terapeuta em conhecer as dinâmicas transferenciais e saber aplicar o devido aspecto didático às mesmas, tendo em vista o interesse do paciente em ser curado de seu transtorno neurótico.

Freud e Stekel são taxativos quanto à necessidade de conhecimento dos processos de transferência e sobre como atuar a partir de sua manifestação clínica. No entanto, o esclarecimento teórico é muito pouco para se exigir uma postura correta do analista, cabendo a isto, que sua formação seja pautada sob condições de supervisão que o habilite a conhecer a si mesmo e aos seus transtornos de personalidade.

A sentença que F. Nietzsche lança e que Lou-Salomé (1861-1937) toma como valor para si é um fardo, *ad absurdum*, para o paciente e o terapeuta, em que, que verdades ambos desejam manter ocultas sob o véu da resistência? Para o analista, cabe o cuidado de explorar, de aí por diante, através da associação livre, as dinâmicas do pensamento que fora expresso, deixando que o paciente conduza o tratamento, revelando até que profundidade de seu espírito e de seu inconsciente está livre para ir.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Suad Haddad de. **Transferência e Contratransferência**. In: <https://psicanalisedownload.wordpress.com/2012/09/17/suad-haddad-andrade/>. Acesso em 27/10/2022.

ANDREAS-SALOMÉ, Lou. **Nietzsche em suas obras**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

COELHO, Heidi Miriam Bertolucci. **O vínculo no tratamento psíquico: descoberta, construção e desenvolvimento**. Dissertação (Mestrado em Psicologia e Sociedade). Assis: Universidade Estadual Paulista - Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2002.

FREUD, S. (1974). **Fragmentos da análise de um caso de histeria**. Edição Standard das Obras Completas de Sigmund Freud, vol. 7. Trad. Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago. [Trabalho original publicado em 1901[1905]], 2006.

FREUD, S. (1912). **A dinâmica da transferência**. In: Edição Standard das Obras Completas de Sigmund Freud, vol. 7. Trad. Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1911), 2006.

Freud, S. (2006g). **Observações sobre o amor transferencial**. Obras completas, ESB, v. XII. Imago: Rio de Janeiro. (Trabalho original publicado em 1915).

JUNG, Carl Gustav. **O homem e seus símbolos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.


NIETZSCHE, F. **Para além do bem e do mal**. São Paulo: Martin Claret, 2006.

SS., O PAPA PIO XII. O pensamento de Pio XII concernente a determinados problemas suscitados pela psicologia profunda. Discurso proferido em língua francesa, a 13 de abril de 1953, no Vaticano, na Basílica de São Pedro, na Sala do Consistório, aos membros do Vº Congresso Internacional de Psicoterapia e de Psicologia Clínica. In: GRATTON, H. **Psicanálises de Hoje**, V. 3. São Paulo: Edições Loyola, 1983. Coleção O Poder da Mente Humana - 9 volumes.

STEKEL, Wilhelm. As diferentes formas da transferência. In: **Lacuna** - Uma revista de Psicanálise. 20 de novembro de 2017. Disponível em: <https://revistalacuna.com/2017/11/20/n4-06/>. Acesso em 16/10/2022. [Originalmente publicado como “Die verschiedenen Formen der Übertragung” em *Zentralblatt für Psychoanalyse*, 2(1), pp. 27-30].

ZAMBELLI, Cássio Koshevnikoff; TAFURI, Maria Izabel; VIANA, Terezinha de Camargo; LAZZARINI, Eliana Rigotto. Sobre o conceito de contratransferência em Freud, Ferenczi e Heimann. **Psic. Clin.**, Rio de Janeiro, vol. 25, n.1, p. 179-195, 2013.

**Capítulo 9**  
**XENOFOBIA RACIALIZADA: IMPLICAÇÕES NO CONTEXTO DO**  
**DESLOCAMENTO FORÇADO**  
**Denis Barreto da Silva**



## **XENOFOBIA RACIALIZADA: IMPLICAÇÕES NO CONTEXTO DO DESLOCAMENTO FORÇADO**

***Denis Barreto da Silva***

*Doutorando em Cotutela: Serviço Social (PUC-SP) Ciências Econômicas (UGA- Grenoble-França), Possui graduação em Serviço Social pelo Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas (2012), mestrado em Évaluation&Management des Politiques Sociales Université Pierre-Mendès-France - Grenoble II (2015) e mestrado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2015). e-mail: denis.obcp@gmail.com*

### **RESUMO**

O presente trabalho centra-se em dois aspectos: o deslocamento forçado como um tipo de migração contemporânea no Brasil, e as implicações daquilo que no âmbito dessa reflexão denominamos de xenofobia racializada. A migração forçada comumente está relacionada a situações, tais como: crises econômicas, guerras, conflitos étnico-raciais, epidemias e desastres naturais. Parte-se do pressuposto que tais situações somadas ao racismo estrutural presente desde a gênese da sociabilidade brasileira apresentam-se como obstáculos para integração de um terminado grupo de deslocados forçados que por suas características étnico-raciais e culturais são alvos de racismo e xenofobia..

**Palavras-chave:** Deslocamento forçado. Xenofobia. Racismo.

### **1. INTRODUÇÃO**

De acordo com um relatório sobre pobreza e direitos humanos, divulgado em 2017 pela Organização Interamericana de Direitos Humanos (OEA), as pessoas que vivem em condição de pobreza são mais vulneráveis ao tráfico para fins de exploração laboral e/ou sexual. Ainda de acordo com o mesmo relatório povos indígenas e afrodescendentes que são discriminadas por motivos raciais, étnicos e sociais, e que também vivem em situações de pobreza, são mais sujeitos a tais situações.

Argumenta-se que, as circunstâncias ora referidas, somadas ao racismo estrutural resultam na exposição dessa população a uma situação de vulnerabilidade e risco social, levando um contingente significativo de pessoas a se deslocar em busca de melhores

condições de vida.

Ao chegar aos seus locais de destino, migrantes forçados se deparam com uma realidade que se caracteriza por diversos obstáculos a sua inserção social, marcado pela intensa exploração do trabalho, desemprego estrutural, trabalho precário, sobretudo, para determinados grupos que devido a condições materiais, origem e características étnico-raciais são discriminadas.

Diante do exposto, pretende-se ainda que brevemente, discutir os efeitos relacionados à intersecção entre racismo e xenofobia no contexto do deslocamento forçado, bem como as implicações para assimilação ou discriminação dessa população nos seus locais de destinos.

## **2. XENOFOBIA RACIALIZADA E O DESLOCAMENTO FORÇADO**

Ameaça e escassez na origem, tragédias e invisibilidade na travessia, inospitalidade e exclusão na chegada, essa é a saga que caracteriza a trajetória de milhares de deslocados forçados. Esse cenário é expressão de um mundo contemporâneo marcado por uma “globalização perversa” (SANTOS, 2006), na qual vivemos um paradoxo: por um lado uma vertiginosa mobilidade do capital, para o qual não existem fronteiras e tão pouco nacionalidade, em contrapartida, uma intensa restrição em relação à mobilidade humana, num contexto sem precedentes no que se refere à proibição ao deslocamento de pessoas (VENTURA, 2014).

Observa-se, portanto uma evidente contradição no âmbito da denominada globalização, pois enquanto a circulação de bens e mercadorias é priorizada, o fluxo migratório é visto com desconfiança e ameaça a segurança, sobretudo quando se trata de migrantes oriundos do chamado sul global rumo aos países de capitalismo central, notadamente Estados Unidos e Europa.

Por essa via, cabe ressaltar a contribuição de Amin (2021), que ao problematizar o eurocentrismo refere-se ao “universalismo-anti-universalista”, que a partir da racialização do humano, concebe o homem branco como ser universal (essência do humano), e por outro lado animaliza o não branco, interditando o seu reconhecimento. Tal diferenciação serve como justificativa para negação dos direitos aos considerados “não humanos”, incluindo o direito de se deslocar e/ou se fixar em determinados territórios.

Um exemplo atual das tensões entre migração e questão racial, pode ser observado pelos efeitos da guerra na Ucrânia, que traz à luz as contradições da política migratória europeia, cada vez mais fundamentada na distinção racista de "bons" e "maus" migrantes. Recentemente a candidata da direita liberal na França Valérie Pécresse expressou esse juízo de forma eloquente ao alegar que os refugiados da guerra de origem ucraniana devem ser incentivados a instalarem-se no país, enquanto os outros, em grande parte africanos, devem ser convidados a "voltarem para seus países"<sup>5</sup>.

Todavia, observa-se que manifestações xenófobas e racistas voltadas aos migrantes forçados, não são exclusivas de países do chamado norte- global. Em pesquisa<sup>6</sup> organizada pela ONG Estou Refugiado com o Instituto Qualibest em 2021, foram entrevistadas quinhentos e três (503) pessoas, entre refugiados e solicitantes de refúgio no Brasil. No total da referida amostra 47% dos entrevistados disseram ter sofrido algum tipo de discriminação no país, especialmente relacionada à nacionalidade e à raça. Entre os refugiados africanos o percentual é bem maior: 64%.

Tal constatação revela um paradoxo, uma vez que de acordo com dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) 54% da população brasileira é negra. A esse propósito cabe mencionar a contribuição de Frantz Fanon que ao tratar sobre as desventuras da consciência nacional, observa que a lógica colonial, para além de criar uma hierarquia racializada a partir do eurocentrismo-pretensamente universalizante- contribui para o surgimento de manifestações racistas e xenofóbicas no interior das ex-colônias, que ao assimilarem essa cultura pautada no estranhamento do outro, cria-se uma atmosfera de hostilidade e violência entre diferentes grupos (étnicos, religiosos, etc) no plano continental e nacional.

Desse modo, as manifestações de racismo e xenofobia no interior de muitos países do continente africano e na América Latina, são exemplos da influência colonial no pós colonialismo, estimulando a criação de um ultranacionalismo em países cuja a constituição de sua sociabilidade baseou-se na diversidade e coexistência de grupos distintos, (FANON, 1961).

---

<sup>5</sup> Guerra na Ucrânia revela tensões entre demografia, migração e questão racial. Disponível em <[https://www1.folha.uol.com.br/colunas/mathias-alencastro/2022/03/guerra-na-ucrania-revela-tensoes-entre-demografia-migracao-e-questao-racial.shtml?utm\\_source=whatsapp&origin=folha](https://www1.folha.uol.com.br/colunas/mathias-alencastro/2022/03/guerra-na-ucrania-revela-tensoes-entre-demografia-migracao-e-questao-racial.shtml?utm_source=whatsapp&origin=folha)>

<sup>6</sup> Refugiados consideram brasileiros acolhedores, mas sofrem discriminação, diz pesquisa. Disponível em <[https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2022/03/refugiados-consideram-brasileiros-acolhedores-mas-sofrem-discriminacao-diz-pesquisa.shtml?utm\\_source=whatsapp&utm\\_medium=social&utm\\_campaign=compwa](https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2022/03/refugiados-consideram-brasileiros-acolhedores-mas-sofrem-discriminacao-diz-pesquisa.shtml?utm_source=whatsapp&utm_medium=social&utm_campaign=compwa)>



A burguesia ocidental levantou suficientes barreiras e pontes para não temer realmente a competição daqueles a quem explora e despreza. O racismo burguês ocidental a respeito do negro e do *bicot* é um racismo de desprezo; é um racismo que minimiza. Mas a ideologia burguesa, que proclama uma igualdade essencial entre os homens, desembaraça-se para permanecer em regra consigo mesma, convidando os sub-homens a humanizarem-se através do tipo de humanidade ocidental que ela incarna. (FANON, 1961, p. 9)

Ademais, sabe-se que desde o período colonial, o desenvolvimento das forças produtivas nas economias centrais, ocorre a partir da pilhagem e expropriação das colônias e desmantelando de outras formas de sociabilidade, minando as possibilidades de desenvolvimento nos territórios explorados. Sobre isso convém mencionar:

A cidade do colono é uma cidade saciada, indolente, cujo ventre está permanentemente repleto de boas coisas. A cidade do colono é uma cidade de brancos, de estrangeiras. A cidade do colonizado, ou pelo menos a cidade indígena, a cidade negra, a médina, a reserva, é um lugar mal afamado, povoado de homens mal afamados. Aí se nasce não importa onde, não importa como. “Morre-se não importa onde, não importa de quê” (FANON, 1961, p. 26)

O cenário acima descrito por Fanon ganha maior nitidez e amplitude em sua percepção com os impressionantes avanços das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTIC) que encurtam distâncias e reduzem o tempo, alimentando o imaginário daqueles que vivem na periferia do mundo e que vislumbram a possibilidade de deixarem os lugares “mal afamados” rumo às cidades “saciadas” e “indolentes”.

Contudo, os deslocados forçados, sobretudo aqueles que são racializados, ao chegarem ao local de destino se deparam com diversas barreiras: idioma desconhecido, falta de apoio do poder público, exploração abusiva do trabalho, fome, dificuldade de encontrar moradia, criminalização, intimidação e ameaça de expulsão, xenofobia e racismo

Tal cenário contradiz com aquilo que é preconizado pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada em 1948 pela Organização das Nações Unidas (ONU) e ratificada pelo Brasil em 1968, que considera os Direitos Humanos, tais como o direito à vida, à liberdade, ao trabalho, à saúde, à educação, entre outros, inerentes a todas as pessoas, independentemente de sua nacionalidade, raça, sexo, etnia, idioma ou religião.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao revisitar os processos que levam uma parcela significativa da população a se deslocar forçosamente, e o significado social atribuído aos migrantes racializados, no escopo desse trabalho buscou-se discutir as implicações da intersecção entre xenofobia e racismo.

Cabe problematizar a adequação dos marcos regulatório e efetividade das políticas migratórias, no que tange as dificuldades de integração de determinados grupos e segmentos sociais em função de suas características étnico-raciais.

Em outros termos, para além das questões relativas aos *status* e/ou modalidades migratórias, destaca-se a importância de se considerar no conjunto dos marcos normativos aspectos relacionados às tensões étnico raciais que se configuram como obstáculos para integração de determinados grupos.

### 4. REFERÊNCIAS

ACNUR, **Dados sobre refúgio**. Brasília: Agência da ONU para Refugiados, 2018.

Disponível em:< <http://www.acnur.org/portugues/dados-sobre-refugio/>> acesso em out. 2018.

ALENCASTRO, Mathias. **Guerra na Ucrânia revela tensões entre demografia, migração e questão racial**. São Paulo: Folha de São Paulo, 27.mar.2022 Disponível em < <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2022/03/28/>> Acesso em 18 jun. 2022.

AMIN, Samir. Cap. I - Culturas tributárias centrais e periféricas. In: **Eurocentrismo: crítica de uma ideologia** – São Paulo: Lavrapalavra, 2021. pp. 19-79

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005.

GÓMEZ, Jose Maria. **Política e Democracia em Tempos de Globalização**. Petrópolis: Vozes; Buenos Aires: CLACSO; Rio de Janeiro: LPP.2000.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

IOM. **WORLD MIGRATION REPORT 2020**. Geneva: *International Organization for Migration*, 2019. Disponível em < [https://publications.iom.int/system/files/pdf/wmr\\_2020.pdf](https://publications.iom.int/system/files/pdf/wmr_2020.pdf)> Acesso 16 set. 20.

MANTOVANI, Flávia. **Refugiados consideram brasileiros acolhedores, mas sofrem discriminação, diz pesquisa**. São Paulo: Folha de São Paulo, 27.mar.2022

Disponível em

<dizpesquisa.shtml?utm\_source=whatsapp&utm\_medium=social&utm\_campaign=compwa>

SILVA, A.A. Políticas imigratórias: o nacional e o universal. IN: Revista Serviço Social e Saúde, v. 13 n. 2, jul/dez/2014. Campinas: UNICAMP. Disponível em:

<<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/sss/article/view/8634904/2802>> Acesso em 08 abr. 2020.

SMDHC. **Documento Final da 1ª Conferência Municipal de Políticas para Imigrantes de São Paulo**. São Paulo: Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, 2013.

Disponível em

<[https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/direitos\\_humanos/Doc%20Final\\_Conf%20Mun%20Imigrantes%20de%20SP\\_2014.doc](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/direitos_humanos/Doc%20Final_Conf%20Mun%20Imigrantes%20de%20SP_2014.doc)> acesso 15 out 2018.

\_\_\_\_\_. **LEI MUNICIPAL 16.478 DE 8 de julho de 2016**. São Paulo: Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, 2016. Disponível em

<[https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/direitos\\_humanos/LEI%2016478.p](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/direitos_humanos/LEI%2016478.p)> acesso 07 ago.2020.

\_\_\_\_\_. **I Plano Municipal de Políticas para Imigrantes**. São Paulo: Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, 2020. Disponível em

[https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/direitos\\_humanos/Plano%20Municipal\\_Produto%20Final\\_Atualizado.pdf](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/direitos_humanos/Plano%20Municipal_Produto%20Final_Atualizado.pdf) Acesso 7 ago 2020.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 21.ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2000.

SIMÕES, A; HALLAK NETO, J; CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T; MACEDO, M. **Relatório de Conjuntura: tendências da imigração e refúgio no Brasil**. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2019.

TORELLY, M. et al. **Visões do Contexto Migratório no Brasil**. Brasília: Organização Internacional para as Migrações/Agência das Nações Unidas Para as Migrações, 2017.

VENTURA, Deisy. **Migrar é um Direito Humano**. São Paulo: Ópera Mundi. Disponível em:

<<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/opiniao/33594/migrar%20e%20um%20direito%20humano.shtml>> Acesso em 04 abr. 2015.

**Capítulo 10**  
**EM TORNO DE UMA CORRESPONDÊNCIA INÉDITA DE HEITOR**  
**VILLA-LOBOS À MARGUERITE LONG**  
**Danieli Verônica Longo Benedetti**  
**Nahim Marun**

## EM TORNO DE UMA CORRESPONDÊNCIA INÉDITA DE HEITOR VILLA-LOBOS À MARGUERITE LONG<sup>7</sup>

**Danieli Verônica Longo Benedetti**

*É pós-doutorada, doutora e mestre pela ECA/USP/FAPESP. Especialista no ensino do piano pela École Normale de Musique de Paris e interpretação pianística pelo Conservatoire National de Strasbourg, França. Realizou estágios de pesquisa no Departamento de Música da Bibliothèque nationale de France – BnF e Médiathèque Musical Mahler onde obteve acesso a todo acervo restrito referente às pesquisas desenvolvidas. É editora científica do banco de dados Dezède (dezede.org) na França. É Professora de Piano no Instituto de Artes da UNESP. d.benedetti@unesp.br*

**Nahim Marun**

*É Mestre pelo The Mannes College of Music (Nova York), realizou Pós-Doutorado pela Université Paris-Sorbonne (Paris-IV), estudou piano com Isabel Mourão e Grant Johannesen. Musicologia e matérias teóricas com Koellreutter, Schachter e Pistone. É professor da UNESP desde 1998. nahim.marun@unesp.br*

**Resumo:** O acervo privado da pianista francesa Marguerite Long (1874-1966), de posse da *Médiathèque Musical Mahler* em Paris, possui um extenso arquivo que contém uma importante coleção de correspondências recebidas de um número impressionante de personalidades do mundo musical. Fazem parte desse acervo três cartas em idioma francês, de autoria do compositor brasileiro Heitor Villa-Lobos enviadas à renomada pianista: duas delas datadas do ano de 1952, datilografadas e uma inteiramente manuscrita e não datada. O presente artigo, resultado de estudo em andamento, pretende assim a transcrição, tradução e provocar uma reflexão sobre essa breve mas consistente correspondência.

**Palavras-chave:** Heitor Villa-Lobos. Marguerite Long. Correspondência. *Médiathèque Musical Mahler*. Piano.

**Abstract:** The private collection of French pianist Marguerite Long (1874-1966), owned by the *Mediathèque Musical Mahler* in Paris, has an extensive archive which contains a significant collection of correspondence received from a large number of personalities. This collection includes three letters in French, written by the Brazilian composer Heitor

---

<sup>7</sup> Este trabalho foi apresentado num primeiro formato - em língua portuguesa - no VI Simpósio Villa-Lobos (2021) organizado pela Universidade de São Paulo - USP.

Villa-Lobos, sent to the renowned pianista: two of them dated 1952, typed and another entirely handwritten and undated. This article, result of an ongoing research, intends to transcribe, translate and think over this brief but revealing correspondence.

**Keywords:** Heitor Villa-Lobos. Marguerite Long. Correspondence. *Médiathèque Musical Mahler*. Piano.

De acordo com Cecília Dunoyer de Segonzac, biógrafa de Marguerite Long (1874-1966), o país com o qual a renomada pianista francesa estabeleceu os laços mais estreitos foi o Brasil<sup>8</sup>. Prova disso é a correspondência recebida de várias personalidades do meio musical brasileiro encontrada no acervo privado de Marguerite Long, de posse *Médiathèque Musical Mahler*<sup>9</sup> em Paris.

Influente no meio musical e pianístico internacional encontramos nesse impressionante acervo aproximadamente 850 cartas enviadas por nomes importantes, dentre os quais Maurice Ravel, Claude Debussy, Emma Debussy, Gabriel Fauré, Isaac Albeniz, Jacques Ibert, Vincent d'Indy, Alfred Cortot, Jacques Durand, Max Eschig, Darius Milhaud, Erik Satie, Florent Schmitt, Arthur Honegger, Roland Manuel, Ida Rubinstein, George Enesco, Dimitri Chostakovitch, Jacques Thibaud, Dinu Lipatti, Sergiu Celibidache, Emil Gilels, Reynaldo Hahn, Paul Badura-Skoda, Van Cliburn, Blanche Selva, Carlo Zecchi, Aldo Ciccolini e tantos outros. Conta-se ainda aproximadamente 100 cartas não identificadas, 66 postais e 36 cartas de visita. Dentre os nomes brasileiros que encontramos em meio a essa extraordinária correspondência vale mencionar Eleazar de Carvalho, Guilherme Fontainha, José Kliass (Rússia/Brasil), Souza Lima, Homero de Magalhães, Anna-Stella Schic, Magda Tagliaferro e Heitor Villa-Lobos.

O presente artigo pretende dessa forma a transcrição, tradução e reflexão de uma breve correspondência (3 cartas) coletada no acervo mencionado, escrita pelo compositor brasileiro Heitor Villa-Lobos (1887-1959) e endereçada à pianista francesa Marguerite Long.

Por meio dessa correspondência é possível confirmar a cumplicidade e os laços de amizade entre os dois, assim como uma estreita colaboração musical iniciada desde os anos vinte quando, durante sua segunda temporada francesa (1927-30), Villa-Lobos

---

<sup>8</sup> Cecília Dunoyer de Segonzac, *Marguerite Long 1874-1966, un siècle de vie musicale française*, Paris, Findakly, 1993, p.268.

<sup>9</sup> Sinceros agradecimentos à Médiathèque Musical Mahler por disponibilizar toda documentação que integra o arquivo privado da pianista francesa Marguerite Long e necessários para a realização do presente estudo.

compôs o ciclo para piano solo *Francette et Pià* (1929), obra que dedicou à classe infantil do *Conservatoire National de Paris* de Marguerite Long.

As temporadas passadas em Paris foram determinantes no percurso de Villa-Lobos. E, na década de 50 (período a que se refere a correspondência em foco), após os dois grandes períodos passados na capital francesa (1923-24 e 1927-30), o nome do compositor brasileiro na França era reconhecido e respeitado. Consequentemente nomes importantes do meio musical francês passam a fazer parte de sua rede de relacionamentos, dentre os quais Darius Milhaud, Maurice Ravel, Florent Schmitt e Marguerite Long. No estudo realizado pela pesquisadora francesa Anaïs Fléchet, *Villa-Lobos à Paris*<sup>10</sup>, é possível compreender a dimensão e a importância que esses longos períodos passados na França representaram para o reconhecimento internacional da obra de Heitor Villa-Lobos.

Assim, fazem parte do acervo privado da pianista Marguerite Long, de posse *Médiathèque Musical Mahler*, três cartas em idioma francês, duas delas datadas do ano de 1952, datilografadas e uma inteiramente manuscrita e não datada.

A primeira delas enviada do Rio de Janeiro em 2 de agosto de 1952 nos fornece um grande número de informações. Villa-Lobos inicia a carta expressando sua tristeza pela impossibilidade de Marguerite Long vir ao Brasil naquele momento e ao tratamento (um problema na mão) pelo qual passava a pianista.

Marguerite Long viria duas vezes ao Brasil, ambas a convite de Heitor Villa-Lobos (FLÉCHET, 2004, p. 110). A primeira em 1932, e conforme assinala Anaïs Fléchet, esta foi ocasião de divulgar exclusivamente a música francesa contemporânea. Ela realiza uma série de conferências e cursos de interpretação dedicados à escola francesa, oportunidade de interpretar obras de compositores franceses conhecidos, mas também de compositores menos conhecidos do público brasileiro como “Emmanuel Chabrier, Florent Schmitt, Gabriel Pierné, Jacques Ibert, Marcel Delannoy e Francis Poulenc” (FLÉCHET, 2004, p. 110). Já a segunda viagem – que se desenha na primeira carta da série em questão -, que aconteceu em 1954 comprova o amadurecimento dos laços de amizade entre Long e Villa, mas também entre o Brasil, uma vez que suas atuações não seriam unicamente voltadas à música francesa, mas também ao interesse e a importância desse intercâmbio cultural “franco-brasileiro”. Prova disso é o dossiê “Voyage au Brésil” de posse do arquivo

---

<sup>10</sup> Anaïs Fléchet, *Villa-Lobos à Paris*. Paris: L'Harmattan, 2004.

Marguerite Long<sup>11</sup>, onde encontramos uma série de documentos relacionados à essa viagem de 1954 ao Brasil. Entre eles o discurso de recepção à Academia de Belas Artes do Rio de Janeiro: “A música, onde se pode exprimir livremente a alma de um povo, ocupa um lugar fundamental; e é nesse sentido que eu me alegro de poder trazer minha modesta contribuição numa busca sempre mais intensa de uma comunidade cultural franco-brasileira.<sup>12</sup>” (LONG, 1954)

Ainda em relação à primeira carta da série Villa expressa sua gratidão pela divulgação de sua obra na França que ele considerava sua “Pátria da Alma” e acrescenta:

Eis a lista das obras que você poderia fazer tocar vossos excelentes artistas e que eu agradeço infinitamente:  
CIRANDAS (16 peças) – EU VOS ENVIAREI AS CÓPIAS  
PROLE DO BEBE N.1 (8 PEÇAS) – MAX-ESCHIG  
RUDEPOEMA – MAX ESCHIG

Importante destacar que as obras mencionadas tiveram suas estreias em Paris na década de 20, ou seja, de certa forma essas obras já circulavam no meio musical internacional há três décadas. O pianista polonês Arthur Rubinstein (1887-1982) – importante divulgador da obra pianística de Villa - seria o responsável pelas estreias da Prole do Bebê n.1 em 30 de maio de 1924 em concerto organizado na *Salle des Agriculteurs*, período que coincide com o final da primeira temporada parisiense de Villa-Lobos, assim como do monumental Rudepoema, no histórico concerto realizado na *Salle Gaveau* em 24 de outubro de 1927, período que coincide com o início da segunda temporada parisiense do compositor brasileiro.

Segue na íntegra a tradução da carta de Heitor Villa-Lobos enviada à Marguerite Long datada de 2 de agosto de 1952. Nos anexos a transcrição em idioma original.

**H. Villa-Lobos**  
R. Araújo Porto Alegre, 56 – Apt. 54  
Rio de Janeiro  
Brasil

Rio de Janeiro, 2 de agosto de 1952<sup>13</sup>

---

<sup>11</sup> Fonds Marguerite Long, Paris: *Médiathèque Musical Mahler*.

<sup>12</sup> Fonds Marguerite Long, *Discours de réception à l'Académie des Beaux-Arts de Rio de Janeiro*, 08/1954, Paris: *Médiathèque Musical Mahler*.

<sup>13</sup> Carta inteiramente datilografada contendo apenas a assinatura manuscrita.



Minha querida Amiga,

Suas duas cartas do 23 e 26 de julho nos trouxe muita tristeza de nos privar da grande alegria de termos aqui nossa grande Amiga e nossa grande Artista.

Eu bem entendi as dificuldades por causa do atraso de todos os procedimentos e espero que numa próxima oportunidade tudo poderá ser providenciado mais rápido e que seu dedo, após o tratamento será imediatamente curado e nossa Marguerite Long terá a ocasião de receber todas as honras que ela bem merece.

Muito obrigada pela vossa tão grande gentileza de dar uma conferência sobre mim na França, onde eu considero minha Pátria da Alma, e nos próximos dias Mindinha vos enviará documentos sobre mim.

Eis a lista das obras que você poderia fazer tocar vossos excelentes artistas e que eu agradeço infinitamente:

CIRANDAS (16 peças) – EU VOS ENVIAREI AS CÓPIAS

PROLE DO BEBE N.1 (8 PEÇAS) – MAX-ESCHIG

RUDEPOEMA – MAX ESCHIG

Eu acabo de enviar vossa carta ao Ministro das Relações Exteriores, Embaixador João Neves da Fontoura, que ficou muito contente com a vossa gentileza,

Meu ballet “RUDA” será apresentado no Theatro Scala de Milão no mês de Abril, e espero ansioso a cópia da gravação que vosso aluno Daniel Weinberg<sup>14</sup> [*sic*] fez e enviou ao Ministro Labieno Salgado, Consulado do Brasil em Paris.

Na espera do grande prazer de vos rever em breve e em plena saúde, os dois amigos a abraçam cordialmente.

O amigo de sempre,

Villa-Lobos<sup>15</sup>

A segunda carta da série, escrita do mês seguinte, foi igualmente enviada do Rio de Janeiro, datada de 22 de setembro de 1952 e enviada para Marguerite Long na Itália. A carta confirma a não realização da viagem da pianista ao Brasil naquele ano, viagem que, conforme tratado anteriormente, aconteceria dois anos mais tarde. Villa ainda comenta sobre a recuperação da mão da amiga e informa que em breve estaria de volta à Paris. Segue na íntegra a tradução da carta de Heitor Villa-Lobos enviada à Marguerite Long datada de 22 de setembro de 1952. Nos anexos a transcrição em idioma original.

**H. Villa-Lobos**

R. Araújo Porto Alegre, 56 – Apt. 54

Rio de Janeiro

Brasil

---

<sup>14</sup> Daniel Wayenberg (1929-2019), pianista e compositor finlandês. Aluno de Marguerite Long à partir de 1947. Não encontramos nenhuma referência sobre a gravação mencionada por Villa-Lobos na carta em questão.

<sup>15</sup> Heitor Villa-Lobos. [Correspondência]: Destinatária: Marguerite Long. Rio de Janeiro, 2 de agosto de 1952. Paris: *Médiathèque Musical Mahler*, Fonds Marguerite Long.

Rio de Janeiro, 22 de setembro de 1952<sup>16</sup>

Mme. MARGUERITE LONG  
SAN ANGELO 3832  
VENEZIA – ITÁLIA

Minha querida Amiga,

Vossa carta de 3 de setembro nos emocionou com a palavra tão afetuosa em português-SAUDADES. [sic]

Mindinha e eu esperamos do todo coração, que você esteja completamente restabelecida e que nosso grande pesar de não ter a sorte de tê-la aqui como bem desejamos, possa compensar se o seu dedo esteja em boa forma.

Esqueça o dedo completamente, e sobretudo agora que o curou. Recomece os exercícios que eu vos aconselhei em Paris, e tudo irá bem como nós desejamos.

Até hoje sentimos muito que não foi possível este ano vossa viagem ao Brasil, mas temos certeza que teremos esta feliz oportunidade em breve.

Nós devemos chegar em Paris na primeira quinzena de março, e será para nós dois uma grande alegria revê-la bem alegre, feliz e em perfeita saúde.

Nós a abraçamos muito cordialmente,

H. Villa-Lobos<sup>17</sup>

A terceira carta da série é inteiramente manuscrita e não datada; porém entendemos que seria posterior às anteriores conforme reflexões que seguem. Nesta breve carta é possível perceber a personalidade empática de Villa-Lobos. Nela o compositor apresenta e recomenda a pianista brasileira Yara Bernette (1920-2002) à Marguerite Long e intercede por ela.

De acordo com Anaïs Fléchet, “o final dos anos 40 assim como o início do anos 50 viram a chegada de uma nova geração de músicos brasileiros em Paris” (FLÉCHET, 2004, p. 111). Observamos no testemunho, e na produção de alguns deles, a gratidão em relação ao compositor que buscou por sua rede de relacionamentos para abrir portas no cenário francês para muitos intérpretes brasileiros.

---

<sup>16</sup> Carta inteiramente datilografada contendo apenas a assinatura manuscrita.

<sup>17</sup> Heitor Villa-Lobos, *Ibid.* 22/09/1952.

A pianista Anna-Stella Schic<sup>18</sup> (1922-2009) chega em Paris em 1947 e, recomendada por Villa-Lobos, irá integrar a classe de piano de Marguerite Long. Em entrevista à Alain Cochard, por ocasião dos 40 anos de morte do compositor, Anna-Stella faz um longo relato sobre a música e sua relação com Villa:

(...) “foi na França, quando eu era estudante, que sólidos laços de amizade se consolidaram entre nós. O cônsul geral do Brasil era um amigo pessoal de Villa-Lobos e um dia me apresentou a ele. (...) No programa do recital que toquei em 1952 na Salle Gaveau, incluí no programa o Ciclo Brasileiro (em estreia europeia), uma das mais magníficas realizações para o piano, e tive a felicidade de trabalhar esta partitura com ele, assim como outras obras, tal qual o 2º Concerto – que igualmente realizei a primeira audição europeia no mesmo ano em Paris, sob a sua direção.” (In: PIANO, 1998-99, p. 98)

O pianista Homero de Magalhães<sup>19</sup> (1924-1997) também expressa sua gratidão em longo relato disponível em sua tese de doutorado “A obra pianística de Heitor Villa Lobos” (UNESP, 1994):

Tive a honra de ser um protegido de Villa-Lobos. (...) Uma das melhores lembranças que tenho dele vem de 1956. Naquela época, eu era bolsista em Viena e estando de passagem por Paris, precisei de uma recomendação sua junto ao Presidente Juscelino Kubitschek pois minha bolsa estava ameaçada de ser cortada. Fui visitar o Maestro que me recebeu cedo, em seu quarto no Hotel de Bedford, (...). Expliquei-lhe a que vinha e o Maestro imediatamente ditou à Mindinha um telegrama ao Presidente sobre meu assunto. (MAGALHÃES, 1994, p.6)

E ainda:

Minha carreira foi, desde o início, ligada à obra do grande compositor: Em 1957, na *Cité Universitaire* de Paris, participei do concerto comemorativo dos 70 anos de Villa-Lobos, executando na presença do Mestre, a Suite 1913 para piano e orquestra e fui testemunha da ovação por ele recebida, da sala cheia de estudantes, professores e autoridades de vários países. (MAGALHÃES, 1994, p.110)

A carta aqui em foco confirma o desejo de Villa de promover os jovens compatriotas que assim como ele, buscaram na capital francesa uma forma de consolidar

---

<sup>18</sup> Entre os anos 1976-77 Anna-Stella Schic gravou pela EMI ODEON, na Salle Wagram, em Paris, a integral para piano solo de Heitor Villa-Lobos. O trabalho foi considerado pelos críticos franceses entre as melhores produções do ano (1980) e recebeu o selo “Diapason d’Or”. No Brasil a integral foi distribuída pelo Estúdio Eldorado nos anos 80.

<sup>19</sup> O pianista e professor Homero de Magalhães foi um grande defensor da obra pianística de Villa-Lobos. Realizou diversas gravações, conferências e cursos dedicados à obra pianística do compositor. Destaque à primeira versão brasileira da integral do ciclo das 16 Cirandas (1960). Ele conta: Obtive com esta gravação vários prêmios, entre eles o Prêmio Nacional do Disco, (...)” (MAGALHÃES, 1994, p.11).

suas carreiras. Assim, é possível sugerir um período aproximado para a carta em questão, uma vez que a estreia da pianista Yara Bernette aconteceria na Europa em 1955, quando tocou a Bachianas Brasileira n.3 com a Orquestra do Conservatório de Paris sob a regência de Heitor Villa-Lobos<sup>20</sup>. A carta nos leva entender ainda uma possível colaboração de Marguerite Long para a realização dessa estreia junto à Orquestra do Conservatório Nacional, instituição em que atuava a pianista francesa.

Segue na íntegra a tradução da carta em questão, enviada por Heitor Villa-Lobos à Marguerite Long. Nos anexos a transcrição em idioma original.

Minha ilustre a querida amiga,

Antecipando um pouco a visita pessoal que espero fazer em alguns meses, eu gostaria de vos apresentar e recomendar Yara Bernette, notável pianista brasileira (de S. Paulo) já consagrada diante do público brasileiro e americano com grande sucesso.

Ela deseja receber de você, vossos preciosos conselhos de mestre incomparável e ao mesmo tempo uma orientação sobre a forma à qual ela deve iniciar sua carreira artística na Europa.

Certo de vossa boa recepção, tenho a grande satisfação de vos agradecer cordialmente, e renovar, cara e ilustre amiga, os sentimentos de minha profunda estima e de meu grande respeito,

Assinado por: Villa-Lobos

---

<sup>20</sup> [https://pt.wikipedia.org/wiki/Yara\\_Bernette#cite\\_note-MM-4](https://pt.wikipedia.org/wiki/Yara_Bernette#cite_note-MM-4)



Figura 1: Museu Villa-Lobos. Heitor Villa-Lobos e Marguerite Long, 1957.

## Anexos

Transcrição das 3 cartas de posse do *Fonds Marguerite Long* enviadas pelo compositor brasileiro Heitor Villa-Lobos à pianista francesa. O *Fonds Marguerite Long* é posse da *Médiathèque Musicale Mahler* em Paris.

### Carta n.1

**H. Villa-Lobos**  
R. Araújo Porto Alegre, 56 – Apt. 54  
Rio de Janeiro  
Brasil

Rio de Janeiro, 2 Août 1952<sup>21</sup>

---

<sup>21</sup> Carta inteiramente datilografada contendo apenas a assinatura manuscrita.

Ma très chère Amie,

Votre [sic] deux lettres du 23 et 26 Juillet nous a donné beaucoup de tristesse de nous priver de la grande joie d'avoir ici notre grande Amie et notre grande Artiste.

J'ai bien compris les difficultés à cause du retard de toutes les démarches et j'espère que dans la prochaine opportunité toute [sic] pourra être arrangé plus vite et que le votre doigt, après le traitement sera immédiatement guéri et que notre Marguerite Long aura l'occasion de recevoir toutes les honneurs qu'elle bien mérite.

Merci beaucoup pour votre si grande gentillesse de faire une conférence sur moi en France, où je considère ma Patrie d'Âme, et dans quelques jours Mindinha vous enverra des documents sur moi.

Voilà [sic] la liste des oeuvres que vous pourrez faire jouer vos excellents artistes et que je vous remercie infiniment:

CIRANDAS (16 morceaux) – JE VOUS ENVERREZ LES COPIES

PROLE DO BEBE N.1 (8 morceaux) – MAX-ESCHIG

RUDEPOEMA – MAX ESCHIG

Je viens de remettre votre lettre au Ministre des Affaires, Ambassadeur João Neves da Fontoura, qui a été très content de votre amabilité, [sic]

Mon ballet "RUDA" sera donné au Theatre Scala de Milano dans le mois d'Avril, et j'espère aussi la copie de la gravation que votre grand élève Daniel Weinberg [sic] a fait et aussi aura déjà envoyé au Ministre Labieno Salgado, Consulat du Brésil à Paris.

En attendant le plus grand plaisir de vous revoir très bientôt et dans [sic] pleine santé, les deux amis vous embrassent très cordialement.

L'ami de toujours,

Villa-Lobos

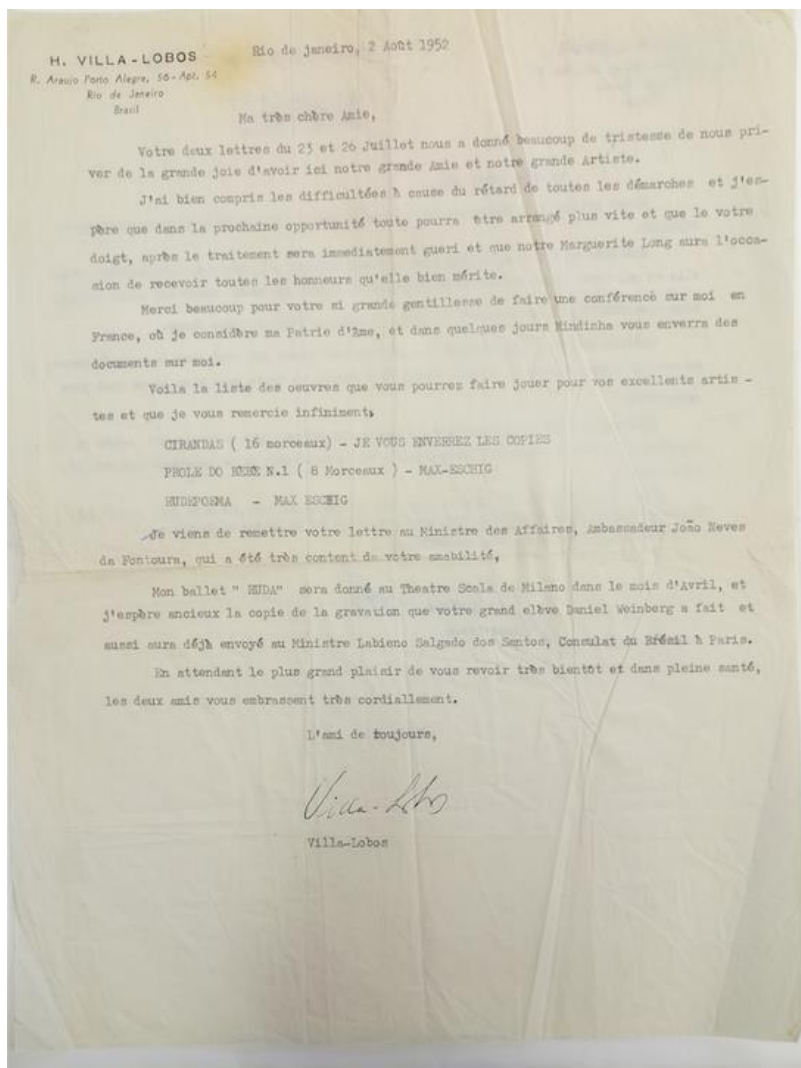


Figura 2 : Carta de Heitor Villa-Lobos à Marguerite Long.  
Paris: Médiathèque Musical Mahler, Fonds Marguerite Long.

## Carta n. 2

**H. Villa-Lobos**  
R. Araújo Porto Alegre, 56 – Apt. 54  
Rio de Janeiro  
Brasil

Rio de Janeiro, 22 Septembre 1952<sup>22</sup>

Mme. MARGUERITE LONG  
SAN ANGELO 3832  
VENEZIA – ITÁLIA

Ma très chère Amie,

<sup>22</sup> Carta inteiramente datilografada contendo apenas a assinatura manuscrita.

Votre lettre du 3 Septembre nous a touché avec le mot si affectueux en portugais-SAUDADES. [sic]

Mindinha et moi espérons [sic] de tout nos coeurs, qui vous avez complètement rétablie et qui notre grand regret de n'avoir pas la chance de vous avoir ici comme nous avons bien désiré, puisse compenser si votre doigt est déjà en bonne forme.

Oubliez le doigt complètement, et surtout maintenant qui vous avez le soigné. Recommencez [sic] les exercices qui j'ai vous conseillé à Paris, et toute [sic] sera bien comme nous vous souhaitons.

Jusu'aujourd'hui [sic] nous regrettons beaucoup qui n'était pas possible cet année votre Voyage au Brésil, mais nous sommes sûres [sic] qui nous aurons cette heureuse opportunité très bientôt.

Nous devons arriver à Paris la première quinzaine [sic] de Mars, et sera pour nous deux une grande joie vous rencontrer très gaie, heureuse et en parfaite santé.

Nous vous embrassons très cordialement,

H. Villa-Lobos

### Carta n.3

Mon illustre et chère amie<sup>23</sup>,

En anticipant un peu la visite personnelle que j'espère vous faire dans quelques mois, je voudrais vous présenter et vous recomender [sic] Yara Bernette, nottable pianiste bresilienne (de S. Paulo) qui a déjà été consacrée devant le public brésilien et americain avec grand succès.

Elle désire recevoir de vous, vos precieux conseil de maître incomparable et au même temps une orientation sur la façon dans laquelle elle devra initier sa carrière artistique en Europe.

---

<sup>23</sup> Carta não datada e inteiramente manuscrita.



Certain de votre bon accueil, j'ai la vive satisfaction de vous remercier cordialement, et renouveler, chère et illustre amie, les sentiments de ma profonde estime et de mon grand respect.

Signé par : Villa-Lobos

### Referências

DUNOYER DE SEGONZAC, Cecília. *Marguerite Long 1874-1966, un siècle de vie musicale française*, Paris, Findakly, 1993.

FLÉCHET, Anaïs. *Villa-Lobos à Paris*. Paris: L'Harmattan, 2004.

LONG, Marguerite. *Discours de réception à l'Académie des Beaux-Arts de Rio de Janeiro*. Paris: Médiathèque Musical Mahler, Fonds Marguerite Long, 1954, 10 p. manuscrites + 5 p. datilografadas.

MAGALHÃES, Homero. *A obra pianística de Heitor Villa-Lobos*. São Paulo: Tese de Doutorado (UNESP), 1994.

VILLA-LOBOS, Heitor. *Francette et Pià*. Recherche et compilation par Gérard Hugon. Paris: Max Eschig, 2007.

\_\_\_\_\_. [Correspondência]: Destinatária: Marguerite Long. Rio de Janeiro, 2 de agosto de 1952. Paris: Médiathèque Musical Mahler, Fonds Marguerite Long.

\_\_\_\_\_. [Correspondência]: Destinatária: Marguerite Long. Rio de Janeiro, 22 de setembro de 1952. Paris: Médiathèque Musical Mahler, Fonds Marguerite Long.

\_\_\_\_\_. [Correspondência]: Destinatária: Marguerite Long. Não datada. Paris: Médiathèque Musical Mahler, Fonds Marguerite Long.

SCHIC, Anna-Stella. *Souvenirs de l'Indien Blanc*. Propos recueillis par Alain Cochard. In: PIANO, Hors série. Paris: 1998-99, p. 98.

**Capítulo 11**  
**COMPORTAMENTO DAS PROPRIEDADES ENERGÉTICAS DE**  
**BRIQUETES DE MADEIRA A PARTIR DA AÇÃO COMBINADA DA**  
**PRESSÃO E SATURAÇÃO DE SUA MICROESTRUTURA COM**  
**SÓLIDOS CARBONÁCEOS**

**Sérgio Renato da Silva Soares**

**Karolina Fernandes**

**Marcelo Mendes Vieira**

**Róbson Leal**

**Luana Góes Soares**

**COMPORTAMENTO DAS PROPRIEDADES ENERGÉTICAS DE BRIQUETES  
DE MADEIRA A PARTIR DA AÇÃO COMBINADA DA PRESSÃO E  
SATURAÇÃO DE SUA MICROESTRUTURA COM SÓLIDOS CARBONÁCEOS**

***Sérgio Renato da Silva Soares***

*Universidade Federal de Rondonópolis*

***Karolina Fernandes***

*Universidade Federal de Rondonópolis*

***Marcelo Mendes Vieira***

*Universidade Federal de Rondonópolis*

***Róbson Leal***

*Universidade Federal da Grande Dourados*

***Luana Góes Soares***

*Universidade Federal do Rio Grande do Sul*

*lugo.es.soares@gmail.com*

**RESUMO**

É sabido que o aumento de densidade energética da madeira pode também ser obtido a partir da produção de briquetes de resíduos dessa biomassa. Em função da elevada compactação desses resíduos, os briquetes obtidos a partir disso apresentam valores de densidade energética de duas a três vezes o valor obtido para madeira e até sete vezes a do próprio resíduo. O principal objetivo desse trabalho foi investigar em caráter exploratório, o efeito combinado da pressão e adição de sólidos carbonáceos a estrutura da madeira, no comportamento das propriedades energéticas, em especial, a densidade energética deste material. Diferentes resíduos de madeira de origem desconhecida na forma de galhos colhidos no campus da UFR foram usinados com dimensões próximas àquelas compactadas em diferentes pressões. Os resíduos de pó obtidos a partir do torneamento destes galhos com tamanho de partícula  $\leq 0,85$  mm foram compactados em pressões de até 300 MPa. As amostras usinadas e os briquetes produzidos em diferentes pressões foram caracterizados via análise imediata, determinação do poder calorífico e medidas de densidade a granel e energética. Os resultados mostraram que o efeito combinado da pressão e adição de sólidos carbonáceos à estrutura da madeira influenciou

significativamente no comportamento das densidades a granel e energética deste material. Comparando-se os resultados foi possível identificar nas amostras sob o efeito supracitado um aumento percentual na densidade energética de até 49,4%.

**Palavras-chave:** Biomassa; Briquetes de Madeira; Propriedades Energéticas; Sólidos Carbonáceos.

#### **ABSTRACT**

It is known that the increase in energy density of wood can also be obtained from the production of briquettes from this biomass residue. Due to the high compaction of these residues, the briquettes obtained from this have energy density values of two to three times the value obtained for wood and up to seven times that of the residue itself. The main objective of this work was to investigate, on an exploratory basis, the combined effect of pressure and the addition of carbonaceous solids to the wood structure, on the behavior of the energetic properties, in particular, the energetic density of this material. Different wood residues of unknown origin in the form of branches harvested on the UFR campus were machined with dimensions close to those compacted at different pressures. The powder residues obtained from turning these branches with a particle size  $\leq 0.85$  mm were compacted at pressures of up to 300 MPa. The machined samples and briquettes produced at different pressures were characterized via immediate analysis, determination of calorific value and measurements of bulk density and energy. The results showed that the combined effect of pressure and the addition of carbonaceous solids to the wood structure significantly influenced the behavior of the bulk and energetic densities of this material. Comparing the results, it was possible to identify in the samples under the aforementioned effect a percentage increase in energy density of up to 49.4%.

**Keywords:** Biomass; Madeira briquettes; Energy Properties; Carbonaceous Solids.

## **1. INTRODUÇÃO**

É sabido que a madeira usada como fonte de energia apresenta em sua estrutura teores de carbono de aproximadamente 50%. Isto deve-se a sua perda durante o período em que esteve em pé como árvore, após o seu abate como madeira ou nas operações de seu beneficiamento, armazenamento e transporte [1,2]. Uma alternativa para se minimizar essa perda de carbono na madeira e melhorar as suas propriedades energéticas, é fabricar briquetes desta biomassa e saturar a sua microestrutura com carbono na forma de sólidos carbonáceos. Do ponto de vista da pressão, a compactação desses resíduos é elevada. Os briquetes obtidos a partir disso apresentam valores de densidade energética de duas a três vezes o valor obtido para madeira e até cinco vezes a do próprio resíduo [3,4]. Do ponto de vista adição dos sólidos carbonáceos é muito provável que os vazios ou poros presentes nos briquetes sejam preenchidos com este material. Logo se terá o aumento do teor de carbono e consequentemente da densidade

energética nestes materiais. O principal objetivo desse trabalho foi investigar o efeito do comportamento das propriedades energéticas dos briquetes a partir da ação combinada de pressão e saturação de sólidos carbonáceos na microestrutura deste material. Resíduos de pó de origem desconhecida com tamanho de partícula  $\leq 0.85$  mm foram compactados em pressões de até 300 MPa. A seguir metade das amostras produzidas foram imersas numa solução líquida enriquecida com carbono na forma de sólidos carbonáceos até a sua saturação. A outra metade não foram imersas. Comparando-se os resultados foi possível identificar nos briquetes saturados um aumento percentual na densidade energética de até 49.4%. Além disso, do ponto de vista energético, a possibilidade de se enriquecer a microestrutura de qualquer tipo de madeira com carbono, abre um caminho onde não somente ela, mas qualquer outro tipo de biomassa sólida como aquelas apresentadas na literatura também poderá ser enriquecida. A perspectiva que se tem a partir deste fato é: a) uma significativa agregação de valor aos resíduos sólidos de biomassa; b) uma grande redução do descarte destes materiais como lixo nas regiões onde são gerados e conseqüentemente contribuição para sustentabilidade destas regiões; c) uma contribuição importante para a redução do desmatamento em várias regiões do país tais como a Centro-Oeste em especial, o estado de Mato Grosso onde a dificuldade é grande para implementação de novos plantios florestais.

## **2. MATERIAIS E MÉTODOS**

### **2.1. MATERIAIS**

As biomassas utilizadas foram qualquer madeira independente de sua origem e características específicas, colhidas aleatoriamente no solo do Campus da Universidade Federal de Rondonópolis. Amostras destes materiais foram usinadas e a granulometria do pó produzido a partir da usinagem destes materiais medida via o Agitador Eletromagnético para Peneira apresentado na figura 1. A granulometria maior ou igual a 0,85 mm foi aquela usada para a produção dos compactos.

Figura 1. Agitador Eletromagnético para Peneira.



Fonte: Autores.

## 2.2. METODOLOGIA

Os pós de partida de madeira desconhecida usados para a fabricação dos briquetes, foram sempre de um mesmo lote. Cinco diferentes pressões, ou seja, 100 MPa, 150 MPa, 200 MPa, 250 MPa e 300 MPa foram usadas para a compactação dos pós via o sistema de compactação apresentado na Fig 2. Oitenta foram compactados em cada pressão, perfazendo um total de quatrocentos briquetes manufaturados. A seguir de cada oitenta amostras produzidas, quarenta permaneceram como fabricadas e quarenta foram imersas numa solução líquida enriquecida com 65% de sólidos carbonáceos até a sua saturação. Para realizar a saturação da amostra com a solução de sólidos carbonáceos, foi necessário retirar primeiramente toda a umidade inicial contida no interior dos briquetes (compactos) e das amostras usinadas. Para isso, elas foram colocadas na estufa a  $105^{\circ}\text{C} \pm 5^{\circ}\text{C}$ . A cada período de tempo as amostras eram pesadas, até que de acordo com a norma técnica ABNT NBR 14929:2009, a diferença entre a medida atual e a anterior não fosse superior 0,5%. Esse mesmo procedimento foi utilizado na análise de secagem das amostras após elas serem saturadas com a solução líquida (65% de sólidos carbonáceos) produzida nos Laboratórios do Curso de Engenharia Mecânica da UFR.

Figura 2. Sistema de compactação: a) Matriz onde os pós de madeira foram inseridos em sua cavidade cilíndrica e punções inferior e superior usados para compactá-lo sob diferentes pressões; b) Máquina de Tração/Compressão usada para produzir os briquetes cilíndricos a partir da compactação dos pós que foram inseridos na cavidade da matriz.



Fonte: Autores.

A Figura 3 mostra a típica aparência dos compactos produzidos. Diferentemente dos briquetes claros, aqueles com coloração escura são os saturados com sólidos carbonáceos. A seguir todos os corpos de prova fabricados foram caracterizados por análise imediata, poder calorífico, densidade aparente e densidade energética. A análise imediata foi feita com base na ABNT NBR 8112/1986, o poder calorífico estimado segundo a equação de PARIKH, CHANNIWALA e GHOSAL (2005) e a densidade aparente medida de acordo com a norma ABNT NBR 6922/1981 em um recipiente com volume equivalente a uma caixa com dimensões internas de (22,90 x 22,90 x 22,90) mm.

Figura 3. Típicos briquetes produzidos em diferentes pressões de compactação com ou sem a adição de sólidos carbonáceos.



Fonte: Autores

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na Tabela 1 são apresentados os resultados para os briquetes e a amostra usinada que não foram saturados com sólidos carbonáceos. Como pode ser visto a massa de pó compactado dos briquetes aumentou à medida que também aumentou a pressão. A massa de qualquer um dos briquetes sempre foi maior do que a medida para amostra usinada. Isto indica que enquanto os poros da última continuam vazios, aqueles presentes nos briquetes estão sendo gradativamente reduzidos e preenchidos com pó. Logo é de se esperar que todos os briquetes apresentem valores de densidade energética superior aquele obtido para amostra usinada.

Outro aspecto interessante a ser observado nos briquetes, é o efeito da pressão na redução do tamanho do pó e dos poros. Para se adequar ao referido efeito a granulometria do pó de partida ( $\leq 0,85$  mm) tem que ser sempre menor ou igual ao tamanho do poro onde ele está sendo inserido. Isto indica que os pós de partida durante a sua compactação estão sendo reduzidos. O principal responsável pelo aumento dos valores de densidade compactada foi a pressão através de sua ação simultânea na redução do tamanho dos pós e poros onde eles foram inseridos.

Tabela 1. Resultados dos briquetes que não foram saturados com sólidos carbonáceos.

AMOSTRAS	DIMENSÕES [mm]		MASSA [g]	DENSIDADE [g/cm <sup>3</sup> ]
	DIÂMETRO	ALTURA		
AB100SC	25,03 ± 0,05	20,30 ± 0,03	10,0238 ± 0,0010	1,0037
AB150SC	25,00 ± 0,04	23,00 ± 0,10	11,3011 ± 0,0030	1,0009
AB200SC	24,90 ± 0,04	23,50 ± 0,08	11,4647 ± 0,0003	1,0019
AB250SC	24,90 ± 0,04	23,00 ± 0,08	11,7835 ± 0,0004	1,0521
AB300SC	24,90 ± 0,03	23,03 ± 0,06	12,0554 ± 0,0012	1,0750

Obs: 1- Amostras nomeadas por ABXXXSC são identificadas por: a) AB - briquete; b) XXX - pressão; c) SC - sem adição de carbonáceos.

Na Tabela 2 são apresentados os resultados para os briquetes e a amostra usinada que foram saturados com sólidos carbonáceos. Como pode ser visto no presente estudo o aumento da densidade das amostras estando ou não saturadas com carbonáceos, está associado ao preenchimento de seus poros com o pó do resíduo de madeira e/ou sólidos



carbonáceos respectivamente. Os poros não preenchidos com o pó de madeira presente nos briquetes compactados em cada pressão, foram preenchidos com sólidos carbonáceos até onde o seu tamanho fosse menor do que o poro. De acordo com os resultados apresentados na Tabela 2, nota-se que em todas as amostras o aumento da massa de carbonáceos depositada nos poros gerou o aumento da densidade destes materiais. Diferentemente dos briquetes que não foram saturados com carbonáceos e dependiam somente da pressão para o aumento de sua densidade, aqui ela além disso, depende também da soma das densidades do pó de madeira e carbonáceos versus os seus percentuais respectivos distribuídos na microestrutura dos briquetes. Comparando entre si os valores de densidade da amostra usinada com aqueles obtidos para os briquetes, nota-se que o aumento desta propriedade nestes materiais pode chegar até duas vezes ao obtido para a usinada. O compacto produzido sob 300 MPa é um exemplo disto. Para um volume praticamente fixo houve um acréscimo de massa ao mesmo. A pressão usada para a compactação dos briquetes e a quantidade de sólidos carbonáceos distribuídos na microestrutura destes materiais foram os principais responsáveis pelo aumento de suas densidades.

Tabela 2. resultados dos briquetes que foram saturados com sólidos carbonáceos.

AMOSTRAS	DIMENSÕES [mm]		MASSA [g]	DENSIDADE [g/cm <sup>3</sup> ]
	DIÂMETRO	ALTURA		
AB100SC	25,05 ± 0,03	21,65 ± 0,08	11,5054 ± 0,0015	1,1010
AB150SC	24,95 ± 0,03	24,60 ± 0,05	13,2512 ± 0,0025	1,1018
AB200SC	24,90 ± 0,04	24,70 ± 0,08	13,5004 ± 0,0060	1,1224
AB250SC	24,90 ± 0,05	24,65 ± 0,05	13,5087 ± 0,0050	1,1254
AB300SC	24,95 ± 0,04	24,70 ± 0,05	14,7009 ± 0,0070	1,2173

Obs: 1- Amostras nomeadas por ABXXXSC são identificadas por: a) AB - briquete; b) XXX - pressão; c) SC -sem adição de carbonáceos.

Nas Tabelas 3 e 4 são apresentados os resultados da análise imediata dos briquetes sem e com adição de sólidos carbonáceos. Comparando os resultados entre si, observa-se que a presença de sólidos carbonáceos nos briquetes contribuiu tanto para a redução de sua capacidade para absorver umidade como no significativo aumento do teor de carbono fixo nos briquetes compactados em 200 MPa. Adicionalmente foi também observado na microestrutura dos briquetes uma relação entre a presença de sólidos carbonáceos e a

redução de umidade nestes materiais. O teor de umidade foi reduzido nos briquetes saturados com sólidos carbonáceos. A partir destes fatos, especialmente o relacionado ao aumento do teor de carbono fixo, é de se esperar que os valores do poder calorífico e densidade energética sejam também significativamente aumentados nos briquetes compactados em 200 MPa.

Tabela 3. Resultados da análise imediata dos briquetes que não foram imersos na solução enriquecida com sólidos carbonáceos.

<b>RESULTADOS DA ANÁLISE IMEDIATA</b>				
<b>BRIQUETES</b>	<b>%UMIDADE</b>	<b>%VOLÁTEIS</b>	<b>%CINZAS</b>	<b>%CARBONO FIXO</b>
AB100SC	7,0113	91,1860	0,6505	8,1635
AB150SC	6,3829	93,1579	0,3949	6,4473
AB200SC	3,3172	89,1822	0,3128	10,5050
AB250SC	1,2397	86,3340	1,9866	11,6794
AB300SC	1,6420	95,6159	1,8654	2,5187

Obs: 1- Amostras nomeadas por ABXXXSC são identificadas por: a) AB - briquete; b) XXX - pressão; c) SC - sem adição de carbonáceos.

Tabela 4. Resultados da análise imediata dos briquetes que foram imersos na solução enriquecida com sólidos carbonáceos.

<b>RESULTADOS DA ANÁLISE IMEDIATA</b>				
<b>BRIQUETES</b>	<b>%UMIDADE</b>	<b>%VOLÁTEIS</b>	<b>%CINZAS</b>	<b>%CARBONO FIXO</b>
AB100CC	1,9745	85,7270	0,3595	13,9135
AB150CC	5,6969	84,8588	0,6044	14,5368
AB200CC	3,1430	92,7311	0,3766	6,8923
AB250CC	1,1097	86,5750	2,4767	10,9482
AB300CC	1,5420	93,6058	1,9469	4,4473

Obs: 1- Amostras nomeadas por ABXXXCC são identificadas por: a) AB - briquete; b) XXX - pressão; c) CC - com adição de carbonáceos.

Nas Tabelas 5 e 6 é possível verificar os valores de densidade a granel dos briquetes sem e com adição de carbonáceos. Observa-se que os valores desta propriedade em todas as amostras saturadas com carbonáceos foram superiores ao apresentado para aquelas não saturadas com este material. Além disso, todos os briquetes apresentaram densidade

a granel superior a medida na amostra usinada. A aplicação de pressão reduziu o tamanho inicial de partícula dos pós e conseqüentemente aumentou a densidade a granel dos briquetes. Para um mesmo volume quanto menor o tamanho do pó, maior a sua quantidade disponível para depósito no referido volume. Ao considerar este fato sob o efeito da presença de sólidos carbonáceos dissolvido nos briquetes, nota-se que este material contribuiu para que a densidade a granel ficasse maior do que aquela medida somente sob o efeito da pressão. O tamanho do pó compactado foi reduzido. Todos os briquetes foram saturados e dentre os compactados, os manufaturados em pressões menores são aqueles onde se teve a maior quantidade de poros ainda não preenchidos com pó, mas, com carbonáceos. Isto foi mais expressivo nos briquetes compactados sob 100 MPa e 150 MPa.

Tabela 5. Valores de densidade a granel para os briquetes compactados a partir do pó seco que não foram saturados com sólidos carbonáceos.

AMOSTRA	DENSIDADE A GRANEL [kg/m <sup>3</sup> ]
AB100SC	316,6258
AB150SC	347,1562
AB200SC	374,1636
AB250SC	344,8075
AB300SC	289,4323

Obs: 1- Amostras nomeadas por ABXXXSC são identificadas por: a) AB - briquete; b) XXX - pressão; c) SC - sem adição de carbonáceos.

Tabela 6. Valores de densidade a granel para os briquetes compactados a partir do pó seco que foram saturados com sólidos carbonáceos.

AMOSTRA	DENSIDADE A GRANEL [kg/m <sup>3</sup> ]
AB100CC	442,1912
AB150CC	446,2682
AB200CC	464,4949
AB250CC	416,8608
AB300CC	414,5699

Obs: 1- Amostras nomeadas por ABXXXCC são identificadas por: a) AB - briquete; b) XXX - pressão; c) CC - com adição de carbonáceos.

Nas Tabelas 7 e 8 são apresentados os valores das propriedades energéticas obtidas para as amostras tanto usinadas como compactadas, sem e com adição de sólidos carbonáceos. Comparando os resultados de massa da amostra usinada com aqueles apresentados para os briquetes, nota-se que o aumento de massa influenciou significativamente no aumento da densidade energética destes materiais. Independente se o percentual de massa dos particulados de pó de madeira e/ou carbonáceos adicionados à microestrutura dos briquetes fosse ou não diferente, a soma total deles foi a principal responsável pelo aumento da densidade energética nestes materiais. No presente estudo os maiores valores desta propriedade obtidos foram de 8083,87 MJ/m<sup>3</sup> e 8195,51 MJ/m<sup>3</sup> para os briquetes compactados em 100 MPa e 150 MPa respectivamente. Esta faixa de pressão está dentro daquela usada em briquetadeiras industriais e isto do ponto de vista comercial, torna-se bastante interessante.

Tabela 7. Valores do poder calorífico e densidade energética para os briquetes compactados a partir do pó seco que não foram saturados com sólidos carbonáceos.

AMOSTRA	PODER CALORÍFICO [Kcal/Kg]		DENSIDADE ENERGÉTICA [MJ/m <sup>3</sup> ]	
	PCI	PCS	PCI	PCS
AB100SC	4083,0546	4086,2892	5409,0768	5413,3618
AB150SC	4011,9620	4015,1966	5827,3806	5832,0789
AB200SC	4206,8976	4210,1322	6585,8999	6590,9636
AB250SC	4196,9050	4200,1396	6054,7684	6059,4349
AB300SC	3768,8058	3772,0404	4563,9660	4567,8831

Obs: 1- Amostras nomeadas por ABXXXSC são identificadas por: a) AB - briquete; b) XXX - pressão; c) SC - sem adição de carbonáceos.

Tab. 8. Valores do poder calorífico e densidade energética para os briquetes compactados a partir do pó seco que foram saturados com sólidos carbonáceos.

AMOSTRA	PODER CALORÍFICO [Kcal/Kg]		DENSIDADE ENERGÉTICA [MJ/m <sup>3</sup> ]	
	PCI	PCS	PCI	PCS
AB100CC	4366,1255	4369,3601	8077,8907	8083,8751
AB150CC	4385,9969	4389,2315	8189,4722	8195,5118
AB200CC	4033,7036	4036,9382	7839,2871	7845,5734
AB250CC	4143,1820	4146,4166	7226,3122	7231,9538

AB300CC	3856,7370	3859,9716	6689,7432	6695,3538
Obs: 1- Amostras nomeadas por ABXXXCC são identificadas por: a) AB - briquete; b) XXX - pressão; c) CC - com adição de carbonáceos.				

#### 4. CONCLUSÕES

A quantidade e o tamanho dos poros distribuídos na microestrutura dos briquetes depende da pressão e provavelmente são maiores e menores, respectivamente, do que aqueles apresentados nas amostras usinadas.

A presença de sólidos carbonáceos na estrutura de todas as amostras aumentou a densidade energética destes materiais. No caso das usinadas de 3116,5444 MJ/m<sup>3</sup> para 3466,877 e dos briquetes de 5413,3618 MJ/m<sup>3</sup> para 8083,8751 MJ/m<sup>3</sup>. Isto representa um aumento percentual de 11.5% e 49.5% respectivamente.

Enquanto na amostra usinada o aumento das propriedades energéticas se deve somente a adição de sólidos carbonáceos a sua estrutura, nos briquetes as propriedades supracitadas dependeram principalmente do somatório de massa dos particulados, ou seja, da soma dos sólidos carbonáceos com os pós de madeira.

No presente trabalho, a saturação dos resíduos de madeiras de diferentes espécies desconhecidas, misturadas ou não entre si, via carbono na forma de sólidos carbonáceos, foi efetiva. Além disso, do ponto de vista energético, a possibilidade de se enriquecer a microestrutura de qualquer tipo de madeira com carbono, abre um caminho onde não somente ela, mas qualquer outro tipo de biomassa sólida também possa ser enriquecida. A perspectiva que se tem a partir deste fato é uma: a) significativa agregação de valor aos resíduos sólidos de biomassa; b) grande redução do descarte destes materiais como lixo nas regiões onde são gerados e conseqüentemente uma contribuição para sustentabilidade destas regiões; c) contribuição importante para a redução do desmatamento em várias regiões do país tais como a Centro-Oeste em especial, o estado de Mato Grosso onde a dificuldade é grande para implementação de novos plantios florestais.

## REFERÊNCIAS

1. Ackermann, T.; Andersson, G.; Söder, L. Distributed generation: a definition", 2001.
2. BRASIL. Lei nº 14.134, de 8 de abril de 2021. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2021/lei/L14134.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14134.htm)>.  
Acesso em: 01 fev. 2022.
3. Sérgio Renato da Silva Soares, Marcelo Mendes Vieira, Karolina Fernandes, Robson Leal da Silva, Luana Góes Soares da Silva. Uma proposta para se agregar valor energético a resíduos sólidos de qualquer tipo de madeira. Brazilian Journal of Development, v. 8, p. 30027-30039, 2022.
4. PROTASIO, T.P.; ALVES, I.C.N; TRUGILHO, P.F.; SILVA, V.O.; BALIZA, A.E.R.  
Compactação de biomassa vegetal visando à produção de biocombustíveis sólidos. Pesquisa Florestal Brasileiras, v.31, n.68, p. 273-283, 2011.  
ABNT NBR 6922/1981  
  
ABNT NBR 8112/1986

## AUTORES

**Anderson Barbosa de Lima**

Licenciado em Geografia pelo Instituto Federal Fluminense campus Campos Centro. Atualmente mestrando e bolsista do Programa de Pós Graduação em Sociologia Política pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF).

**Clarissa Bottega**

Doutora em Ciências Sociais (UNISINOS), mestre em Ciências Jurídicas (COIMBRA), jurista. E-mail: doutora@clarissabottega.com

**Cristina Carvalho Pacheco**

Possui graduação em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (1997), mestrado em Ciência Política (2000) e doutorado em Ciências Sociais (2006), ambos pela Universidade Estadual de Campinas.

**Danieli Verônica Longo Benedetti**

É pós-doutorada, doutora e mestre pela ECA/USP/FAPESP. Especialista no ensino do piano pela École Normale de Musique de Paris e interpretação pianística pelo Conservatoire National de Strasbourg, França. Realizou estágios de pesquisa no Departamento de Música da Bibliothèque nationale de France – BnF e Médiathèque Musical Mahler onde obteve acesso a todo acervo restrito referente às pesquisas desenvolvidas. É editora científica do banco de dados Dezède (dezede.org) na França. É Professora de Piano no Instituto de Artes da UNESP. d.benedetti@unesp.br

**Denis Barreto da Silva**

Possui graduação em Serviço Social pelo Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas (2012), mestrado em Évaluation&Management des Politiques Sociales- Université Pierre-Mendès-France - Grenoble II (2015) e mestrado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2015). Atualmente é professor do curso de Serviço Social na Universidade Cidade de São Paulo- UNICID e Doutorando em Cotutela: Serviço Social (PUC-SP) Ciências Econômicas (UGA- Grenoble- França). Tem experiência na área de Serviço Social, com ênfase em Questões Migratórias e Dependência de Drogas.



**Jeferson Araujo Oliveira**

Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).

**Jesiane Calderaro Costa Vale**

Psicóloga, Especialista em saúde mental, Especialista em Psicologia Hospitalar, Mestre em Psicología Clínica Social e Doutora em História Social.

**José Raimundo Oliveira Lima**

Doutor em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

**Karolina Fernandes**

Universidade Federal de Rondonópolis.

**Laleska Rocha de Abrantes Carcará**

Bacharel e Mestranda em Relações Internacionais pela Universidade Estadual da Paraíba, pesquisadora no Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Deslocados Ambientais.

**Liliane Rodrigues de Araújo**

Pedagoga. Mestre em Educação. Doutoranda em Educação.

**Luana Góes Soares**

Universidade Federal de Rondonópolis.

**Marcelo Mendes Vieira**

Universidade Federal de Rondonópolis.

**Marcus Vinicius Peralva Santos**

Analista Técnico Educacional (ATE) pelo Serviço Social da Indústria de São Paulo (SESI-SP), doutor e mestre em Geologia pela Universidade Federal da Bahia, especialista em Gestão de Marketing e Negócios pela Faculdade Focus e graduado em Marketing pelo Centro Universitário Jorge Amado, e-mail: mperalva@hotmail.com

**Maria Aparecida Duarte Mota Souza**

Técnica em Enfermagem pelo Centro Integrado Luiz Navarro de Brito. Bombeira profissional Civil pelo SENAI. Graduanda em Bacharelado em Administração pela Faculdade Santo Antônio de Alagoinhas – Bahia. E-mail: mariaduartemsouza@gmail.com

**Nahim Marun**

É Mestre pelo The Mannes College of Music (Nova York), realizou Pós-Doutorado pela Université Paris-Sorbonne (Paris-IV), estudou piano com Isabel Mourão e Grant Johannesen. Musicologia e matérias teóricas com Koellreutter, Schachter e Pistone. É professor da UNESP desde 1998. nahim.marun@unesp.br

**Nara Evely de Carvalho Vieira**

Graduanda em Bacharelado em Administração pela Faculdade Santo Antônio de Alagoinhas - Bahia. E-mail: narinhacv18@gmail.com

**Natássia Helena Oliveira**

Psicanalista. Terapeuta.

**Róbson Leal**

Universidade Federal de Rondonópolis.

**Sérgio Renato da Silva Soares**

Doutor em Ciência dos Materiais e professor titular da Universidade Federal de Rondonópolis.

**Sérgio Rodrigues de Souza**

Pedagogo. Doutor em Ciências Pedagógicas. Filósofo. Psicanalista. Pós-Doutor em Psicologia Social.

**Simone Cristina da Costa Tavares**

Bacharel em Engenharia de telecomunicações, Licenciada em Matemática, especialista em docência do Ensino Superior, doutoranda em Engenharia Elétrica.

**Vinícius da Silva Santos**

Biólogo. Mestre em Educação. Professor da Rede Estadual de Educação do Espírito Santo.

uniatual  
EDITORIA



ISBN 978-658601335-1



9 786586 013351